Relatório Final de Avaliação

Primeira Edição do Conselho de Cidadãos de Lisboa

Fonte: Equipa ICS-UL (fotografia tirada durante a sessão nos dias 14 e 15 de maio de 2022)

Autores: Roberto Falanga (coordenador), Inês Renda, Camila Costa
Lisboa, setembro de 2022

Índice

Sumário Executivo 6
Introdução 8
PRIMEIRA PARTE 11
1. Metodologia 11
2. Preparação e planeamento 13
2.1. Coordenação 14
2.2. Autonomia e independência 14
2.3. Adequação, pertinência do tema e abertura 14
2.4. Adequação e pertinência da pergunta de partida 15
2.5 Informação 16
2.6. Transparência e privacidade 16
2.7. Comunicação 17
2.8. Representatividade e inclusão 18
3. Deliberação e resultados 19
3.1. Papel percebido 23
3.2. Espaço 24
3.3. Informação 24
3.4. Eficácia das dinâmicas e neutralidade da equipa de facilitação 26
3.5. Mudança de opinião 26
3.6. Satisfação com a sessão 27
3.7. Duração 28
3.8. Comunicação e transparência 28
3.9. Tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo 29
3.10. Competências cívicas e evolução atitudinal 29
4. Caminhos para o impacto 30
4.1. Articulação 31
4.2. Seguimento e acompanhamento das propostas 31
4.3. Comunicação e Transparência 32
SEGUNDA PARTE 33
5. Análise das fichas de inscrição 33
6. Análise dos inquéritos 37
6.1. Caracterização sociodemográfica e atitudinal dos participantes 37
6.1.1. Análise de conteúdo e descritiva das perceções dos cidadãos sobre o CCL 41
6.1.2. Análise Pré-Pós 47

7. Análise das notas de campo relativas à observação da sessão deliberativa 57
7.1. Manhã - 14 de maio de 2022 57
7.2. Tarde - 14 de maio de 2022 60
7.3. Manhã - 15 de maio de 2022 63
7.4. Tarde - 15 de maio 65
8. Análise das entrevistas 69
8.1. Entrevistas aos conselheiros 69
8.2. Entrevista à Divisão de Marca e Comunicação 69
8.3. Entrevista à Assessoria do Gabinete da Vereadora Laurinda Alves 71
8.4. Entrevista à Assessoria do Gabinete do Presidente da CML 72
9. Análise dos grupos focais 75
9.1. Grupo focal com a Divisão de Participação 75
9.2. Grupo focal com a equipa do "Fórum dos Cidadãos" 76
9.3. Grupo focal com a equipa de facilitação "Human Fleet" 78
10. Análise da comunicação social 80
10.1. Estratégia de comunicação da CML 80
10.2. Imprensa 82
11. Análise dos Debates Específicos promovidos pela Assembleia Municipal de Lisboa 88
11.1. Debate de dia 5 de maio de 2022 88
11.2. Debate de dia 2 de junho 2022 89
12. Análise das notas da reunião entre CML e embaixadores 91
13. Recomendações 93
14. Referências 96
ANEXO A - METODOLOGIA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO CONSELHO DE CIDADÃOS DE LISBOA 98
ANEXO B - FICHA DE INSCRIÇÃO 103
ANEXO C - METODOLOGIA DA FACILITAÇÃO DO PRIMEIRO CONSELHO DE CIDADÃOS 107
ANEXO D - INQUÉRITOS PRÉ-PÓS 112
ANEXO E - GUIÕES DAS ENTREVISTA 125
ANEXO F - GUIÕES DOS GRUPOS FOCAIS 127

Índice das Tabelas

Tabela 1 – Fases e critérios de avaliação do CCL....11
Tabela 2 – Cronograma da avaliação do CCL....12
Tabela 3 - Resultados dos posts em redes sociais....81

Índice das Figuras

Figura 1 - Quadro dos acordos concordados entre participantes e equipa de facilitação....20
Figura 2 - Nuvem de palavras mencionadas durante as apresentações dos três temas eleitos por cada um dos sete grupos....21
Figura 3 – Nuvem de palavras partilhadas pelos cidadãos no final do segundo dia do CCL23
Figura 4 – Avaliação média da informação facultada aos participantes em termos de utilidade, clareza e suficiência....25
Figura 5 – Dinâmica proposta pela equipa de facilitação....26
Figura 6 – Satisfação reportada pelos participantes no final do CCL, em percentagem....27
Figura 7 - Quadro de síntese da sessão deliberativa da primeira edição do CCL....32
Figura 8 - Distribuição das idades dos inscritos por grupos etários, em percentagem....33
Figura 9 - Habilitações literárias dos inscritos, em percentagem....34
Figura 10 - Distribuição das respostas dos inscritos à pergunta "Como avalia o seu interesse por política?"....34
Figura 11 - Situação profissional dos inscritos no CCL, em percentagem....35
Figura 12 - Freguesias dos inscritos no CCL, em percentagem....35
Figura 13 - Distribuição da categoria género, em percentagem....38
Figura 14 - Distribuição das idades dos participantes por grupos etários, em percentagem....38
Figura 15 - Nível de escolaridade dos participantes e dos residentes na Área Metropolitana de Lisboa, em percentagem....39
Figura 16 - Distribuição da situação profissional dos participantes, em percentagem....40
Figura 17 - Participação dos cidadãos noutros processos participativos promovidos pela CML, em percentagem....40
Figura 18 - Conhecimento dos cidadãos participantes sobre o modelo de participação do CCL, em percentagem....41
Figura 19 - Mudança de opinião dos participantes no CCL, em percentagem....42
Figura 20 - Perceção dos participantes do CCL relativamente à tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo, em percentagem....43
Figura 21 - Concordância dos cidadãos participantes com as propostas finais, em percentagem....43
Figura 22 - Perceção dos cidadãos participantes relativamente à adequabilidade da duração do CCL, em percentagem....44
Figura 23 - Avaliação dos cidadãos participantes relativamente à eficácia das dinâmicas do CCL, em percentagem....44
Figura 24 - Avaliação dos cidadãos participantes relativamente à utilidade da informação facultada, em percentagem....45
Figura 25 - Avaliação dos cidadãos participantes relativamente à clareza da informação facultada, em percentagem....45
Figura 26 - Avaliação dos cidadãos participantes relativamente à suficiência da informação facultada, em percentagem....46

Figura 27 - Satisfação dos cidadãos participantes relativamente à sessão, em percentagem 47
Figura 28 - Média dos níveis de eficácia política interna, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL 49
Figura 29 - Média dos níveis de eficácia política externa, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL 50
Figura 30 - Média da perceção do contributo dos processos participativos para a tomada de decisões políticas em Lisboa, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL 51
Figura 31 - Média dos níveis de apoio ao envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL 52
Figura 32 - Média dos níveis autoreportados de conhecimento sobre alterações climáticas, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL 53
Figura 33 - Resposta à 1ª questão factual colocada a participantes e não-participantes, em percentagem 53
Figura 34 - Resposta à 2ª questão factual colocada a participantes e não-participantes, em percentagem 54
Figura 35 - Média dos níveis de confiança na opinião dos outros, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL 54
Figura 36 - Média dos níveis de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL 55
Figura 37 - Média dos níveis de satisfação com a vida democrática em Lisboa, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL 56
Figura 38 - Flipchart com ideias agregadas dos grupos de participantes 62
Figura 39 - Screenshot da página dedicada ao CCL 80
Figura 40 - Número em percentagem de notícias e artigos de opinião publicados 82
Figura 41 - Publicações antes, durante e depois do CCL 83
Figura 42 - Matéria publicada pelo jornal Público no dia 27/01/2022 83
Figura 43 - Matéria publicada pelo Diário de Notícias no dia 27/01/2022 84
Figura 44 - Matéria publicada pelo jornal Público no dia 22/02/2022 84
Figura 45 - Matéria publicada pelo jornal Observador no dia 05/05/2022 85
Figura 46 - Matéria publicada no jornal Público no dia 16/5/2022 85
Figura 47 - Matéria publicada pela SIC Notícias no dia 18/05/2022 86
Figura 48 - Matéria publicada pelo jornal Observador no dia 02/06/2022 86
Figura 49 - Artigo de opinião publicado no Novo Semanário no dia 02/06/2022 87

Sumário Executivo

O Conselho de Cidadãos de Lisboa (CCL) representa a primeira experiência deliberativa organizada à escala local por uma autarquia em Portugal. O CCL foi lançado em janeiro de 2022 pelo executivo da Câmara Municipal de Lisboa (CML) presidido por Carlos Moedas, tendo sido uma das propostas do programa eleitoral da coligação "Novos Tempos" por ele encabeçada. A primeira edição do CCL decorreu em 2022, através de uma sessão deliberativa presencial que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lisboa, nos dias 14 e 15 de maio de 2022. Através de um processo de amostragem aleatória e estratificada que envolveu 2351 cidadãos que se inscreveram de forma voluntária, 50 foram selecionados e convocados para co-construir propostas no âmbito das alterações climáticas.

Este Relatório Final de Avaliação (Relatório, doravante) foi elaborado por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) coordenada por Roberto Falanga e integrando as investigadoras Inês Renda e Camila Costa. A encomenda desta avaliação pelo executivo da CML visa proporcionar um conjunto sistematizado de informações relativo à primeira edição do CCL e destacar aspetos positivos e a melhorar a serem considerados em futuras edições. Importa frisar o caráter experimental subjacente a inovações democráticas como o CCL e a ausência de um modelo ou formato único para este tipo de experiências deliberativas. Portanto, com o intuito de responder de maneira abrangente aos objetivos da avaliação, a equipa definiu critérios de avaliação que orientaram a aplicação de uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, ao longo das três fases principais deste CCL: preparação e planeamento; deliberação e resultados; caminhos para o impacto.

Na Primeira Parte do Relatório são apresentados os resultados da avaliação organizados de acordo com as três fases referidas acima. Na Segunda Parte são apresentados os resultados da avaliação organizados de acordo com as principais análises realizadas pela equipa. Esta Segunda Parte visa complementar a Primeira com dados primários e informações mais pormenorizadas derivadas da aplicação de cada instrumento de análise. Finalmente, o Relatório propõe um conjunto de Recomendações para futuras edições do CCL, uma lista de Referências Bibliográficas e diversos Anexos.

Em síntese, o CCL representou, de forma geral, uma experiência muito positiva que permitiu, segundo os membros do consórcio organizador, pôr em prática conhecimentos de forma coordenada, autónoma e independente de qualquer interferência política. Tanto os membros do consórcio organizador como os participantes consideraram adequado o tema escolhido e a pergunta de partida, tendo apenas sido levantadas algumas dúvidas sobre a suficiência da informação facultada. Embora a CML tenha efetuado um grande esforço para garantir a necessária transparência ao longo deste processo, alguns membros do consórcio organizador e participantes referiram a existência de um certo deslizamento entre a publicação da Metodologia e a estratégia de comunicação, indicando a oportunidade da primeira ser preparada com maior antecedência em futuras edições. Outra observação diz respeito ao grau de inclusividade do CCL, notando-se uma escassa participação de alguns grupos mais afastados da vida política e do debate público, o que estará relacionado com o modo como a estratégia de comunicação foi implementada.

Os participantes selecionados interpretaram o seu papel de forma diferente, estando a maioria deles mais orientada para uma deliberação coletiva, enquanto alguns tinham mais interesse em dar a sua opinião. O espaço do Salão Nobre foi bem recebido pelos participantes, mas alguns membros do consórcio organizador apontaram para o recurso a espaços mais arejados e adequados a dinâmicas participativas em futuras edições. A presença de conselheiros na primeira parte do CCL foi bem recebida, apesar de terem surgido algumas críticas relativamente à duração e à linguagem adotada. No geral, e não obstante alguns participantes as terem entendido como mais orientadas a ações de formação do que deliberação, as dinâmicas propostas pela equipa de facilitação foram avaliadas positivamente, com exceção do momento da decisão sobre as propostas, que foi percebido, de uma forma geral, como mais desestruturado. O grupo de participantes mostrou baixos níveis de mudança de opinião ao longo da sessão, provavelmente por haver uma certa homogeneidade do ponto de vista atitudinal, nomeadamente em termos de

confiança dos participantes em poder conseguir influenciar o processo de decisão ("eficácia política interna") e de posições perante o tema escolhido, unanimemente percebido como real e prioritário. Estas características terão contribuído para que houvesse uma perceção generalizada entre os participantes de que as suas opiniões foram ouvidas, respeitadas e acolhidas. A satisfação com esta primeira edição foi elevada, mas, apesar de a sua duração ter sido avaliado como razoável, foram levantadas algumas dúvidas pelos membros do consórcio organizador sobre qual o melhor formato a adotar em futuras edições. A presença da imprensa na abertura e no encerramento da sessão, bem como a comunicação através dos canais oficiais da CML, garantiram o fluxo de informação antes, durante e depois da sessão. Destaca-se, por fim, que ao longo da sessão houve uma evolução significativa da perceção dos participantes acerca da responsividade e proximidade entre cidadãos, representantes eleitos e sistema político ("eficácia política externa"), bem como um maior conhecimento factual sobre alguns aspetos das alterações climáticas.

À sessão deliberativa, de que resultaram sete conjuntos de propostas apresentadas ao executivo da CML, segue-se um processo de análise interna sobre a sua exequibilidade, que culminará com a partilha de informação sobre as propostas que terão seguimento. Apesar de não ter sido divulgado um calendário detalhado com as etapas desta última fase do CCL, os participantes mostraram-se esperançosos em relação à implementação das propostas, reconhecendo a necessidade de uma análise técnica das mesmas. Um fator adicional que poderá garantir o impacto do CCL é a sua articulação com outros processos participativos implementados no município de Lisboa.

Perante estes resultados, pode afirmar-se que a primeira edição do CCL constituiu uma experiência deliberativa notável, que, de uma forma geral, foi recebida positivamente pelos cidadãos inscritos. Representando um avanço positivo das ferramentas participativas da CML, as críticas apontadas ao longo deste caminho devem e podem servir para ativar um robusto processo de aprendizagem e melhoria para as futuras edições do CCL.

Introdução

O Conselho de Cidadãos de Lisboa (CCL) insere-se num conjunto de inovações democráticas participativas e deliberativas que têm proliferado ao nível global em diferentes formatos (Smith, 2009). Informadas pelas teorias da democracia participativa e deliberativa, as inovações democráticas procuram contribuir para complementar e, desejavelmente, reformar as instituições políticas, abordando problemas complexos e, sobretudo na última década, tentam dar uma resposta à desmobilização em torno das formas convencionais de participação na vida social e política, bem como ao declínio da confiança em representantes eleitos e no sistema político (OECD, 2020). Neste contexto, a democracia portuguesa não é exceção, apresentando nos últimos anos níveis baixos de confiança política nas instituições, particularmente entre os mais jovens (menores de 29 anos) e as pessoas com rendimentos mais baixos (OECD, 2022). De acordo com Torcal (2014), o decréscimo de confiança nas instituições políticas deve-se, em grande parte, à perceção dos cidadãos de uma limitada capacidade de resposta dos representantes políticos em relação às suas preocupações e reivindicações.

No alvo das inovações democráticas, as experiências deliberativas têm vindo a ganhar palco por representarem um conjunto de ferramentas que permitem reunir cidadãos comuns, selecionados por meio de uma amostra que almeja a representatividade, com o propósito de estes aprenderem, deliberarem e apresentarem propostas ou recomendações sobre um determinado tema ou conjunto de temas. O formato dos "mini-públicos" procura, assim, espelhar a população em geral, sendo, por isso, considerado uma aproximação a um microcosmo da mesma (Harris, 2019). Na literatura científica encontram-se diferentes critérios de agrupamento dos mini-públicos, onde se inserem diversos modelos participativos e deliberativos já experimentados à escala internacional, como os painéis ou júris de cidadãos, as sondagens deliberativas e as assembleias de cidadãos, entre outros.

São elementos-chave dos mini-públicos o empoderamento através de uma elevada qualidade da deliberação – uma abordagem comunicacional que, ao invés de agregar preferências individuais, propõe a reflexão e a conexão de interesses particulares a valores ou bens coletivos (Fishkin, 2018; Dryzek, 2020). Perante a difusão de experiências deliberativas, a OCDE produziu recentemente um conjunto de critérios de avaliação que visam apoiar o trabalho de monitorização e avaliação desses processos (OECD, 2021).

A avaliação dos processos participativos e deliberativos contribui para o reforço da legitimidade e confiança, quer nos resultados produzidos pela deliberação quer nas instituições que a promovem, oferecendo, adicionalmente, a oportunidade de melhorar futuras práticas, por via da sistematização dos sucessos alcançados e dos obstáculos encontrados em cada uma das etapas (Falanga & Ferrão, 2021). Apesar do carácter experimental da maioria desses processos, existe já um vasto debate sobre boas práticas que têm vindo a afirmar-se no contexto global. É nesse contexto que a equipa de avaliação do CCL adotou e adaptou os critérios propostos pela OCDE (2021) para o trabalho plasmado neste Relatório.

Conforme consta na Metodologia do CCL publicada no *site* da Câmara Municipal de Lisboa (CML)[1], esta avaliação tem de dar conta dos seguintes aspetos:

- metodologia;
- processo de amostragem;
- materiais usados na preparação do tema;
- agenda e instrumentos de facilitação;
- restituição das sessões (a cargo dos facilitadores independentes);
- contributos da sociedade civil e da academia;
- apreciação geral da execução e do impacto do exercício.

[1] Ver o Anexo A e página do site da CML a esse link:
https://cidadania.lisboa.pt/fileadmin/cidadania/participacao/conselho_cidadaos/Metodologia_Comissao_Cidadaos.pdf

Relativamente à Metodologia do CCL, conforme descrito na Primeira Parte do Relatório, a primeira edição foi preparada e realizada tendo em conta os principais contributos teóricos e empíricos das assembleias de cidadãos, uma tipologia específica de mini-públicos. Os critérios utilizados para esta avaliação são descritos na secção 1 e visam prestar conta dos múltiplos aspetos inerentes ao desenho e implementação da metodologia adotada para a primeira edição do CCL. Em particular, a análise do CCL à luz desses critérios permite focar a análise na preparação e planeamento, deliberação e resultados, bem como nos caminhos para o impacto abertos por esta primeira edição.

No que diz respeito ao processo de amostragem, esta primeira edição contou com a vasta experiência do Fórum dos Cidadãos, uma das entidades parceiras externas contratadas pela CML. O Fórum dos Cidadãos foi responsável pela realização do sorteio aleatório e estratificado do conjunto de cidadãos inscritos com base em cinco critérios: (i) género; (ii) data de nascimento; (iii) freguesia de residência e/ou trabalho e/ou estudo; (iv) situação profissional; (v) escolaridade. O processo de amostragem foi realizado respeitando a política de privacidade da CML, sendo que a partilha de dados sobre os inscritos foi realizada através da pseudonimização dos dados primários única e exclusivamente com as equipas do Fórum dos Cidadãos e do ICS-UL[2]. O sorteio, realizado no dia 29 de abril de 2022 e transmitido em *streaming* pela CML, possibilitou a constituição de uma amostra de 50 participantes efetivos e 50 suplentes. Para os fins da avaliação e investigação, foi criada ainda uma terceira amostra de cidadãos, conforme descrito no parágrafo 2.8.

O executivo da CML definiu as alterações climáticas como um tema prioritário da cidade de Lisboa. Tendo como referência o trabalho desenvolvido até agora pelo município e as novas ações a serem tomadas perante a aceleração dos efeitos das alterações climáticas, a pergunta de partida que deu início à sessão deliberativa dos dias 14 e 15 de maio de 2022 visou estimular a discussão entre os participantes, conforme descrito nos parágrafos 2.3 e 2.4. Os materiais partilhados com os cidadãos no local constaram de uma capa com folhas para tirar notas, uma caneta e dois pequenos livros ilustrados da CML – "25 Ecogestos Energia"[3] e "25 Ecogestos Economia Circular"[4]. Foram ainda partilhadas as apresentações dos quatro conselheiros convidados pela CML no início do primeiro dia da sessão, conforme descrito no parágrafo 2.5.

No que concerne à restituição das sessões a cargo dos facilitadores, este Relatório evidencia os aspetos positivos e menos positivos destacados através da análise das dinâmicas da sessão deliberativa, conforme descrito na secção 2 da Primeira Parte do Relatório. Esta informação é complementada pela secção 7 "Análise das notas de campo relativas à observação da sessão deliberativa" na Segunda Parte do Relatório.

Este Relatório representa o resultado de um esforço notável de conjugação entre o debate científico internacional, não descuidando dos contributos partilhados por organizações da sociedade civil, e os dados empíricos recolhidos e analisados em Lisboa. Este propósito é consubstanciado ao longo do Relatório nas suas dez secções com o apoio de um vasto conjunto de notas de rodapé e referências bibliográficas atualizadas, as quais se encontram listadas no fim.

Finalmente, este Relatório tem como propósito último a apreciação geral da preparação e execução da primeira edição do CCL. Este propósito é cumprido por via da apresentação e discussão dos resultados obtidos através de uma abordagem mista e respetivas análises. Para fins de acesso e leitura, este Relatório está estruturado em duas partes:

- A **Primeira Parte** apresenta os principais resultados da avaliação obtidos em cada uma das três principais fases do CCL: preparação e planeamento (secção 2), deliberação e

[2] O Município de Lisboa é depositário dos dados primários recolhidos através da inscrição dos cidadãos e responsável pelo seu tratamento de dados para fins de amostragem, análise estatística e investigação (consentimento (al. a) do nº 1, do art.º 6º do RGPD) e art. 31º do RGPD). O Fórum dos Cidadãos e o ICS-UL são destinatários dos dados secundários, após a sua pseudonimização, salvaguardando-se as finalidades acima especificadas. Para mais informações: https://cidadania.lisboa.pt/inscricao-no-conselho-de-cidadaos; https://www.lisboa.pt/politica-de-privacidade

[3] Descarregável a esse link: Não é: Descarregável em: https://cidadania.lisboa.pt/fileadmin/atualidade/publicacoes_periodicas/ambiente/25_eco_gestos_energia.pdf

[4] Descarregável a esse link: https://cidadania.lisboa.pt/fileadmin/atualidade/publicacoes_periodicas/ambiente/eco-gestos-agua_25.pdf Idem

resultados (secção 3), e caminhos para o impacto (secção 4). Cada fase responde ao conjunto de critérios adotados nesta avaliação, os quais foram formulados a partir de uma revisão sistemática da literatura neste âmbito, com especial destaque para o mais recente contributo da OCDE (2021) referido acima. Alguns critérios são específicos de cada fase, enquanto outros são transversais às três fases do CCL, exprimindo, ao longo da experiência deliberativa, diferentes aspetos dos mesmos.

- A **Segunda Parte** apresenta os resultados obtidos numa ótica complementar à Primeira Parte, destacando cada um dos métodos aplicados pela equipa ICS-UL. Esta parte faculta um conteúdo mais detalhado e aprimorado sobre as análises realizadas ao longo da primeira edição do CCL em oito secções: (i) Análise das fichas de inscrição; (ii) Análise dos inquéritos; (iii) Análise das notas de campo relativas à observação da sessão deliberativa; (iv) Análise das entrevistas; (v) Análise dos grupos focais; (vi) Análise da comunicação social; (vii) Análise dos Debates Específicos na Assembleia Municipal de Lisboa; (viii) Análise das notas relativas à reunião entre CML e embaixadores.

PRIMEIRA PARTE

1. Metodologia

A avaliação reportada na Primeira Parte do Relatório estrutura-se de acordo com as três principais fases da primeira edição do CCL, sendo sequencialmente analisadas:

(i) Preparação e planeamento;
(ii) Deliberação e resultados;
(iii) Caminhos para o impacto.

Em cada uma das fases enunciadas acima, os critérios de avaliação foram trabalhados de maneira a individuar e dar conta da evolução do CCL, tentando colher a complexidade desse processo com um olhar atento a aspetos específicos emergentes ao longo do seu desenvolvimento. Os critérios foram adaptados a partir do mais recente contributo da OCDE (2021) neste âmbito, conforme se apresenta na tabela abaixo.

Tabela 1 – Fases e critérios de avaliação do CCL

Fases / Critérios	Preparação e planeamento	Deliberação e resultados	Caminhos para o impacto
Abertura	x		
Adequação e pertinência	x		
Articulação		x	x
Autonomia e independência	x		
Competências cívicas		x	
Comunicação	x	x	x
Coordenação	x	x	
Duração		x	
Eficácia das dinâmicas		x	
Espaço		x	
Evolução atitudinal		x	
Informação	x	x	
Mudança de opinião		x	
Neutralidade		x	
Privacidade		x	
Papel percebido		x	
Representatividade e inclusão	x		
Satisfação		x	
Seguimento e acompanhamento das propostas			x
Tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo		x	
Transparência	x	x	x

Fonte: Equipa ICS-UL (adaptado de "Evaluation Guidelines for Representative Deliberative Processes" (OECD, 2021)).

Como em qualquer avaliação de políticas públicas, os critérios estão estritamente associados aos métodos aplicados para a avaliação, sendo aliás uma referência fundamental para a sua escolha. A equipa ICS-UL alinhou-se com a evidência internacional e adotou métodos derivados das ciências sociais, optando por uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A preparação e aplicação dos métodos inclui a recolha e análise de dados através de:

(i) **documentação** oficial produzida pela CML, incluindo a Metodologia (ver o Anexo A) e a Ficha de inscrição (ver o Anexo B);
(ii) reuniões de **monitorização**, incluindo a reunião entre a CML e os embaixadores do CCL (grupo restrito de participantes escolhidos para acompanharem o seguimento das propostas apresentadas) no dia 27 de junho de 2022, e a reunião de dia 28 de julho de 2022 organizada com o objetivo de responder a dúvidas e questões sobre o Relatório Intermédio entregue no dia 22 de junho de 2022 aos membros do consórcio;
(iii) **observação** não participante durantes os dois dias da sessão nos dias 14 e 15 de maio de 2022;
(iv) **inquéritos** por questionário pré-pós, *i.e.* antes e depois da sessão deliberativa de 14 e 15 de maio de 2022, a participantes e a não-participantes inscritos (grupo de controlo), seguindo a lógica do método experimental;
(v) **entrevistas,** no local, a três dos quatro especialistas convidados na sessão (definidos "conselheiros");
(vi) **entrevistas** online com membros do consórcio organizador, nomeadamente com uma representante do Departamento de Marca e Comunicação da CML, um membro do Gabinete da Senhora Vereadora Laurinda Alves, e um membro do Gabinete do Senhor Presidente da CML Carlos Moedas;
(vii) **grupos focais** online com membros do consórcio organizador, designadamente a equipa da Divisão de Participação inserida no Departamento de Relação com o Munícipe e Participação da CML, assim como com os parceiros externos envolvidos na organização do CCL, nomeadamente Fórum dos Cidadãos e Human Fleet;
(viii) **comunicação social** promovida pela CML e conteúdos de promoção e divulgação do CCL dirigidos à população, bem como da imprensa *online*;
(ix) **Debates Específicos** que tiveram lugar a 5 de maio de 2 de junho de 2022 na Assembleia Municipal de Lisboa (AML).

A recolha dos dados supramencionados compreendeu o período de janeiro a junho de 2022, conforme ilustrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Cronograma da avaliação do CCL

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Documentação						
Monitorização						
Observação						
Inquéritos						
Entrevistas no local						
Entrevistas online						
Grupos focais online						

Comunicação social						
Debates Específicos						

Em junho de 2022 foi elaborado, a pedido da CML, um Relatório Intermédio de Avaliação que foi objeto de reunião entre a equipa ICS-UL e representantes do Executivo da CML em julho de 2022. O presente Relatório começou a ser preparado em julho de 2022 sendo entregue em setembro de 2022. Destaca-se ainda que, considerando este arco temporal, os critérios relacionados com os caminhos para o impacto foram só parcialmente considerados, estando em curso a análise das propostas apresentadas pelos cidadãos na CML. Notamos ainda que não foi possível, durante este período, reunir com o Departamento Municipal do Ambiente da CML, membro do consórcio organizador, para os fins desta avaliação.

2. Preparação e planeamento

A iniciativa do CCL foi promovida pelo atual Executivo da Câmara Municipal de Lisboa que exerce funções desde setembro de 2021, tendo sido publicamente anunciada a 27 de janeiro do presente ano, Dia Nacional da Participação.

Os objetivos do CCL, inscritos na sua Metodologia (ver o Anexo A), são os seguintes:

(i) promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade;
(ii) aproximar os cidadãos da tomada de decisão;
(iii) melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades.

O contexto social e político, caracterizado pela baixa satisfação com o funcionamento da democracia, falta de interesse e de participação, particularmente entre os mais jovens, é reconhecido na Metodologia do CCL como fator motivador da iniciativa (ver o Anexo A). Assim, a CML assumiu o compromisso de, pelo menos uma vez por ano, organizar uma edição do CCL sobre temas prioritários para a cidade.

Na sua primeira edição, puderam inscrever-se para participar no CCL todas as pessoas que vivem, trabalham ou estudam em Lisboa, sendo posteriormente selecionados 50 cidadãos que, apoiados por conselheiros e uma equipa de facilitadores, trabalhariam na co-construção de propostas a submeter ao Executivo camarário. O planeamento da primeira edição do CCL teve início em janeiro de 2022 e contou com um consórcio organizador formado por seis equipas camarárias:

- Gabinete do Presidente da CML, Carlos Moedas;
- Gabinete da Vereadora Laurinda Alves com o Pelouro da Cidadania;
- Divisão de Participação inserida no Departamento da Relação com o Munícipe e Participação;
- Divisão do Ambiente;
- Divisão de Marca e Comunicação.

A estas equipas, juntaram-se três entidades externas convidadas pela CML:

- Fórum dos Cidadãos, equipa responsável pela co-criação do modelo do CCL com a CML, incluindo o processo de amostragem;
- Human Fleet, equipa responsável pela facilitação e organização das dinâmicas de deliberação durante a sessão de dia 14 e 15 de maio de 2022;
- Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa (ICS-UL), equipa responsável pela monitorização e avaliação da primeira edição do CCL.

A avaliação da preparação e planeamento do CCL foi desenvolvida tendo em conta os seguintes critérios: (i) coordenação; (ii) autonomia e independência; (iii) adequação e pertinência do tema e abertura; (iv) Adequação da pergunta de partida; (v) informação; (vi) transparência e privacidade; (vii) comunicação; (viii) representatividade e inclusão. Cada critério é apresentado através da síntese dos resultados obtidos através da abordagem mista desenvolvida pela equipa do ICS-UL (ver Segunda Parte do Relatório), com particular destaque nesta fase para a análise das entrevistas e dos grupos focais com as equipas que compõem o consórcio organizador.

2.1. Coordenação

Das análises efetuadas em entrevistas e grupos focais, a coordenação entre as equipas da CML e as entidades externas foi apreciada como positiva pelos membros do consórcio organizador, os quais apontaram para a existência de abertura e bom ambiente colaborativo. Não obstante isso, foi apontada alguma desarticulação no fluxo de informação na fase inicial de preparação do CCL, a par de alguma rotatividade dos representantes das diferentes equipas envolvidas, o que terá dificultado algumas tarefas no início dos trabalhos.

As reuniões semanais de preparação e monitorização organizadas a partir de janeiro de 2022 foram integradas pela equipa ICS-UL em primeira instância, o Fórum dos Cidadãos em fevereiro e a Human Fleet em abril de 2022. Foi apontado que a integração atempada do Fórum dos Cidadãos teria sido benéfica no que concerne à definição das variáveis a incluir na ficha de inscrição, uma vez que foi necessário um ajuste das mesmas em fase de amostragem para corresponderem aos dados disponíveis sobre a população em geral. No mesmo sentido, foi apontado que a integração antecipada e a partilha mais consistente de informação teria ajudado a Human Fleet na escolha e definição das metodologias mais adequadas ao perfil dos participantes durante a sessão.

Vários elementos do consórcio organizador descreveram um aumento de produtividade na fase final de preparação do CCL, bem como a necessidade de adaptação que o desenho do processo exigiu de todos, tendo em conta o seu carácter seminal e inovador. Neste aspeto, a resposta dos diferentes elementos aos desafios que se colocaram foi positiva.

"*Conseguimos em muito pouco tempo avançar.*" Membro do consórcio organizador

"*Houve uma evolução. Todos acabámos por perceber que ganhávamos mais se estivéssemos com menos formalismos e conseguíssemos estar mais abertos, indo às questões de uma forma mais direta."* Membro do consórcio organizador

2.2. Autonomia e independência

Os membros do consórcio organizador consideraram ter levado a cabo as suas funções de forma autónoma e independente, isto é, sem interferência política. A presença das entidades externas conferiu, aliás, credibilidade ao CCL, tendo tal sido reconhecido também pelos próprios participantes durante a sessão, como relevado nos inquéritos (ver secção 6 "Análise dos inquéritos" na Segunda Parte do Relatório).

"*Positivo: Ter representantes da CML a acompanhar o processo. Os organizadores serem objetivos e imparciais. Ser um processo inclusivo. Ter o acompanhamento da UL e do ICS.*" Participante

2.3. Adequação, pertinência do tema e abertura

O tema escolhido para a primeira edição do CCL foram as alterações climáticas, uma das prioridades estratégicas assumidas pelo Presidente da CML para este mandato. As alterações climáticas são o terceiro tema mais popular entre os processos deliberativos já realizados (OECD, 2021), sendo este considerado um tópico especialmente apropriado para o contexto deliberativo

por, potencialmente, ajudar a promover a criação de respostas a longo prazo, a literacia climática e a saliência política do problema junto da população (cf. Devaney et al., 2020). Da parte do consórcio organizador, a escolha de um modelo de participação deliberativo justificou-se, entre outras coisas, pela necessidade de se reunir consenso sobre uma questão que afeta transversalmente, ainda que de diferentes formas, todas as pessoas que vivem e/ou trabalham e/ou estudam em Lisboa.

"*O clima é um tema que exige o envolvimento de toda a gente e que todos estejamos concentrados nele. Todos temos de contribuir, pessoas, empresas, Estado.*" Membro do consórcio organizador

Todas as partes envolvidas no CCL, incluindo o consórcio organizador e os participantes selecionados, consideraram o tema pertinente e prioritário. Não obstante o tema ter sido bem recebido pelos participantes, ao longo da sessão tornou-se clara, através da observação (ver secção 7 "Análise das notas de campo relativas à observação da sessão deliberativa" na Segunda Parte do Relatório), a urgência sentida pelos mesmos relativamente a outros tópicos direta ou indiretamente relacionados com as alterações climáticas (*e.g.* mobilidade e habitação).

Alguns participantes e membros do consórcio organizador apontaram ainda para uma maior abertura do processo deliberativo, indicando num dos grupos focais (ver secção 9 "Análise dos grupos focais" na Segunda Parte do Relatório), a possibilidade de se definir, futuramente, a agenda em conjunto com os cidadãos.

Finalmente, o anúncio do tema teve lugar cerca de uma semana antes do encerramento das inscrições para a primeira edição do CCL[5]. Esta decisão foi tomada pelo executivo da CML de forma a abrir o CCL a todos os cidadãos, independentemente da atração e interesse em temas específicos, mantendo o processo inclusivo e diverso do ponto de vista das atitudes e características dos participantes.

Aprofundamento – A escolha do tema

A cimeira belga "G1000" em 2011 oferece um exemplo bem-sucedido que combinou a participação de cidadãos sorteados e não sorteados, os quais foram convidados a escolher os temas politicamente mais relevantes. Os temas foram posteriormente organizados em clusters, tendo os 3 tópicos mais votados sido discutidos pela cimeira cidadã. Também a experiência irlandesa "We The Citizens" em 2011 privilegiou a inclusão de participantes selecionados e não selecionados na definição da agenda, tendo sido realizadas, para o efeito, sete reuniões abertas a todos os cidadãos (We the Citizens, 2011). Nesta senda, a "Assembleia de Cidadãos" da Estónia, que decorreu entre 2012 e 2014, contou com as contribuições online de milhares de cidadãos sobre um conjunto de cinco temas pré-selecionados (Jonsson, 2020). As propostas e comentários dos cidadãos foram posteriormente organizados e tidos em conta pelos cidadãos sorteados em seminários deliberativos (Harris, 2019). A inclusão da restante população e grupos de interesse através das novas tecnologias garante um maior grau de abertura e resulta no fortalecimento da ligação entre o mini-público com o maxi-público, aumentando a perceção da legitimidade do processo (Caluwaerts & Reuchamps, 2016).

2.4. Adequação e pertinência da pergunta de partida

A pergunta de partida proposta aos participantes foi formulada da seguinte forma: "O que temos de fazer para Lisboa enfrentar as alterações climáticas?"

Esta pergunta foi fruto de um esforço conjunto e bem-sucedido do consórcio organizador sob a liderança da Divisão de Ambiente. Os membros do consórcio organizador e os participantes consideraram que a linguagem empregue foi simples e neutra, não dicotómica ou redutora das possibilidades propositivas.

[5] A possibilidade de avançar com o tema das alterações climáticas tinha sido adiantada num debate organizado no ICS no dia 11 de abril de 2022. A gravação do debate está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yZfN7nPKaS0

2.5 Informação

A designação dos conselheiros foi liderada pela Divisão do Ambiente, em sinergia com o Gabinete do Presidente da CML, contando com a presença de: Catarina Freitas, Diretora Municipal do Departamento de Ambiente; Júlia Seixas, Professora Associada da Universidade Nova de Lisboa; Pedro Barata, empresário e membro da cooperativa Copérnico; e Roberta Medina, CEO do Festival "Rock in Rio". Segundo destacado por alguns membros do consórcio organizador, a centralização desta escolha poderá ter condicionado a perceção de neutralidade dos pontos de vista apresentados. Sem prejuízo, os cidadãos entenderam como positivos os contributos dos 4 conselheiros (ver secção 6 "Análise dos inquéritos" na Segunda Parte do Relatório).

Destaca-se ainda que nesta primeira edição não foi possível contar com o envolvimento da "Comissão de Observação", conforme previsto e anunciado pela CML através das "Perguntas Frequentes" na página online da iniciativa[6], onde se estipula que "será constituída uma comissão de observação do processo composto por organizações da sociedade civil e da academia que irá avaliar os processos e metodologias utilizados, podendo também emitir pareceres e indicar moderadores."

Aprofundamento – A escolha dos oradores

Vários órgãos que promovem assembleias de cidadãos no mundo destacam que a pluralidade de pontos de vista e experiências dadas a conhecer aos cidadãos deve ser assegurada de forma a evitar enviesamentos e a garantir a qualidade da deliberação e das propostas/recomendações finais. A diversidade de perspetivas e o controlo dos cidadãos relativamente à informação à qual têm acesso são considerados aspetos essenciais no que concerne a perceção de legitimidade e confiança do público em geral nos processos deliberativos (newDemocracy Foundation and UN Democracy Fund, 2019; OECD, 2020). As melhores práticas apontam para que a seleção dos oradores seja dirigida por um grupo independente de especialistas no tema (e.g. Assembleia de Cidadãos irlandesa, 2016-2018) e que, preferencialmente, se considerem os contributos/necessidades identificados pelos próprios participantes. São ainda possíveis diferentes modalidades de integração dos cidadãos neste processo, nomeadamente através da definição dos critérios de seleção dos especialistas, da escolha direta dos mesmos a partir de um conjunto de candidatos pré-selecionados e/ou da convocação não intermediada de especialistas, testemunhas e outros *stakeholders* que os cidadãos entendam que devem ouvir, consagrando-lhes tempo suficiente para o efeito (Roberts et al., 2020).

2.6. Transparência e privacidade

A transparência é um princípio fundamental que foi assegurado através da publicação da Metodologia do CCL no site oficial da CML, a 28 de abril de 2022, e da transmissão ao vivo do sorteio dos participantes, no dia 29 de abril de 2022, através dos canais oficiais da CML.

Neste âmbito, alguns aspetos mais suscetíveis de crítica prenderam-se com informações disponibilizadas no site, em particular no que diz respeito à transmissão em *streaming* das sessões e à sua abertura a observadores externos mediante inscrição[7]. Tal acabou por não se verificar, pois, uma vez fechado o desenho do modelo, considerou-se que a transmissão integral dos trabalhos condicionaria negativamente o estabelecimento de um ambiente propício à deliberação entre os participantes[8].

[6] Mais informação em "Perguntas frequentes" ("Como é garantida a transparência e a imparcialidade?"): https://informacoeseservicos.lisboa.pt/servicos/perguntas-frequentes/cidadania
[7] A informação relativa à presença de observadores externos continua disponível na secção "Perguntas Frequentes", https://informacoeseservicos.lisboa.pt/servicos/perguntas-frequentes/cidadania
[8] Segundo a literatura científica, esta solução respeitou a privacidade dos cidadãos selecionados e permitiu promover um ambiente mais propício à livre troca de experiências e ideias (Suiter et al., 2016; OECD, 2020).

2.7. Comunicação

A comunicação do processo, em todas as etapas, tem um papel importante no que concerne a transparência, a confiança e a perceção da legitimidade do processo deliberativo. O lançamento do CCL foi marcado pela divulgação de um vídeo institucional[9] em que o Presidente da CML convidou os munícipes a inscreverem-se para, assim, tomarem parte de uma "maneira nova de fazer política, em que todas as pessoas de Lisboa podem participar na construção da sua cidade".

A par do vídeo institucional, foi lançada a já mencionada página online no site da CML que incluía uma explicação sobre o modelo adotado (ver o Anexo A), o formulário de inscrição (ver o Anexo B), algumas "perguntas frequentes" e respetivas respostas. Aqui, explicava-se em maior detalhe alguns elementos-chave dos processos participativos e deliberativos, nomeadamente o recurso a um sorteio cívico, neste caso de 50 cidadãos, aleatório, mas estratificado de acordo com critérios sociodemográficos que asseguram representatividade do grupo selecionado em relação à população lisboeta.

O site menciona igualmente que se trata de uma forma de participação política não partidária, inspirada no modelo das "assembleias de cidadãos". A afirmação de que se trata de uma "iniciativa de democracia deliberativa" é acompanhada frequentemente pela palavra "debate", na comunicação oficial da iniciativa, o que poderá ter dificultado a compreensão sobre o modelo de participação pretendido, como se depreendeu da observação da sessão (ver secção 7 "Análise das notas de campo relativas à sessão deliberativa" na Segunda Parte do Relatório). Da mesma forma, a escolha de chamar a iniciativa de "conselho" em vez de "assembleia" poderá ter acrescentado alguma confusão a este respeito. Destaca-se ainda que a comunicação através do site da CML correu em paralelo com a disseminação de informação no Portal Lisboa Participa, o portal da CML em matéria de participação (ver secção 10 "Análise da comunicação social" na Segunda Parte do Relatório).

Aprofundamento – estratégias de comunicação

Um dos exemplos bem-sucedidos de estratégia de comunicação online é o da Camden Council's Citizens' Assembly (UCL Culture, 2019). Neste caso, a equipa de comunicação fez publicações nas redes sociais com explicações sobre o que são as alterações climáticas, dimensionando a importância do envolvimento de cada pessoa no assunto. O propósito não foi somente informar para envolver, mas também assumir publicamente a importância do tema em debate e a responsabilidade de cada um, incluindo o governo, num trabalho conjunto.

O arranque da primeira edição do CCL foi caracterizado pela necessidade de, por um lado, dar a conhecer ao público geral esta nova iniciativa e, por outro lado, organizar internamente o fluxo de informação. Esse segundo aspeto enfrentou algum impasse devido à novidade do processo, segundo foi referido por alguns membros do consórcio organizador que apontaram para um certo deslizamento entre a divulgação do CCL e a publicitação da Metodologia, o que terá causado alguma dificuldade na construção da estratégia de comunicação, nomeadamente no que diz respeito à explicitação do exercício deliberativo e da sua diferença em relação a outros mecanismos de participação já existentes no município[10].

"*Começámos a preparar a divulgação do evento sem que estivesse organizado. Isso prejudicou um pouco a forma como comunicámos o CCL, pois tínhamos pouca informação no início*."
Membro do consórcio organizador

[9] Disponível em: https://www.facebook.com/camaradelisboa/videos/conselho-de-cidad%C3%A3os/510366983729371/

[10] Noutros processos, identificou-se como vantajosa a realização de workshops/sessões de esclarecimento sobre os processos deliberativos com os vários membros envolvidos no seu planeamento e execução, incluindo o consórcio organizador, os especialistas e os próprios cidadãos participantes (Roberts et al., 2020).

2.8. Representatividade e inclusão

O modelo de seleção e recrutamento adotado pelo CCL passou pela disponibilização de um formulário de inscrição *online* (ver o Anexo B). As Lojas Lisboa e 10 das 24 juntas de freguesia da cidade, mediante acordo com a CML, também se disponibilizaram para inscrições presenciais[11].

A inscrição prévia para a seleção implicou um certo grau de autosseleção dos potenciais participantes, conforme indicado por alguns membros do consórcio organizador. Em particular, a inscrição prévia poderá ter condicionado alguns parâmetros sociodemográficos da amostra final. A escolha deste modelo foi motivada por não ser possível avançar para um sorteio cívico de toda a população do município de Lisboa perante um parecer interno que desaconselhou a utilização não expressamente consentida dos dados dos cidadãos. Portanto, por motivos relacionados com a sua privacidade e proteção de dados, optou-se pelo modelo de inscrição prévia que consentiu, aliás, alargar o espectro de participantes para trabalhadores e estudantes não necessariamente residentes no município de Lisboa.

Aprofundamento – Os fenómenos de autosseleção

De acordo com a literatura científica, os processos participativos abertos a todos tendem a atrair grupos de cidadãos mais ativos e com maiores níveis de escolaridade. Em particular, expressam maior vontade em participar em assembleias de cidadãos, pessoas com maior interesse por política e que se sentem mais confiantes nas suas capacidades para deliberar e decidir (Walsh & Elkink, 2021). Este fenómeno pode levar a riscos de autosseleção e, portanto, de reprodução de desigualdades relativamente à participação na vida política (Smith, 2009). Perante estes riscos, a seleção aleatória pode oferecer maior garantia de incluir pessoas mais afastadas da vida política, havendo relativa igualdade de oportunidades e recursos para o exercício da cidadania nestes contextos (Harris, 2019). Importa salientar, contudo, que os mini-públicos não são imunes aos efeitos da autosseleção, mesmo quando se opta pelo sorteio cívico como método de seleção dos participantes. A literatura confirma que as taxas de resposta positiva entre os cidadãos selecionados tendem a ser relativamente baixas, com raras exceções, como o caso do Parlamento de Cidadãos australiano iniciado em 2009 em que 30% dos selecionados aceitaram participar (Dryzek, 2020).

Para contrariar os diferentes graus da autosseleção, são utilizadas estratégias variadas. Nalguns processos, opta-se por enviesar positivamente a amostra no que concerne grupos minoritários (e.g. Austrália, em 2009, com a população indígena). Na Bélgica, 10% dos lugares do G1000 (2012), foram reservados para minorias étnicas e pessoas em situação de sem-abrigo, as quais foram recrutadas em parceria com organizações de intervenção local. Os esforços que foram feitos no sentido de mobilizar as populações mais afastadas do sistema político – designadamente através de quatro sessões de sensibilização, três das quais em escolas secundárias e uma das quais numa Universidade Sénior, bem como de publicidade paga nas redes sociais, dirigida às freguesias com menor número de inscritos – apontam para um potencial caminho. Para este efeito, como apontado por Castells (2009), a comunicação deverá apoiar-se em meios presenciais e digitais para chegar às várias camadas da sociedade em rede e ser estratégica.

O formulário de inscrição recolheu informação para posterior amostragem estratificada e representativa com base em: (i) género; (ii) data de nascimento; (iii) freguesia de residência e/ou trabalho e/ou estudo; (iv) situação profissional; (v) escolaridade. O processo de amostragem foi ajustado pelo Fórum dos Cidadãos à luz de alguma inconsistência entre a categorização fornecida no formulário de inscrição e os dados disponíveis pelos Censos (ver secção 6 "Análise dos inquéritos" na Segunda Parte do Relatório). Os ajustes foram feitos de modo a assegurar uma representação estatisticamente significativa em todos os critérios nas três amostras, tendo as freguesias sido agrupados por Unidades de Intervenção Territorial (UITs). Ao nível da inclusão,

[11] Não obstante o grande interesse e curiosidade relativamente à iniciativa, das 2351 inscrições recebidas para esta primeira edição, destaca-se que apenas 6 inscrições foram recebidas presencialmente por parte das juntas de freguesia e/ou Lojas Lisboa.

salienta-se como positiva a possibilidade de participação não apenas de munícipes residentes, mas de todos os utilizadores maiores de 16 anos de Lisboa, incluindo assim trabalhadores e estudantes. Esta opção garante a não exclusão *a priori* de um conjunto alargado de pessoas, que não residindo no município ou não tendo nacionalidade portuguesa, são parte integrante da cidade e exercem a sua cidadania nesse contexto. Entende-se também como positiva a decisão de incluir na amostra final pessoas não binárias, conforme previsto pelo parâmetro "género", a qual terá contribuído para uma maior diversidade e representação descritiva.

Fator determinante para um processo de seleção e recrutamento bem-sucedido são também as condições oferecidas aos cidadãos no local. No CCL, foi disponibilizada alimentação gratuita e apoio aos participantes para assegurar transporte, mediante solicitação[12]. Destaca-se ainda que, nesta primeira edição, optou-se por não remunerar os cidadãos pelos dois dias dedicados à sessão deliberativa. De acordo com a informação divulgada nas "Perguntas Frequentes", esta opção prendeu-se com o entendimento de que "o sentido de missão e de serviço devem sobrepor-se ao incentivo financeiro".

Aprofundamento – A remuneração dos participantes

De acordo com a OCDE (2021), a maioria dos processos deliberativos tem compensado financeiramente os cidadãos pelo seu tempo de trabalho cívico. Por um lado, a compensação facilita a fase de recrutamento e ajuda a mitigar o enviesamento expectável em favor dos grupos com mais recursos e também mais envolvidos na vida política (Fourniau, 2019). Por outro lado, a remuneração ajuda a criar nos participantes a ideia de que o seu trabalho cívico é destinado ao público, já que é financiado por ele, e deverá, deste modo, ser guiado pela procura do bem coletivo (newDemocracy Foundation and UN Democracy Fund, 2019).

3. Deliberação e resultados

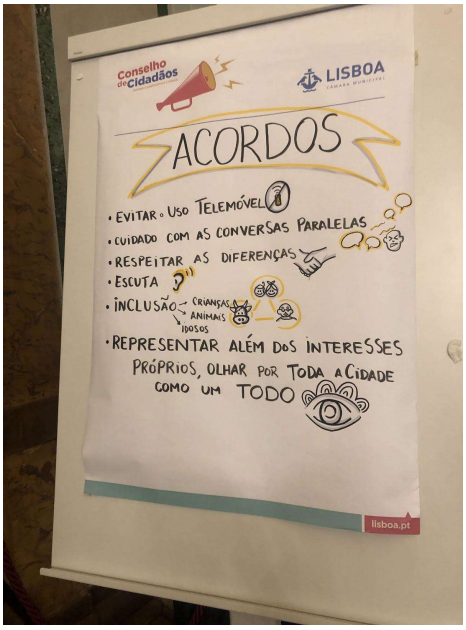
A sessão deliberativa da primeira edição do CCL teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lisboa, nos dias 14 e 15 de maio de 2022. Toda a informação recolhida através da observação da equipa de avaliação encontra-se na secção 7 "Análise das notas de campo relativas à sessão deliberativa", na Segunda Parte do Relatório. A sessão teve início com um discurso de abertura do Presidente da CML, Carlos Moedas. Saudando os cidadãos presentes na Sala, o Presidente apresentou o CCL como uma iniciativa inovadora e pioneira em Portugal, com a qual se procura lançar as bases da "Política 2.0" – ou seja, a política com as pessoas. O Presidente exortou os cidadãos a intervirem, sem medo de contribuírem com as suas ideias para a co-construção de "soluções concretas".

De seguida, a equipa de facilitação introduziu duas dinâmicas de "quebra-gelo" que permitiram aos participantes conhecerem-se uns aos outros, nomeadamente através da sua ligação afetiva à cidade de Lisboa. Após estas breves dinâmicas, a equipa promoveu o estabelecimento de acordos com os participantes para serem cumpridos durante o fim de semana[13].

[12] Em processos deste género, outros apoios poderão incluir despesas relacionadas com o cuidado de crianças, idosos ou outras pessoas que estejam ao encargo dos potenciais participantes (newDemocracy Foundation and UN Democracy Fund, 2019).

[13] Os acordos foram os seguintes: evitar o uso do telemóvel; falar um de cada vez; evitar conversas paralelas; dar espaço a todos e não monopolizar; escutar; respeitar as diferenças; pensar nas pessoas e nos animais; pensar nas crianças e nos mais velhos; considerar a cidade e a comunidade como um todo.

Figura 1 - Quadro dos acordos concordados entre participantes e equipa de facilitação



Fonte: Equipa ICS-UL (fotografia tirada durante a sessão nos dias 14 e 15 de maio de 2022)

A seguir, a sessão foi estruturada de acordo com três propósitos largamente debatidos na literatura científica: (i) aprendizagem, (ii) deliberação e (iii) decisão.

(i) Aprendizagem

A aprendizagem foi promovida através das trocas entre os participantes assim como da intervenção de quatro especialistas, designados de conselheiros, convidados pela CML. As apresentações feitas pelos conselheiros contaram com o suporte de dois ecrãs de tamanho médio que se encontravam em frente aos participantes, reunidos em duas filas em meia-lua no Salão Nobre. Aos cidadãos, foram oferecidos materiais de carater geral que, conforme foi possível verificar ao longo da sessão, foram escassas vezes consultados pelos participantes durante a sessão[14]. Ainda assim, os materiais foram consultados após a sessão, como referido por uma embaixadora em reunião com o Gabinete da Vereadora Laurinda Alves (ver secção 12 "Análise do encontro entre CML e embaixadores" na Segunda Parte do Relatório).

As primeiras duas intervenções, conduzidas pelas conselheiras Júlia Seixas e Catarina Freitas, focaram-se, respetivamente, no enquadramento da problemática das alterações climáticas a nível global e nos impactos e medidas de combate às mesmas na cidade de Lisboa. As apresentações de Pedro Barata e Roberta Medina, ambas de teor mais prático e focadas em exemplos de empreendedorismo e cidadania atentos às alterações climáticas, tiverem lugar após um *coffee break*. A cada uma das exposições seguiram-se cinco minutos de diálogo entre os participantes, tendo esta etapa culminado num momento de perguntas e respostas, em plenário, o qual teve a duração de 30 minutos.

(ii) Deliberação

Durante a tarde do primeiro dia, os participantes trabalharam em grupos rotativos, distribuídos aleatoriamente pela equipa de facilitação por sete mesas, nomeadas de acordo com as colinas da cidade: Sant'Ana, Santa Catarina, São Jorge, Chagas, São Roque, São Vicente e Santo André. Foi adotada a metodologia do *World Café* e, nas duas primeiras rondas (20 minutos cada), os participantes foram convidados a dialogar e gerar possibilidades de resposta à pergunta

[14] A disponibilização de materiais informativos, normalmente elaborados por um grupo independente, é prática comum nos processos deliberativos e participativos (Fishkin, 2009).

de partida do CCL. Já na terceira e última ronda, os facilitadores colocaram três questões com o objetivo de elevar a qualidade da deliberação, conduzindo-a para a reflexão sobre impactos e prioridades: (i) que pergunta, se for explorada, fará a maior diferença neste tema?; (ii) o que não sabemos, que se soubéssemos, poderia melhorar o nosso entendimento sobre o tema?; (iii) como seria Lisboa se descobríssemos um excelente sistema para as alterações climáticas?

Nesta fase, observou-se a emergência espontânea de alguns líderes dentro de cada grupo[15] e, menos frequentemente, a tentativas de monopolização da conversa. Registaram-se ainda momentos em que os participantes se moderaram uns aos outros de forma eficaz e estabeleceram conexões interpessoais.

"Depois quero mesmo falar contigo!" Participante

Após novo *coffee break*, os participantes retornaram às suas mesas de origem (primeira ronda) e, durante 30 minutos, procuraram identificar padrões temáticos, sinergias e soluções para vários problemas em simultâneo. A equipa de facilitação solicitou que cada mesa encontrasse três grandes temas, através da resposta a quatro perguntas: (i) será que esta proposta é urgente?, (ii) será que esta ideia tem impacto?, (iii) será que é fácil ou muito complexo de implementar?, (iv) será que é inovador?.

Entre os 21 tópicos que surgiram, verificou-se bastante sobreposição temática e uma evolução positiva no que diz respeito à aprendizagem dos participantes sobre as alterações climáticas, passando de uma postura mais passiva para uma mais ativa. Os cidadãos justificaram de forma clara as suas escolhas através de porta-vozes por eles escolhidos, mostrando-se mais empenhados na criação de soluções.

Figura 2 - Nuvem de palavras mencionadas durante as apresentações dos três temas eleitos por cada um dos sete grupos

Fonte: Equipa ICS-UL (Análise das notas de campo relativas à observação da sessão deliberativa)

A partir deste trabalho, formaram-se sete grupos temáticos aos quais os participantes foram convidados a juntar-se: (i) Educação Ambiental; (ii) Consumo e Mudança Comportamental; (iii) Eficiência Energética; (iv) Habitação; (v) Espaços Públicos; (vi) Relação com o Município e (vii) Transportes e Mobilidade. Este último tema foi o mais atrativo para os

[15] O trabalho dos facilitadores é crucial, pois promove a igualdade de oportunidades de escuta e fala dentro dos grupos de pessoas que deliberam entre si. Efetivamente, as preferências/argumentos minoritários, bem como as identidades sociais minoritárias, tendem a ser mais facilmente desconsideradas em contexto de grupo (Karpowitz & Mendelberg, 2018).

participantes que, contudo, mostraram-se capazes de ceder o seu lugar, optando por grupos de trabalho com menos pessoas.

Os sete grupos estruturam os trabalhos do dia seguinte, tendo o primeiro dia terminado com a partilha de três palavras que resumiram a experiência do ponto de vista cada grupo: (i) empenhamento; positividade; sinergia; (ii) pedagogia; eficaz; entusiasmante; (iii) amanhã há mais; (iv) confiança; futuro; mudança; (v) reflexão; audição, empenho; (vi) debate; partilha; ignorância; (vii) motivação; energizado; amor pelo projeto e pela cidade de Lisboa.

O segundo dia do CCL começou com 41 participantes, tendo três participantes saído e um novo participante entrado no processo. Depois de um breve percurso pela sala, onde estavam graficamente expostos os resultados da aprendizagem e deliberação do primeiro dia, os cidadãos foram convidados a participar numa nova dinâmica. Em círculo, tomaram parte de um *roleplay* em que "seres do presente" e "seres do futuro" dialogaram sobre alterações climáticas. Esta dinâmica causou alguma divisão no grupo de participantes, com alguns cidadãos a considerarem a atividade desadequada.

"*Devíamos ter-nos focado naquilo que fizemos ontem, esta é a nossa missão, dedicarmos a nossa vida pessoal para resolver coisas concretas.*" Participante

Depois de três saídasdurante esta dinâmica, o grupo seguiu com 39 cidadãos participantes, número que se manteve estável até ao final. De regresso aos grupos de trabalho temáticos, os cidadãos foram informados de que teriam de escolher entre três a cinco propostas para apresentar publicamente ao Presidente da CML. Foi, porém, ressalvado que todas as propostas seriam comunicadas posteriormente ao Executivo. Por orientação da equipa de facilitação, a construção das propostas seguiu a lógica SMART: Específico (*specific*), Mensurável (*measurable*), Alcançável (*achievable*), Realizável (*realistic*), Temporalmente adequado (*timely*).

Nas diferentes mesas, com exceção de alguns cidadãos cuja postura foi menos colaborativa, notou-se uma troca intensa de ideias. Os cidadãos apresentaram propostas articuladas, ainda que com níveis de concretização e amplitude diferentes. Com recurso a apoios visuais, a maioria dos porta-vozes precisou de mais do que cinco minutos (o tempo inicialmente previsto) para justificar as suas opções e argumentar em favor das ideias a que o grupo respetivo tinha chegado.

Nesta altura, não existiu um momento de retoma a uma situação de plenário, passando-se logo de seguida para a fase de decisão.

(3) Decisão

A equipa de facilitação dirigiu esta etapa com a proposta metodológica de um gradiente de decisão, que funcionaria como uma sondagem, contornando os limites da dicotomia "sim" ou "não". Não tendo sido apresentado um modelo de decisão fechado pela equipa, os participantes debateram entre si, de forma acesa, como deveria ser feita a contabilização de votos.

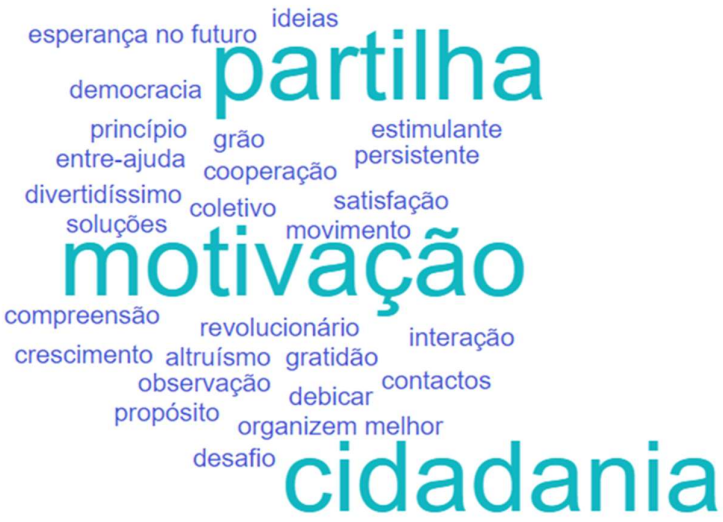
Após alguns protestos e na iminência de não se chegar a acordo sobre a forma mais justa de selecionar entre três a cinco propostas, a solução oferecida pelo Gabinete do Presidente da CML foi a de se apresentarem todas as propostas. Esta opção foi bem acolhida pela maioria dos cidadãos, mas causou noutros alguma frustração.

Dos inquéritos, o grau de concordância dos participantes com as propostas apresentadas foi bastante elevado (3,9/5). Não obstante, a fase da decisão foi apontada como um dos pontos menos positivos desta primeira edição do CCL, tanto pelos membros do consórcio organizador como por alguns participantes.

Após novo *coffe break*, as propostas foram apresentadas ao Presidente da CML que esteve presente com outros membros do Executivo, incluindo a Vereadora Laurinda Alves e diferentes órgãos de comunicação social.

No final do segundo dia, a equipa de facilitação pediu aos participantes que descrevessem a sua experiência no CCL com uma palavra.

Figura 3 – Nuvem de palavras partilhadas pelos cidadãos no final do segundo dia do CCL



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise das notas de campo relativas à observação da sessão deliberativa)

Passa-se a apresentar, de seguida, os critérios analisados para esta segunda fase do CCL relativa à deliberação e resultados: (i) papel percebido; (ii) espaço; (iii) informação; (iv) eficácia das dinâmicas e neutralidade da equipa de facilitação; (v) mudança de opinião; (vi) satisfação com a sessão; (vii) duração; (vii) comunicação e transparência; (viii) tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo e (ix) competências cívicas e evolução atitudinal. A informação foi retirada da aplicação da abordagem mista desta avaliação, com particular referência à observação da equipa ICS-UL durante a sessão deliberativa nos dias 14 e 15 de maio e aos inquéritos preenchidos pelos participantes.

3.1. Papel percebido

O entendimento do papel que lhes cabia desempenhar influenciou as formas como os participantes atuaram ao longo da sessão deliberativa. Conforme descrito mais em detalhe na secção 6 "Análise dos inquéritos" na Segunda Parte do Relatório, à pergunta "Descreva, por palavras suas, a tarefa que lhe foi atribuída a si e aos restantes participantes", colocada no inquérito distribuído após a conclusão dos trabalhos, os cidadãos responderam que o seu papel passara por: (i) ajudar a encontrar soluções para os problemas da cidade, (ii) participar em coletivo e (iii) exercer a sua cidadania.

"*Encontrar soluções práticas que contribuam para a mitigação e adaptação dos efeitos climáticos.*" Participante
"*Participar nas dinâmicas de forma empenhada, não monopolizando e escutando (perspective sharing and taking) democraticamente, abraçando os desafios propostos.*" Participante

Não obstante, alguns participantes manifestaram uma visão mais orientada para oferecer opiniões pessoais ao invés de deliberar coletivamente.

"*Dar a minha opinião/expectativas neste sector enquanto munícipe.*" Participante

Considerando que mais de um terço dos participantes desconhecia o modelo de participação do CCL, notou-se que alguns participantes esperavam comunicar de imediato as suas ideias. Nesses casos, observou-se e foi apurado através dos inquéritos que alguns participantes

mantiveram uma certa resistência para ouvir e aprender com os outros por não terem percebido a fundo o modelo deliberativo.

"*Acho que podia ter sido dada informação prévia mais clara às pessoas. No programa, estava escrito "apresentações" e, se calhar, se tivesse sido dito o que efetivamente ia ser passado, também tinha ajudado à compreensão e à própria predisposição das pessoas para ouvirem.*" Membro do consórcio organizador

"Falta de comunicação sobre o programa (foi divulgado à comunicação social mas não aos participantes)." Participante

3.2. Espaço

O espaço escolhido para a sessão deliberativa exercitou uma forte importância simbólica nos participantes. Tal como referiram alguns membros do consórcio organizador, o convite para participarem na "casa da democracia" da cidade terá contribuído para que os cidadãos se sentissem valorizados e validados no seu papel. Não obstante, os mesmos referiram que a receção no Salão Nobre poderia ter sido sucedida por outro espaço/edifício municipal, menos formal, mais arejado e com áreas verdes que facilitassem a condução das dinâmicas.

"A Câmara foi rápida a responder e a dar-nos os recursos necessários (...). Teríamos beneficiado mais daquele tipo de dinâmicas com um espaço que pudesse ser usado de forma mais flexível e ágil." Membro do consórcio organizador

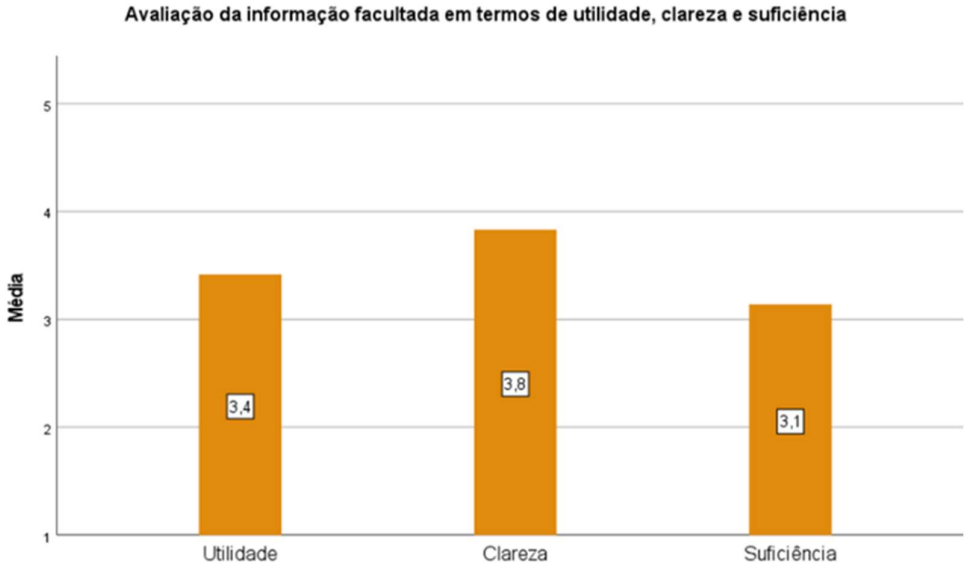
3.3. Informação

Os conselheiros avaliaram positivamente o formato e tempo oferecido para as suas intervenções, conforme apontado em entrevistas (ver secção 8 "Análise das entrevistas" na Segunda Parte do Relatório). Além disso, vários cidadãos procuraram conversar com eles após as apresentações, notando-se uma vontade em esclarecer dúvidas e obter mais informação[16]. Verificou-se que três das quatro apresentações dos conselheiros excederam os 15 minutos previstos e, com exceção da última apresentação de Roberta Medina, de carácter menos expositivo e suportada em *storytelling*, notou-se algum cansaço e distração entre os participantes, resultado da densidade dos conteúdos e também da rapidez da sua transmissão. Notou-se ainda que alguns conteúdos gráficos foram difíceis de visualizar por causa do tamanho dos ecrãs disponibilizados no Salão Nobre. Estes impedimentos terão sido particularmente evidentes no caso de cidadãos mais seniores, sendo que estas observações foram corroboradas pela maioria dos membros do consórcio organizador.

Vários cidadãos muniram-se de informação recolhida de forma privada, tanto durante a sessão, por meio dos seus dispositivos tecnológicos, como também no período entre o primeiro e o segundo dia do CCL. Destaca-se ainda que, por iniciativa dos próprios cidadãos que dispensaram parte da sua hora de almoço, foi realizada uma curta visita aos painéis solares do edifício em que decorreu o CCL. De acordo com a OCDE (2020), em 43% dos processos do género são programadas "viagens de estudo" (*field trips*) e, em cerca de um terço, é facultado aos cidadãos material informativo entre os dias de trabalho.

[16] "(…) dar tempo suficiente para perguntas e respostas, com várias testemunhas respondendo a perguntas em painel, por forma a ajudar a desvendar algumas das complexidades ou conflitos aparentes na informação" é considerado um aspeto fundamental para a garantia de um processo justo e de elevada qualidade epistémica (Caluwaerts & Reuchamps, 2016).

Figura 4 – Avaliação média da informação facultada aos participantes em termos de utilidade, clareza e suficiência



Fonte: Equipa ICS-UL (análise dos inquéritos "Pós")

Conforme mostra a Figura 4, a avaliação dos participantes, feita através dos inquéritos, indica que a informação facultada foi, regra geral, considerada útil e clara. Em termos de suficiência, a pontuação dada foi de 3,1/5. Sobre este aspeto, alguns participantes apontaram como negativa a ausência de partilha de informação previamente à sessão. Esta escolha, não sendo unânime, esteve presente em cerca de metade (48%) dos processos estudados pela OCDE em 2020. Adicionalmente, vários cidadãos lamentaram a falta de acesso a informação de teor técnico ao longo da sessão, conforme se pôde verificar através da observação da sessão e dos inquéritos pré-pós. Esta necessidade diz respeito não só ao tema das alterações climáticas, mas também a outros projetos camarários em curso, de modo a evitar duplicações, e às competências e esferas de atuação da CML.

"*De manhã, a informação recebida foi boa e uma melhor informação contribui para uma melhor decisão.*" Participante

"*Negativo: falta de apoio de técnicos e especialistas para esclarecer dúvidas que facilitassem a criação de propostas.*" Participante

Não obstante a presença de alguns técnicos da Divisão de Participação na sala, este recurso não ficou suficientemente claro junto dos participantes e não foi utilizado pela maioria deles para o esclarecimento de dúvidas. Acrescenta-se que não estiveram presentes membros da Divisão do Ambiente que pudessem esclarecer os cidadãos sobre projetos específicos no âmbito das alterações climáticas[17].

Finalmente, a aprendizagem entre participantes nesta fase apoiou-se principalmente na partilha de informações, experiências e pontos de vista. Estas trocas foram especialmente visíveis

[17] A inclusão ativa destes atores, a par dos especialistas, promove a completude epistémica que se pretende alcançar (Caluwaerts & Reuchamps, 2016). De acordo com Fishkin (2009), os cidadãos tendem a preferir processos que incluam ativamente os especialistas.

em diversas ocasiões mais informais, como durante as refeições onde os participantes confraternizaram e formaram grupos de conversa espontâneos.

3.4. Eficácia das dinâmicas e neutralidade da equipa de facilitação

Ao longo da sessão, a equipa de facilitação manteve a neutralidade e foi capaz de resolver a maioria dos momentos de conflito e tensão. Da aplicação dos inquéritos, resulta que 42,5% dos participantes consideraram que as dinâmicas propostas pela equipa de facilitação foram razoavelmente eficazes. Neste indicador a média de avaliação dos participantes foi de 3,5/5.

As dinâmicas de grupo propostas pela equipa foram, na generalidade, bem acolhidas, com exceção da dinâmica que deu início à manhã do segundo dia e o momento da decisão final. No primeiro caso, alguns cidadãos consideraram as interações desenhadas pela equipa "infantilizadoras" e menos bem conseguidas para os fins da deliberação.

"Tivemos muito tempo de interação e pouco tempo a trabalhar nas propostas." Embaixador

Figura 5 – Dinâmica proposta pela equipa de facilitação

Fonte: Equipa ICS-UL (fotografia tirada durante a sessão nos dias 14 e 15 de maio de 2022)

3.5. Mudança de opinião

Segundo a literatura científica, a deliberação funciona não como agregador de pontos de vista prévios, mas como estratégia comunicacional que promove a reconsideração de pontos de vista e a aprendizagem conjunta (Fishkin, 2009). Assim, a mudança de opiniões prévias é uma dimensão frequentemente estudada nestes processos e uma das razões pelas quais se decidiu adotar o instrumento do questionário pré-pós nesta avaliação para analisar a evolução das opiniões dos participantes.

No CCL, foram reportados níveis relativamente baixos de mudança de opinião (2,6/5) entre os participantes. Importa dizer que, da evidência retirada na revisão da literatura científica, a mudança tende a acontecer menos frequentemente em grupos mais homogéneos e com atitudes ou posições de partida mais vincadas em relação ao tema em análise. Os ganhos de conhecimento

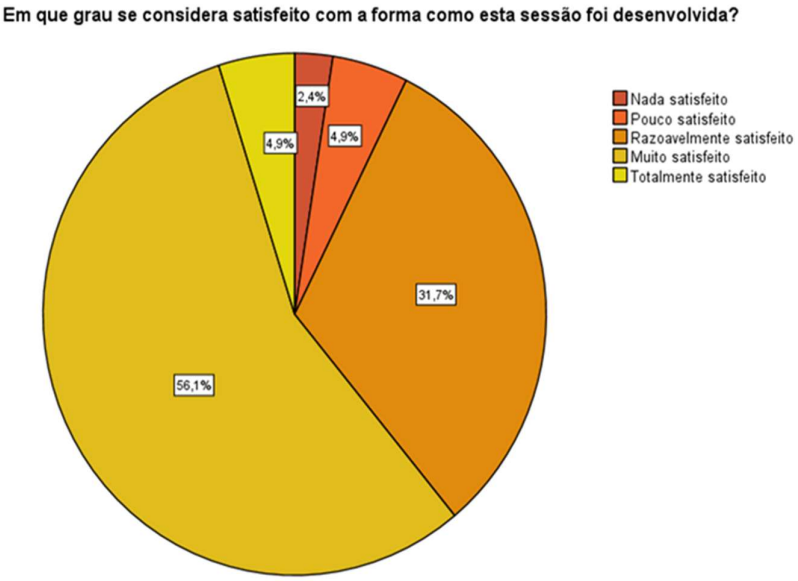
tendem também a promover esta transformação (Karpowitz & Mendelberg, 2018). Não obstante, tal como refere Fishkin (2009), "(...) a deliberação tem valor mesmo quando não há mudança [de opinião]. Se o público acha que X deve ser feito, mas não pensou muito sobre o assunto, não testou os seus pontos de vista em comparação com políticas alternativas e as razões para as mesmas, então há uma questão sobre quão seriamente, do ponto de vista da legitimidade normativa, se devem considerar esses pontos de vista (...)"[18].

3.6. Satisfação com a sessão

Do ponto de vista da satisfação dos participantes, o balanço da primeira edição do CCL balanço é positivo. Os inquéritos pré-pós indicam que cerca de 60% dos respondentes mostraram-se muito ou totalmente satisfeitos com a forma como a sessão decorreu.

"Gostei imenso e gostaria de participar mais vezes." Participante

Figura 6 – Satisfação reportada pelos participantes no final do CCL, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

A organização e desenho do processo, bem como o compromisso político para com a participação cívica foram pontos considerados positivos pelos participantes, aquando da chegada ao Salão Nobre.

"Positivo: a forma do sorteio; a segurança de não ter sido escolhida por nenhum motivo a não ser os critérios do sorteio." Participante

"Aspectos mais positivos são a inclusão, a aceitação/percepção da parte dos decisores políticos, e eleitos, de que os cidadãos com as suas especificidades, são uma mais-valia para a realização de debates e destes fazer nascer ideias que se poderão concretizar em mudanças reais e melhorias na vida individual e colectiva." Participante

[18] É de notar que Portugal é o único país europeu, dentre os incluídos pelo ESS - Ronda 8, em que mais de 50% da população se diz muito ou muitíssimo preocupada com as alterações climáticas. Além disso, a esmagadora maioria da população acredita que o clima está a mudar (97%), que esta mudança é causada pela ação humana (93.6%) e que os impactos serão negativos (81.1%) (Poortinga et al., 2018).

A própria existência do CCL enquanto novo instrumento de participação foi o ponto favorável mais vezes mencionado pelos participantes, tanto antes como depois da conclusão dos trabalhos. A não interferência política no decorrer da deliberação foi também apontada como positiva por alguns participantes.

"A existência do Conselho é o aspecto mais positivo." Participante

3.7. Duração

Nesta primeira edição, apurou-se que 40% dos participantes consideraram que a duração da mesma (um fim de semana) foi razoavelmente adequada. Numa escala de 1 a 5, a duração da sessão obteve uma avaliação média de 3,6/5 (ver secção 6 "Análise dos inquéritos" na Segunda Parte do Relatório). Ainda assim, alguns participantes e membros do consórcio organizador apontaram para a possibilidade de estender o número de sessões e/ou espaçar as mesmas em futuras edições (ver secção 8 "Análise das entrevistas" na Segunda Parte do Relatório).

Segundo a literatura científica, períodos de deliberação de dois ou menos dias estão normalmente associados a processos cujo propósito é consultar a opinião dos cidadãos, mais do que construir propostas ou recomendações (OECD, 2020). A OCDE (2020) recomenda ainda que processos como o CCL se estendam por, pelo menos, quatro dias. É importante notar que a complexidade do tema em questão condiciona o tempo de que carece a aprendizagem, deliberação e decisão. No caso das alterações climáticas, esta complexidade é amplamente reconhecida (Devaney et al., 2020). Por outro lado, importa referir que, de acordo com Christensen (2020), "a participação não deverá consumir muito tempo, pois as pessoas rejeitam processos envolvendo mais de cinco reuniões."[19]

"Foi difícil por vezes encontrar um ponto em comum para construir soluções. Talvez com maior tempo para discussão correria melhor." Participante

"Eu senti que as pessoas estavam muito cansadas logo no domingo pela manhã. Isso pode ter causado alguma frustração. É um dos pontos que temos de refletir." Membro do consórcio organizador

3.8. Comunicação e transparência

A presença da comunicação social na abertura e no encerramento da sessão, bem como a utilização das redes sociais oficiais da CML durante o fim de semana, foram cruciais na comunicação relativa ao CCL. A utilização das redes sociais oficiais do município também serviu o propósito de esclarecer e informar os cidadãos em geral sobre os trabalhos do CCL (ver "Análise da Comunicação" na Segunda Parte do Relatório).

De acordo com a OCDE (2020), "o desenho do processo e todos os materiais - incluindo agendas, documentos informativos, submissões, gravações de áudio e vídeo daqueles que apresentam evidências, o relatório dos participantes, as suas recomendações (...) devem ser disponibilizados ao público em tempo útil." Neste sentido, salienta-se que as apresentações dos conselheiros foram disponibilizadas sos participantes e não so público em geral. Até à data, não foi redigido por parte da CML um texto público de apresentação das propostas finais, tendo sido os próprios cidadãos a demonstrarem vontade em assinar um documento público sobre a matéria, o que poderia contribuir para uma maior corresponsabilização entre CML e munícipes do

[19] Não obstante, é preciso notar que o desenho da experiência deliberativa pode variar muito em correspondência do seu objeto e dos seus objetivos. Por exemplo, a Assembleia de Cidadãos de British Columbia, que aconteceu entre 2004 e 2005, tornou-se paradigmática por ter desenvolvido os trabalhos com a participação regular de 159 pessoas durante um ano, tendo apenas uma abandonado o processo. Mais recentemente, outras experiências deliberativas, maioritariamente focadas sobre alterações legislativas como no caso da Irlanda, também se estenderam durante semanas consoante os temas tratados (mais informação nesse link: https://participedia.net/case/5317).

processo (ver secção 11 "Análise dos Debates Específicos promovidos pela Assembleia Municipal de Lisboa" na Segunda Parte do Relatório).

3.9. Tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo

Da análise dos resultados dos inquéritos, valores como tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo, foram bastante positivos. Quase dois terços dos participantes (65%) consideraram que as suas opiniões foram muito ou totalmente ouvidas, valorizadas e respeitadas pelos restantes participantes. Sublinha-se ainda a capacidade de auto e hétero-moderação demonstrada por vários participantes em face a conflitos interpessoais que foram surgindo.

"Conhecer gente nova: adorei! Adorei ouvir os outros e contribuir." Participante

3.10. Competências cívicas e evolução atitudinal

Da literatura científica, emerge como expectável o aumento das capacidades cívicas e cognitivas dos participantes (Grönlund et al., 2010; Boulianne, 2019). Nos questionários aplicados antes e depois da sessão, aos participantes e a um grupo de controlo com características idênticas do ponto de vista sociodemográfico e atitudinal, apuraram-se as seguintes dimensões: (i) eficácia política externa e interna; (ii) aquisição de conhecimento sobre alterações climáticas; (iii) apoio dos participantes ao envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão políticas; (iv) satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal e com a vida democrática em Lisboa; (v) perceção da contribuição dos processos participativos para a tomada de decisão na cidade (ver secção 6 "Análise dos inquéritos" na Segunda Parte do Relatório). Em síntese:

- A **eficácia política externa** do grupo de participantes no CCL revelou-se baixa, rondando, em média, os 2,44/5, sendo a mediana "pouco". Com a participação no CCL, verificou-se um aumento estatisticamente significativo da eficácia externa, portanto, um aumento da perceção de responsividade e proximidade entre cidadãos, representantes eleitos e sistema político[20].
- Ao nível da **eficácia política interna**, que corresponde, em termos gerais, à confiança que o indivíduo deposita na sua capacidade e competência para participar politicamente, os participantes declararam previamente ter muita confiança para participar na política, com uma média de 4/5. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de eficácia política interna reportados pelos participantes, antes e depois do CCL. Um potencial fator explicativo relaciona-se com possíveis consequências advindas do modelo de seleção adotado e, portanto, de um certo grau de autosseleção que terá favorecido a participação de cidadãos confiantes, tal como referido acima[21].
- Antes do início da sessão, os participantes autoavaliaram o seu **conhecimento** sobre alterações climáticas de forma positiva (3,44/5). No final da sessão, verificou-se um aumento neste indicador, o qual não se revelou estatisticamente significativo. Contudo, no que concerne à primeira pergunta factual[22] colocada a participantes e não-participantes no final da sessão, foram reportadas diferenças significativas. Assim, conclui-se que os participantes foram capazes de adquirir conhecimento e aprender com os conselheiros.

[20] Este indicador pode ser entendido à luz dos dados proporcionados pelo ESS – Ronda 9 (2018), o qual mostra que a maioria da população portuguesa (72,3%) considera que o sistema político não permite "nada" ou permite "muito pouco" que as pessoas tenham influência na política.
[21] Neste indicador e de acordo com o ESS - Ronda 9 (2018), a maioria da população portuguesa indica ter pouca ou nenhuma confiança, sendo que apenas 7% afirma ser muito ou totalmente confiante para participar na política.
[22] Foram colocadas duas questões no questionário "pós", a participantes e não-participantes, as quais procuravam avaliar objetivamente a aquisição de conhecimentos sobre alterações climáticas: 1) Quais são os setores responsáveis pelo maior consumo de energia na cidade de Lisboa?; 2) Lisboa tem o potencial de gerar mais de 90% da eletricidade que consome através de: energia solar/ energia hidráulica/ energia eólica. Estas duas matérias foram abordadas nas intervenções dos conselheiros do CCL.

- A participação no CCL não aumentou nem diminuiu o **apoio** dos participantes ao envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão política, o qual se manteve bastante alto (3,6/5). O mesmo se verificou relativamente à confiança na opinião das outras pessoas, sendo os valores pré e pós CCL idênticos (3,7).
- Os participantes reportaram níveis de **satisfação** com o funcionamento da democracia em Portugal e com a vida democrática em Lisboa significativamente mais altos, após a participação no CCL. A análise das respostas abertas revela que a principal fonte de descontentamento dos participantes se prendia com a insuficiência de oportunidades de participação e auscultação dos cidadãos, bem como com a perceção de uma fraca responsividade da parte dos políticos.

"Além dos atos eleitorais, existem oportunidades para os cidadãos participarem na vida democrática da cidade." Participante

Não tendo sido totalmente mitigada, esta preocupação parece ter sido amenizada com a participação neste processo.

"Este foi um exemplo de tão poucos, além de que o impacto do mesmo é desconhecido até ao final do evento. Foi importante, mas muito mais deve ser feito." Participante

- Apesar de se ter verificado um aumento na perceção dos participantes relativamente à **contribuição** dos processos participativos para a tomada de decisão em Lisboa, esta diferença não foi estatisticamente significativa. Com base nas respostas abertas, coloca-se a hipótese de um eventual aumento depender de uma maior frequência destes processos e de uma melhor divulgação dos mesmos.

"Falta divulgação de oportunidades de participação." Participante

Nota-se ainda alguma descrença relativamente ao acolhimento que é dado pelos representantes eleitos às ideias, reivindicações e propostas dos cidadãos.

"Apesar de haver (mais do que em outras regiões do país) contestação, crítica e contributos de grupos formais ou informais de cidadãos, não perceciono que tais manifestações sejam tidas - seriamente - em consideração." Participante

Da observação da sessão, destaca-se ainda o discurso articulado e bem fundamentado dos participantes na exposição das suas ideias e pontos de vista ao longo da sessão.

4. Caminhos para o impacto

Na senda dos mais recentes desenvolvimentos ao nível da teoria da democracia deliberativa, entende-se que a relevância de um processo deliberativo e participativo é tanto maior quanto mais este se entrosar e dialogar com os outros atores e processos do sistema político (Jonsson, 2020). Este debate vai ao encontro de um conjunto de contributos teóricos sobre o grau de "*embeddedness*", isto é, de institucionalização através de procedimentos legais e de práticas culturais, dos processos participativos e deliberativos dentro do sistema de governança democrática (Bussu et al., 2022).

A avaliação dos caminhos para o impacto foi desenvolvida tendo em conta o referido acima com base nos seguintes critérios de avaliação: (i) articulação; (ii) seguimento e acompanhamento das propostas; e (iii) comunicação e transparência. Não podendo auferir os impactos reais do CCL, os quais necessitariam de um acompanhamento do desenvolvimento das propostas apresentadas pelos cidadãos a médio e longo prazo, a análise dos critérios é realizada de uma forma prospetiva, isto é, indicando caminhos para que o CCL possa ter e aumentar o seu

impacto com base nos seus resultados mais imediatos. As informações retiradas por cada critério advêm da aplicação da abordagem mista desenvolvida pela equipa do ICS-UL, com particular referência à observação não participante da sessão e da reunião com o Gabinete da Vereadora Laurinda Alves, bem como da análise dos inquéritos e da comunicação social.

4.1. Articulação

No que concerne ao CCL, tanto em sede de AML como nos grupos focais realizados com o consórcio organizador, levantou-se a necessidade de articular esta iniciativa com outros processos participativos já existentes[23]. Dado o ineditismo do CCL e o tempo previsto para a preparação da sua primeira edição tal não foi possível, sendo, no entanto, uma questão presente no consórcio organizador.

"[Esta iniciativa] terá que se articular com as outras iniciativas de participação no âmbito de uma estratégia mais ampla, quer de participação quer de relação com os cidadãos." Membro do consórcio organizador

4.2. Seguimento e acompanhamento das propostas

O seguimento, o feedback relativamente à análise interna e a eventual implementação das propostas apresentadas pelos cidadãos serão cruciais na determinação do sucesso deste exercício deliberativo (Smith, 2009). Na Metodologia do CCL está salvaguardada a necessidade de uma análise da exequibilidade e prioridade de cada uma das propostas previamente à sua implementação. Por diversas vezes, foi comunicado por parte da equipa de facilitação o compromisso do Executivo Municipal para com as propostas elaboradas, tendo este compromisso sido reforçado no discurso de encerramento do Presidente da CML. Conforme afirmou o Presidente, as ideias dos cidadãos terão seguimento, reconhecendo-lhes pertinência e riqueza, e salientando que o Executivo irá "trabalhar com a CML para que se realize[m]".

Para garantir o acompanhamento do processo de análise e implementação das propostas, e de acordo com o Gabinete do Presidente da CML, os cidadãos nomearam livremente um conjunto de participantes que cumprem a figura de embaixadores (n=14). A existência deste mecanismo de acompanhamento e escrutínio deve considerar-se como positiva por proporcionar condições práticas de diálogo após a sessão. Realça-se, contudo, que não foi partilhada uma agenda para a articulação entre CML e embaixadores, embaixadores e participantes e de todos com o público em geral. Na página online dedicada ao CCL, a informação relativa ao seguimento que terão as propostas é também lacónica.

Assim, a generalidade dos participantes inquiridos expressou a esperança de que as propostas co-construídas sejam postas em prática, mas não soube indicar o caminho que as mesmas seguirão.

"Não sei, mas espero que sejam postas em prática." Participante

"As propostas exequíveis devem ser acompanhadas e haver feedback por forma a que este modelo de participação pública mantenha a credibilidade e aumente o interesse e o incentivo na participação dos cidadãos, que assim se reveem nos projetos." Participante

Destaca-se ainda que, no dia 27 de junho de 2022, sensivelmente um mês após a sessão deliberativa, teve lugar uma reunião entre membros do consórcio organizador - Divisão de Participação e Gabinete do Presidente - e a Vereadora Laurinda Alves juntamente com os embaixadores do CCL (ver secção 12 "Análise das notas da reunião entre CML e embaixadores" na Segunda Parte do Relatório). 13 dos 14 embaixadores nomeados, dois por grupo de propostas,

[23]Ressalva-se, por exemplo, que as temáticas da última edição do Orçamento Participativo de 2021 foram orientadas à promoção da sustentabilidade ambiental, tendo como referência principal os princípios enunciados pelo Pacto Ecológico Europeu (Falanga et al., 2021).

marcaram presença depois de terem sido diretamente convidados pela Vereadora Laurinda Alves a comparecer.

A reunião serviu o propósito de manifestar aos cidadãos a vontade da CML de dar seguimento às propostas apresentadas, as quais estão neste momento a ser averiguadas em termos de prioridade e grau de exequibilidade. Os cidadãos foram informados de que este trabalho deverá ser concluído em breve e mostraram-se compreensivos relativamente à demanda temporal do processo. Respondendo ao pedido de feedback da Vereadora, alguns embaixadores aproveitaram a ocasião para introduzir ideias e preocupações novas, as quais não resultaram diretamente do fim de semana deliberativo, mas de reflexões posteriores. À semelhança do verificado noutros processos do género, os cidadãos mostraram disponibilidade para que as suas propostas sejam fortalecidas com os contributos de técnicos/especialistas e análises de custo-benefício para contribuir para a sua concretização (ver secção 6 "Análise dos inquéritos" na Segunda Parte do Relatório).

"Queremos ajudar com o que pudermos." Embaixadora

4.3. Comunicação e Transparência

Salienta-se que a inclusão da comunicação social na apresentação das propostas é um indicador positivo de transparência. Contudo, vários embaixadores mencionaram que seria útil existir um calendário desenhado especificamente para o acompanhamento da fase de implementação.

"Faria sentido termos feedback calendarizado e pormenorizado. Proposta a proposta, saber o que é possível, quando e porquê." Embaixador

Da informação partilhada na reunião entre a CML e os embaixadores, percebe-se que as propostas já se encontram agregadas numa lista final, existindo o compromisso de divulgar a apreciação feita às mesmas, fundamentando os passos seguintes a adotar. Até à data, esta lista não foi partilhada com os embaixadores e/ou publicada, sendo que as propostas foram divulgadas pela comunicação social com base na apresentação feita no final da sessão por parte dos sete grupos[24].

Figura 7 - Quadro de síntese da sessão deliberativa da primeira edição do CCL

Fonte: Equipa ICS-UL (fotografia tirada durante a sessão nos dias 14 e 15 de maio de 2022)

[24] Foi divulgado em diversos órgãos de comunicação social que 35 seria o número de propostas finais co-construídas pelos cidadãos.

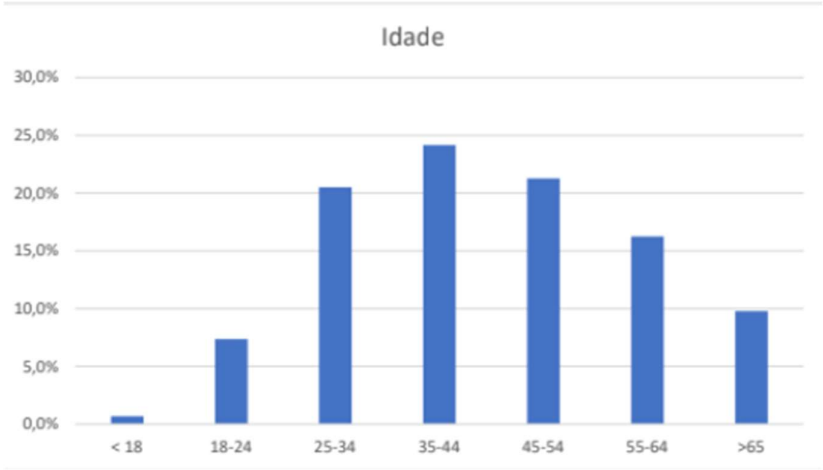
SEGUNDA PARTE

5. Análise das fichas de inscrição

A análise das Fichas de inscrição, tornada possível pela partilha de dados secundários por parte da CML à equipa ICS-UL, ajudou a obter uma caraterização sociodemográfica fidedigna dos 2351 cidadãos que se inscreveram à primeira edição do CCL[25].

Do ponto de vista da diversidade de género, verificou-se que a maioria dos inscritos eram homens (58,6%), 41,1% eram mulheres e 0,3% identificavam-se com outro género. Do ponto de vista etário, nota-se que os jovens menores de 25 anos foram o grupo com menor número de inscritos.

Figura 8 - Distribuição das idades dos inscritos por grupos etários, em percentagem

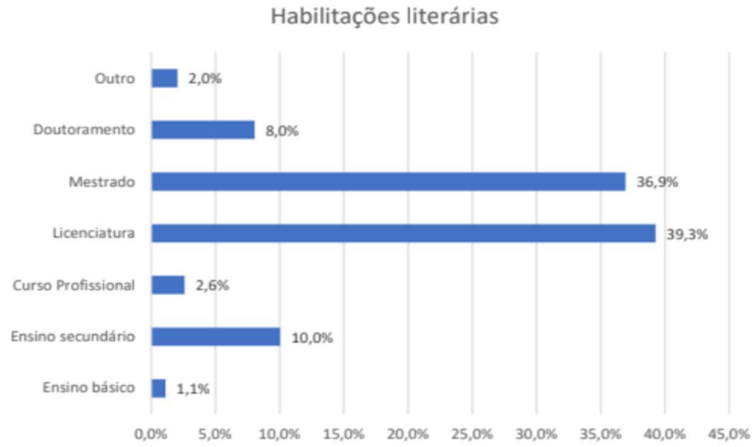


Fonte: Divisão de Participação da CML

Adicionalmente, cerca de 84,2% dos inscritos tinha formação ao nível do Ensino Superior e a grande maioria revelava interesse prévio e confiança na sua capacidade para participar politicamente. Nota-se ainda que a ficha de inscrição, bastante detalhada no que respeita às diferentes qualificações no Ensino Superior (com as categorias Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), não previa a possibilidade de inscrição de cidadãos sem escolaridade.

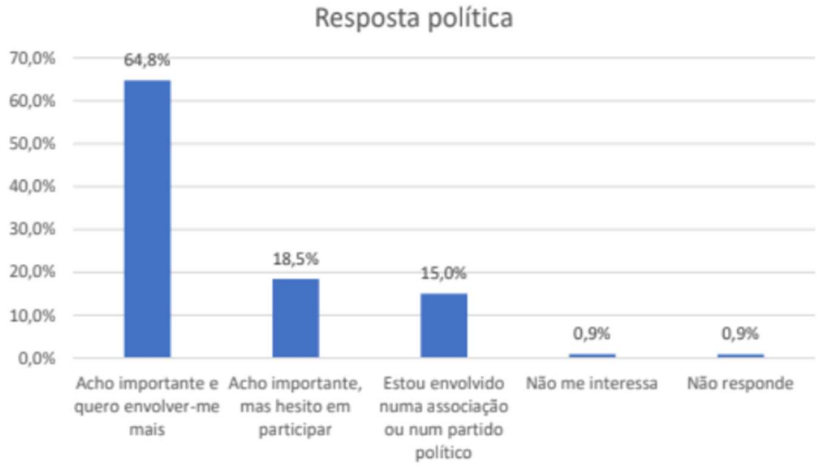
[25] A base de dados foi fechada a 22 de abril de 2022, tendo sido reaberta após o encerramento da sessão de 14 e 15 de maio de 2022, com inscrições cumulativas que serão válidas para as próximas edições.

Figura 9 - Habilitações literárias dos inscritos, em percentagem



Fonte: Divisão de Participação da CML

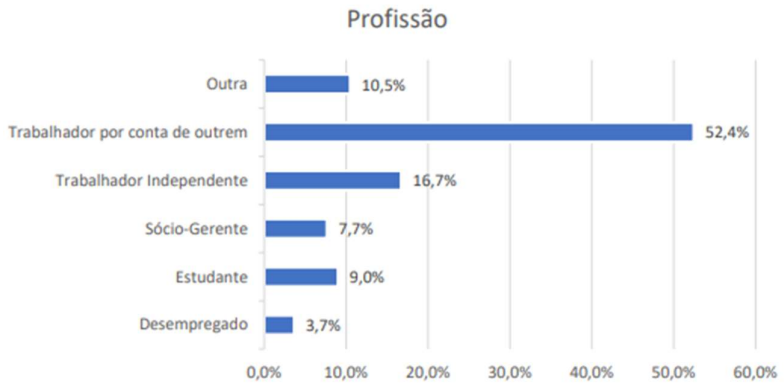
Figura 10 - Distribuição das respostas dos inscritos à pergunta "Como avalia o seu interesse por política?"



Fonte: Divisão de Participação da CML

No que concerne à sua situação profissional, verificou-se que a maioria dos inscritos eram trabalhadores por conta de outrem (52,4%). Os desempregados foram o grupo que contou com menos inscritos (3,7%), nesta primeira edição.

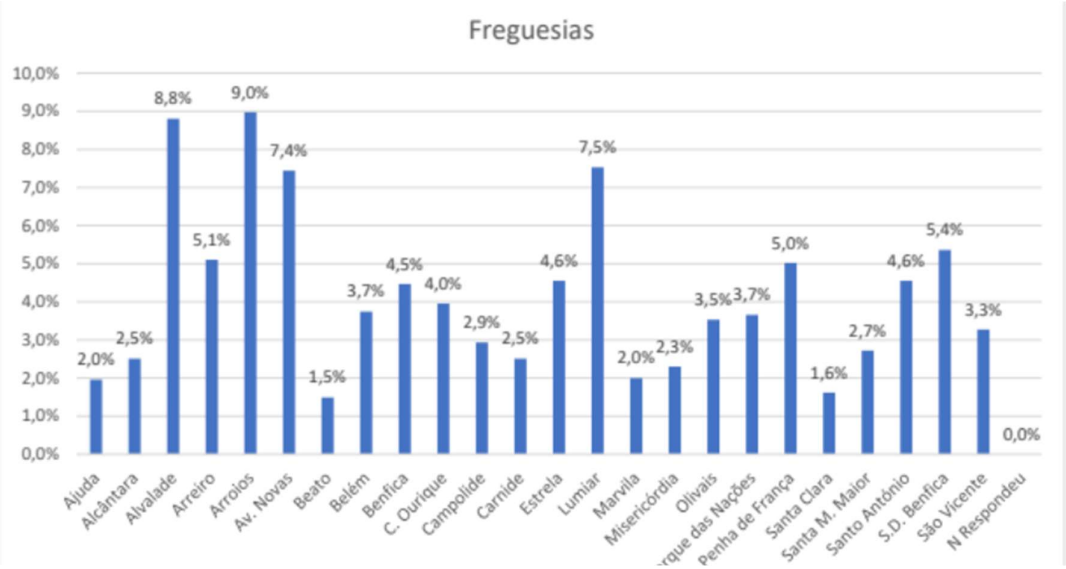
Figura 11 - Situação profissional dos inscritos no CCL, em percentagem



Fonte: Divisão de Participação da CML

Olhando para a distribuição territorial no município de Lisboa, as 6 freguesias com menor número de inscritos foram as seguintes: Beato (35), Santa Clara (38), Ajuda (46), Marvila (47), Alcântara (59) e Carnide (59). Inversamente, as freguesias de Arroios (211) e Alvalade (207) obtiveram o maior número de inscritos.

Figura 12 - Freguesias dos inscritos no CCL, em percentagem



Fonte: Divisão de Participação da CML

Cerca de 15% dos inscritos no CCL estavam já envolvidos na política por via associativa ou partidária. A maioria considerava a política importante, tendo expressado vontade em envolver-se mais[26].

A partir das 2351 inscrições, foram criadas três amostras de 50 pessoas, constituídas por: (i) participantes efetivos, (ii) suplentes e (iii) não-participantes. As três amostras foram criadas

[26] Pelo contrário, apenas 12,4% afirmam ter muito interesse pela política, de acordo com os dados recolhidos na última ronda do European Social Survey (ESS) em que Portugal participou (2018). De notar que cerca de 54% da população portuguesa manifesta pouco ou nenhum interesse pela política.

tendo em conta os mesmos cinco critérios (género, idade, nível de escolaridade, situação profissional e freguesia), constituindo assim três grupos aleatórios e estratificados de cidadãos. A segunda amostra foi criada de maneira a mitigar as possíveis desistências dos participantes selecionados e, de acordo com o que foi possível apurar com a Divisão de Participação, houve 15 casos em que os cidadãos selecionados na primeira amostra informaram que não podiam comparecer por razões relacionadas com conflitos de agenda e/ou saúde, tendo sido substituídos por cidadãos selecionados como suplentes na segunda amostra. A terceira amostra foi selecionada única e exclusivamente para efeitos de investigação e avaliação. Tendo em conta possíveis fatores exógenos que podem influenciar as respostas de cidadãos contactados como suplentes, a terceira amostra foi constituída com o objetivo de integrar pessoas que não receberam qualquer informação por parte da CML acerca do seu papel no CCL.

Os cidadãos selecionados na primeira, segunda e terceira amostra foram contactados via e-mail e telefone pela Divisão de Participação da CML, com o objetivo de subministrar o inquérito pré-pós. Assim, através de um desenho de pesquisa contrafactual, visou-se recolher resultados comparáveis entre participantes (primeira amostra) e não-participantes (segunda e terceira amostra), conforme descrito na secção 6 "Análise dos inquéritos" que segue.

6. Análise dos inquéritos

Para o cumprimento dos propósitos deste Relatório, foram criados dois inquéritos por questionário. Os inquéritos foram desenhados de acordo com a lógica do estudo experimental, tendo sido aplicados aos participantes ("grupo de tratamento") no início ("pré") e no fim ("pós") da sessão deliberativa e a não-participantes ("grupo de controle") antes do início da sessão deliberativa ("pré") e após o seu encerramento ("pós")[27]. O grupo de controle incluiu cidadãos inscritos, oriundos da segunda e terceira amostra, bem como do conjunto de participantes selecionados que não puderam participar na sessão deliberativa (ver secção 5 "Análise das fichas de inscrição"). Este último grupo será doravante designado "não-participantes".

Questionários pré e pós contendo as mesmas questões colocadas aos participantes foram aplicados, em formato online, ao grupo de não-participantes, tendo sido obtidas 18 respostas estatisticamente válidas (N=18)[28]. Destaca-se ainda que o número de respondentes a cada questão é variável, uma vez que o preenchimento do questionário foi de carácter livre e nem todos os participantes e não-participantes responderam a todas as questões colocadas.

Esta secção inicia-se com uma análise descritiva que visa a caracterização sociodemográfica e atitudinal dos participantes no CCL, à qual se seguem uma análise descritiva das perspetivas dos participantes sobre a sessão e, finalmente, uma análise experimental (pré-pós) cujo objetivo foi medir longitudinalmente a evolução dos participantes no processo deliberativo e participativo em perspetiva comparada com os não-participantes.

6.1. Caracterização sociodemográfica e atitudinal dos participantes

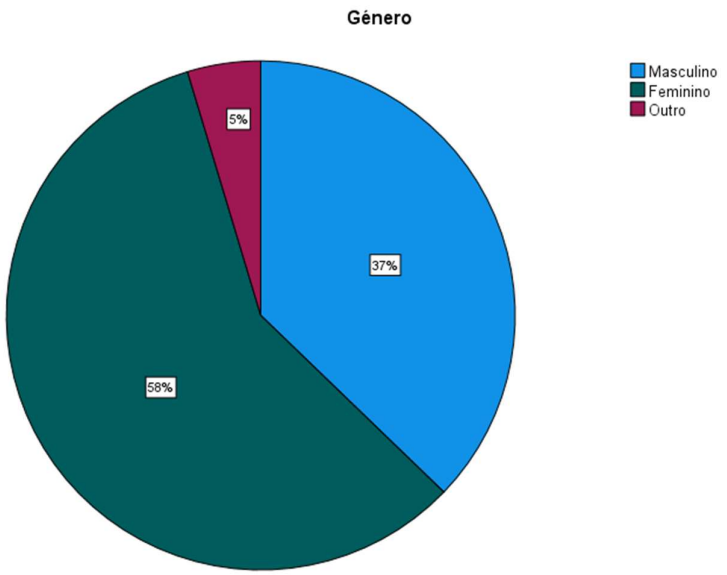
No questionário aplicado aos cidadãos participantes, foram inquiridos vários elementos de caráter sociodemográfico e atitudinal: (i) género, (ii) idade, (iii) nacionalidade e diversidade étnico-racial, (iv) escolaridade, (v) freguesia, (vi) situação profissional, (vii) participação noutros processos participativos, (viii) conhecimento do modelo de participação do CCL.

(1) Género

O grupo de participantes efetivos, portanto dos cidadãos que confirmaram a sua disponibilidade e participaram na sessão deliberativa nos dias 14 e 15 de maio, foi relativamente equilibrado do ponto de vista de género, estando as mulheres em ligeira maioria (58%). Destaca-se ainda como positiva a inclusão de 2 pessoas que se identificaram como não-binárias.

[27] Desta forma, podemos medir a evolução dos participantes expostos ao tratamento (*i.e.* CCL) comparando-a com um grupo idêntico que, na mesma janela temporal, não foi exposto ao evento deliberativo e participativo.
[28] Esta decisão resulta da taxa de resposta ao inquérito online não ter sido alta. Dos 100 convites que foram remetidos (50 não-participantes da segunda amostra + 50 não-participantes da terceira amostra), apenas 18 respondentes participaram em ambas as fases do estudo ("pré" e "pós").

Figura 13 - Distribuição da categoria género, em percentagem

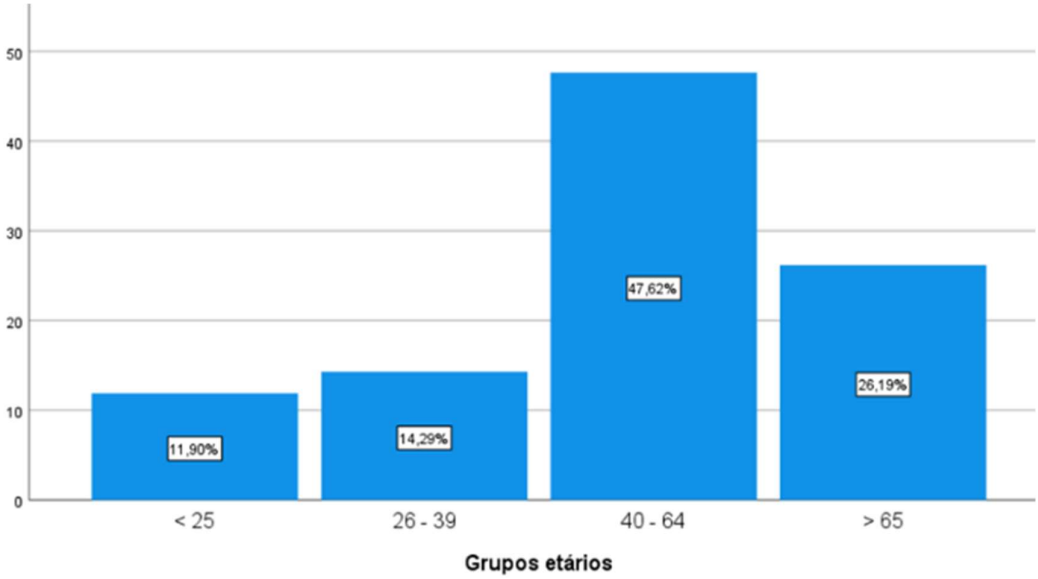


Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

(2) Idade

Em linha com o dado retirado das inscrições, os jovens com idade inferior a 25 anos foram o grupo com menor representação no CCL, como mostra o gráfico abaixo. A preocupação com a participação dos jovens foi manifestada pela CML em várias ocasiões, sendo um dos pontos em destaque na própria Metodologia do CCL (ver o Anexo A).

Figura 14 - Distribuição das idades dos participantes por grupos etários, em percentagem



Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

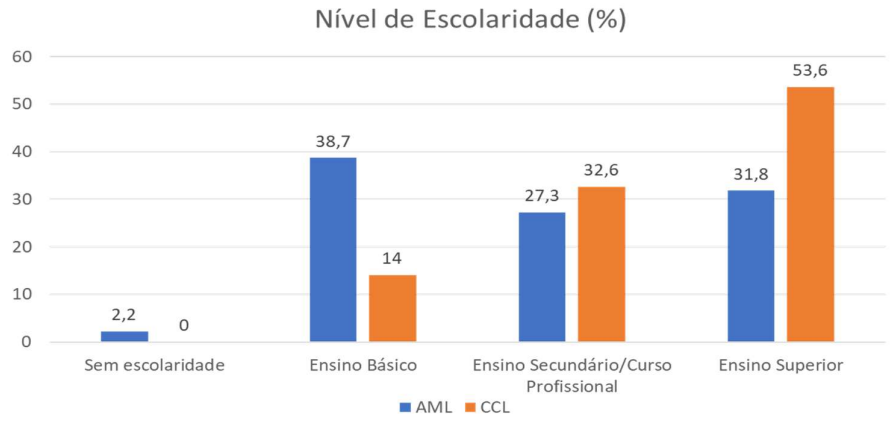
(3) Nacionalidade e diversidade étnico-racial

A esmagadora maioria dos participantes era de origem portuguesa, com exceção de dois participantes de nacionalidade colombiana e angolana. Da observação da sessão, retira-se ainda que houve uma baixa representação da diversidade étnico-racial da cidade de Lisboa, com a prevalência de pessoas brancas/caucasianas (ver secção 7 "Análise das notas de campo relativas à observação da sessão deliberativa").

(4) Escolaridade

Relativamente ao nível de escolaridade, 53,6% dos participantes tinha formação ao nível do Ensino Superior. Este dado contrasta, por ser mais elevado, com aquele que encontramos na população em geral (Área Metropolitana de Lisboa), tal como mostra o gráfico abaixo. Pelo contrário, a percentagem de cidadãos com o Ensino Básico foi substancialmente inferior à que encontramos na população em geral.

Figura 15 - Nível de escolaridade dos participantes e dos residentes na Área Metropolitana de Lisboa, em percentagem



Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML) e Pordata, 2021.

(5) Freguesia

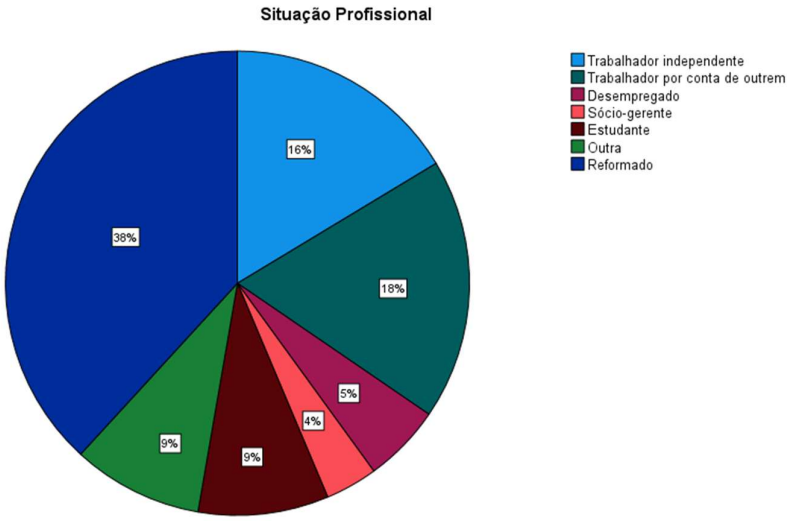
Do ponto de vista da distribuição territorial, os participantes habitavam em 19 freguesias do concelho de Lisboa[29]. Devido aos ajustes feitos pelo Fórum dos Cidadãos em fase de amostragem, o critério relativo à freguesia de residência, trabalho e/ou estudo foi substituído por um critério relativo às cinco Unidades Territoriais, todas representadas nesta primeira edição.

(6) Situação profissional

Em termos de situação profissional, 38% dos participantes estavam reformados[30], seguindo-se os trabalhadores por conta de outrem (18%) e os trabalhadores por conta própria (16%). 9% dos presentes eram estudantes.

[29] As freguesias que não estiveram representadas foram: Alcântara, Avenidas Novas, Beato, Carnide e Estrela.
[30] Esta categoria não constava das opções do formulário de inscrição, a partir do qual se obtiveram os dados em apreço. Com base nas respostas à pergunta aberta "Qual?" que sucedia a opção "Outra [situação profissional]", foi criada *a posteriori* a categoria "Reformado(a)", o que permitiu uma análise mais detalhada das características do grupo.

Figura 16 - Distribuição da situação profissional dos participantes, em percentagem

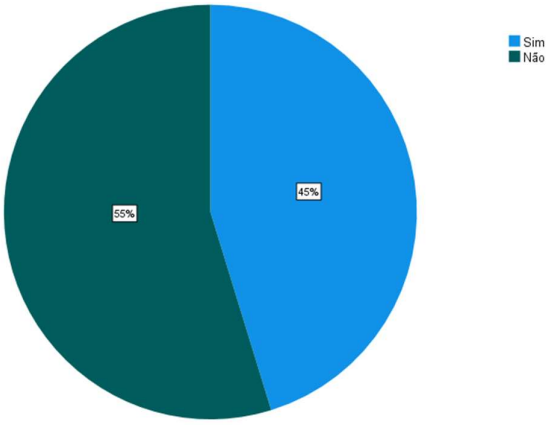


Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

(7) Participação noutros processos participativos

Cerca de 45% dos cidadãos participantes já tinha participado noutro processo participativo promovido pela CML. Destes, 14 cidadãos mencionaram já ter participado no Orçamento Participativo, um cidadão já participara numa consulta pública e cinco cidadãos participaram noutros processos.

Figura 17 - Participação dos cidadãos noutros processos participativos promovidos pela CML, em percentagem

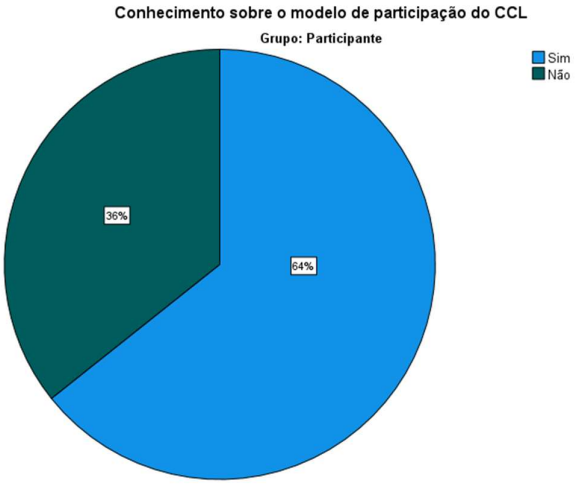


Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pré")

(8) Conhecimento do modelo participativo

Finalmente**,** mais de um terço dos participantes (36%) desconhecia o modelo de participação em que se baseou o CCL.

Figura 18 - Conhecimento dos cidadãos participantes sobre o modelo de participação do CCL, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pré")

6.1.1. Análise de conteúdo e descritiva das perceções dos cidadãos sobre o CCL

A análise que se segue tem um teor quantitativo e qualitativo e diz respeito às perceções de cidadãos participantes e, apenas em dimensões relevantes, de não-participantes, relativamente ao CCL. Estas análises não são longitudinais, portanto não pretendem mostrar a evolução das perceções numa lógica pré-pós, reportando-se ao momento antes da sessão ter início e ao momento subsequente.

(i) Respostas antes da sessão deliberativa

Tanto participantes como não-participantes foram inquiridos relativamente às suas motivações e expetativas de participação no CCL, antes do seu início, através da seguinte pergunta aberta: "Diga-nos, por favor, porque é que decidiu inscrever-se no Conselho de Cidadãos e quais as suas expectativas". Da análise desta pergunta, verificou-se que tanto participantes quanto não-participantes se inscreveram, principalmente, com vista ao exercício de um dever/direito cívico de participação e de procura do "bem comum".

"Por achar ser um dever ajudar e participar numa iniciativa em que todos temos voz." Participante

"Pensar em conjunto, trazer soluções, problemas e sugestões que possam apoiar a tomada de decisão." Não-participante

Outros motivos prenderam-se com características pessoais que participantes e não-participantes referiram nas suas respostas, havendo em terceiro lugar respostas que mostram uma ligação à cidade de Lisboa e a vontade de contribuir para a tomada de decisão.

"*Gosto de dar a minha opinião nos assuntos que influenciam diretamente a minha vida. Espero que cheguemos a conclusões específicas*." Participante

"*Porque gostaria de participar nas decisões sobre Lisboa, que é a cidade onde vivo*." Não-participante

Relativamente ao papel que entendiam ter sido convocados a desempenhar no âmbito do CCL, os cidadãos participantes foram questionados através da seguinte pergunta aberta: "Descreva, por palavras suas, a tarefa que lhe foi atribuída a si e aos restantes participantes pela Equipa de Facilitação." Entende-se esta perceção como crucial, pois tende a condicionar a compreensão dos cidadãos sobre o que é esperado de si no decorrer dos trabalhos, sendo que os participantes a relacionaram maioritariamente à resolução de problemas em Lisboa, seguido pela perceção de que cada participante foi chamado a participar no CCL sem mais referência ao objeto de participação.

"Encontrar soluções práticas que contribuam para a mitigação e adaptação dos efeitos climáticos." Participante

Em terceiro lugar, o papel dos participantes foi percebido por eles como orientado à partilha de opiniões e, finalmente, como relacionado com o exercício de cidadania.

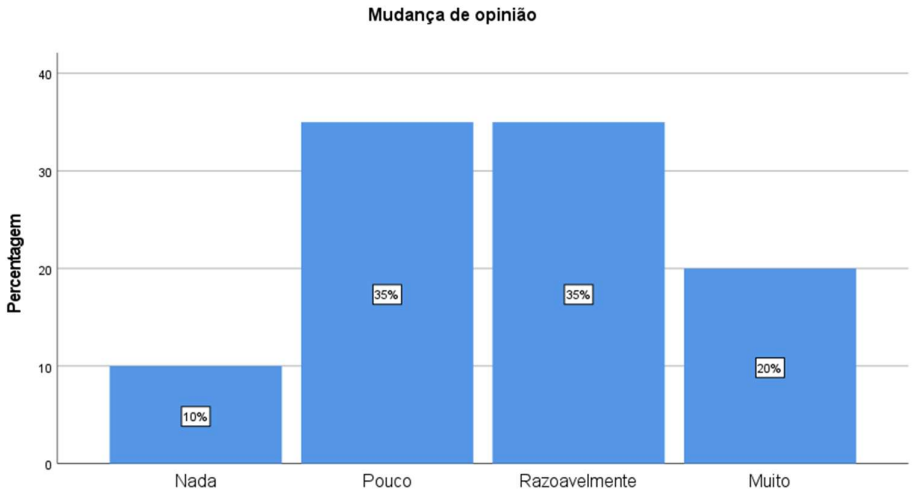
"Cumprir com a minha missão mesmo que voluntária sensação de dever cumprido. "Dever cívico" Participante

(ii) Respostas depois da sessão deliberativa

No questionário aplicado após o encerramento dos trabalhos, os cidadãos participantes foram inquiridos relativamente às suas perceções sobre vários elementos do CCL: (i) mudança de opinião, (ii) tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo, (iii) concordância com as propostas finais, (iv) duração da sessão, (v) eficácia das dinâmicas, (vi) utilidade, clareza e suficiência da informação facultada, (vii) seguimento das propostas, (viii) satisfação.

Relativamente à mudança de opinião, 40 participantes responderam à questão "Diga-nos, por favor, se considera que as suas opiniões mudaram durante a sessão." Destes, cerca de 45% d reportou que as suas opiniões pouco ou nada mudaram durante o CCL. Por outro lado, 35% indicou que as suas opiniões mudaram razoavelmente e 20% afirmou que as suas opiniões mudaram muito durante a participação no processo. A média neste indicador foi de 2,65/5.

Figura 19 - Mudança de opinião dos participantes no CCL, em percentagem

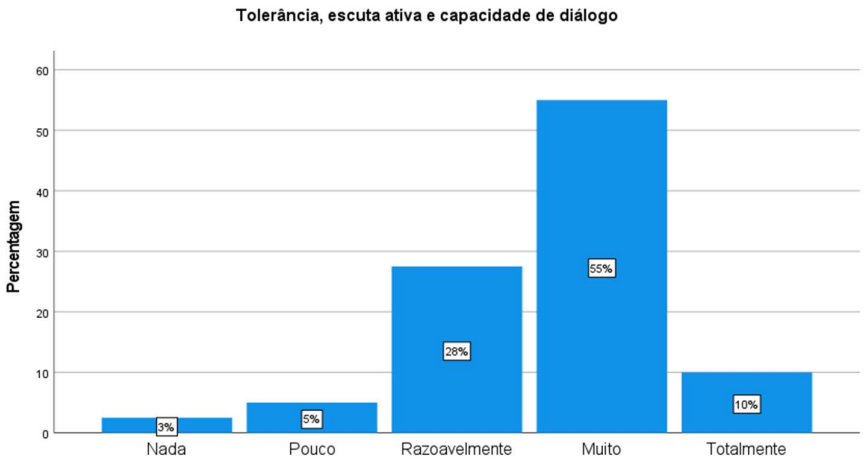


Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

Relativamente à tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo, 40 participantes responderam à questão "Considera que as suas opiniões foram ouvidas, valorizadas e respeitadas pelos restantes participantes?". Destes, 65% considerou que as suas opiniões foram muito ou

totalmente ouvidas, valorizadas e respeitadas pelos restantes participantes. Menos de 10% entendeu que foi pouco ou nada escutado, valorizado e respeitado pelos outros cidadãos. A média neste indicador foi de 3,65/5.

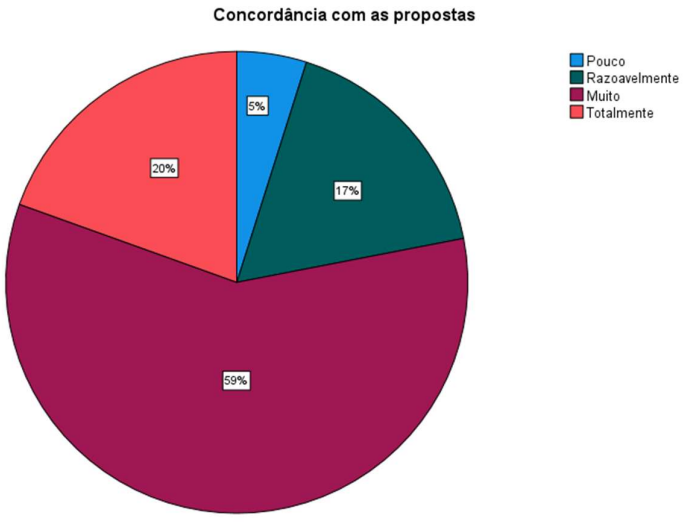
Figura 20 - Perceção dos participantes do CCL relativamente à tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

Relativamente à concordância ou discordância com as propostas, 41 participantes responderam à questão "Até que ponto concorda com/se revê nas propostas que foram acordadas entre todos?". Destes, cerca de 79% concordou muito ou totalmente com as propostas finais que foram apresentadas. Neste indicador, a média é de 3,9/5.

Figura 21 - Concordância dos cidadãos participantes com as propostas finais, em percentagem

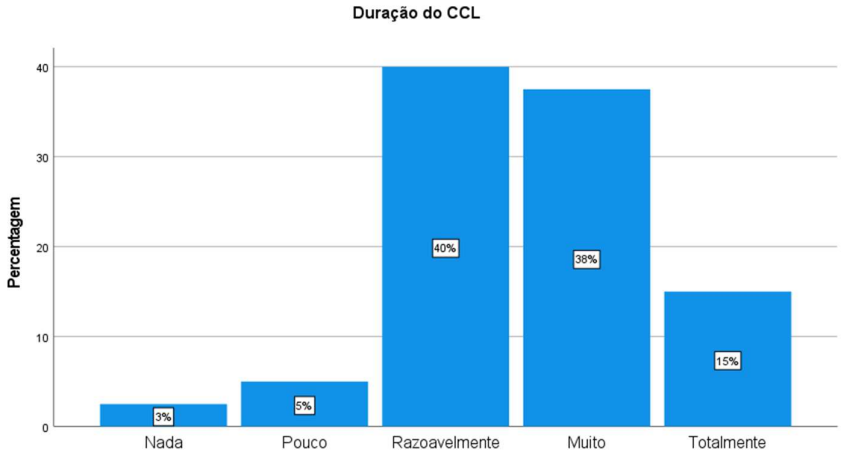


Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

Relativamente à duração da sessão do CCL, 40 participantes responderam à questão "Considera que a duração da sessão (um fim de semana) foi adequada para a co-construção de

propostas?". A duração do CCL foi avaliada como 3,58/5 em termos de adequação. Cerca de 40% dos participantes considerou um fim de semana razoavelmente adequado para a co-construção de propostas.

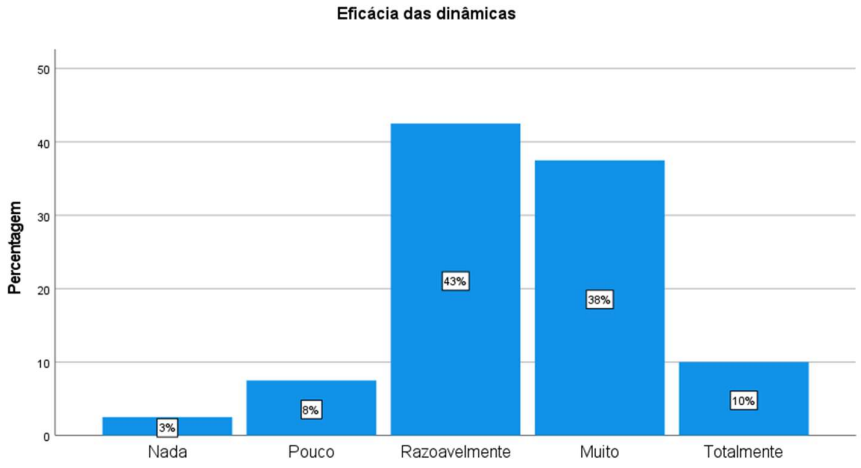
Figura 22 - Perceção dos cidadãos participantes relativamente à adequabilidade da duração do CCL, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

Relativamente à avaliação da eficácia das dinâmicas, 40 participantes responderam à questão "Considera que as dinâmicas propostas pela Equipa de Facilitação foram eficazes?". Destes, 43% dos participantes consideraram as dinâmicas razoavelmente eficazes, enquanto 38% as consideraram muito eficazes. Neste indicador, a média de respostas foi de 3,45/5.

Figura 23 - Avaliação dos cidadãos participantes relativamente à eficácia das dinâmicas do CCL, em percentagem

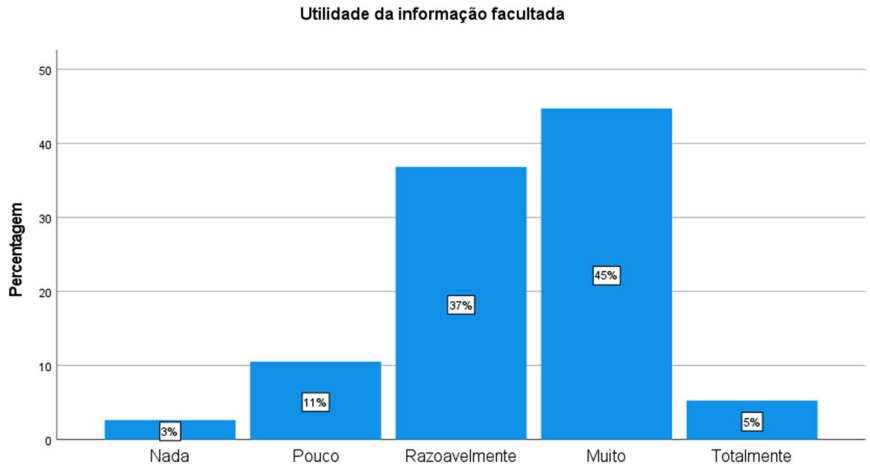


Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

Relativamente à utilidade, clareza e suficiência da informação facultada pela CML nesta primeira edição, os cidadãos responderam a um conjunto de perguntas que se apresentam abaixo. Os resultados indicam que a informação foi considerada razoavelmente, muito ou totalmente útil por 91% dos 38 respondentes. Relativamente à clareza, 87% dos 36 respondentes considerou-a

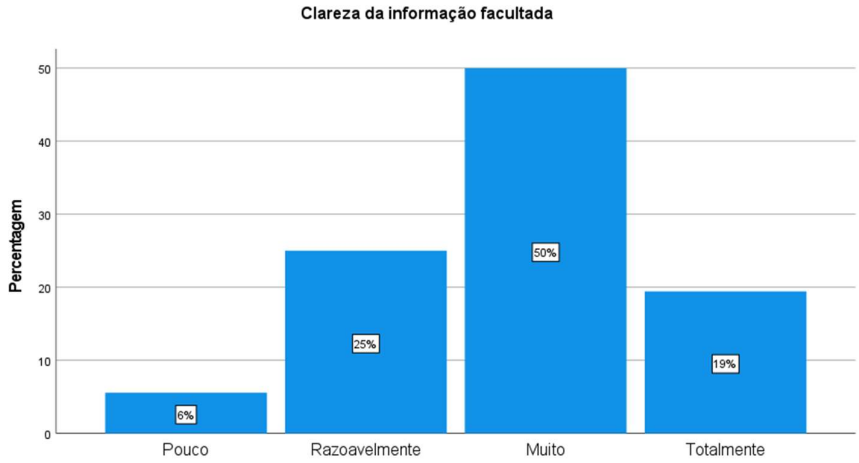
razoavelmente, muito ou totalmente clara e 73% avaliaram-na como razoavelmente, muito ou totalmente suficiente.

Figura 24 - Avaliação dos cidadãos participantes relativamente à utilidade da informação facultada, em percentagem



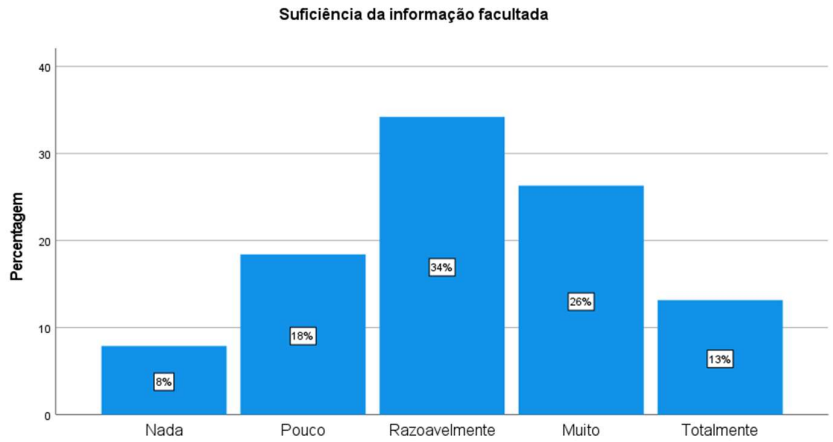
Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

Figura 25 - Avaliação dos cidadãos participantes relativamente à clareza da informação facultada, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

Figura 26 - Avaliação dos cidadãos participantes relativamente à suficiência da informação facultada, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

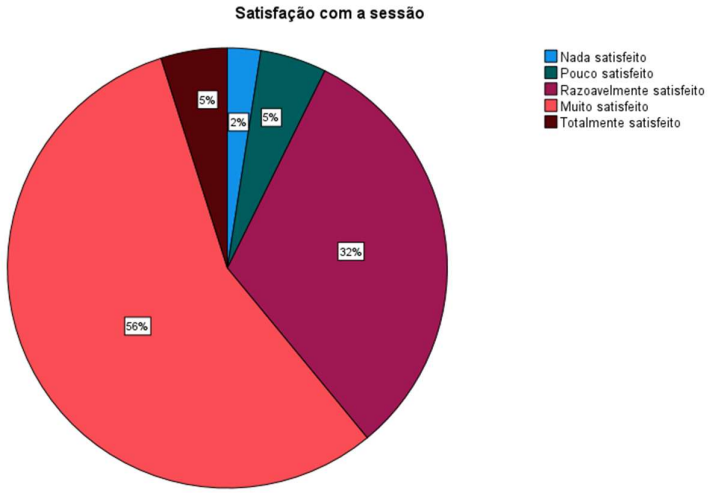
Relativamente ao seguimento dado às propostas por eles concebidas e apresentadas, foi colocada a seguinte pergunta aberta aos participantes: "Na sua opinião, o que acontecerá a seguir às propostas produzidas hoje?". A maioria dos participantes demonstrou esperança e, em alguns casos, fé nas boas intenções e na capacidade do executivo de levar a cabo o seguimento e implementação das propostas. Contudo, a maior parte dos participantes não soube indicar como e quando isso seria feito.

"Vamos, felizmente, acompanhar o desenvolvimento das mesmas." Participante

Outros participantes demonstraram uma perspetiva mais pragmática, salientando a necessidade de se avaliar a exequibilidade e articulação das propostas com outras já em curso. Finalmente, e de forma mais esporádica, os participantes revelaram ceticismo ou pouca convicção relativamente ao seguimento do trabalho por eles realizado.

Relativamente à satisfação com a sessão, os participantes foram questionados sobre o grau de satisfação com a sessão do CCL, tendo esta questão recebido um total de 41 respostas. Destas, 56% dos participantes disseram-se muito satisfeitos com a forma como a sessão decorreu e cerca de 32% afirmaram estar razoavelmente satisfeitos. A média neste indicador foi de 3,6/5.

Figura 27 - Satisfação dos cidadãos participantes relativamente à sessão, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos "Pós")

6.1.2. Análise Pré-Pós

Nesta secção apresentam-se os resultados da análise pré-pós, cujo objetivo foi medir longitudinalmente a evolução de atitudes e perceções dos cidadãos participantes e não-participantes. Esta abordagem experimental implicou a aplicação de inquéritos por questionário com os participantes, na manhã do primeiro dia da sessão deliberativa, antes do início dos trabalhos, e na tarde do segundo dia, após o discurso de encerramento; bem como com os não-participantes (grupo de controle), antes e depois da sessão[31]. Aqui o intervalo de tempo para a resposta compreendeu os dois dias antes do início do evento e os dois dias depois da sua realização.

(i) Caracterização sociodemográfica

Os dados que se seguem dizem respeito ao total de respondentes, incluindo participantes e não-participantes, sendo posteriormente desagregados para fins do estudo contrafactual nos próximos parágrafos. O grupo de respondentes era, no total, composto por 30 mulheres, 25 homens e duas pessoas não-binárias, sendo 55 anos a média de idades e a mediana 58 anos. O desvio-padrão da idade foi de 15,7. Os inquiridos habitavam em 22 das 24 freguesias de Lisboa. Do total de respondentes, 31,6% encontrava-se reformado, 26,3% declarou ser trabalhador por conta de outrem, 12,3% afirmou ser trabalhador por conta própria, 10,5% era estudante, 8,8% estava desempregado, 3,5% declarou ser sócio-gerente e 7% selecionou a opção "outra [situação profissional]". Em termos de escolaridade, 30 respondentes (53,6%) tinham formação ao nível do Ensino Superior, 20 (35,7%) tinham completado o Ensino Secundário/Curso Profissional e 6 (10,7%) concluíram o Ensino Básico.

Em termos da variável "género", não se registaram diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de tratamento e o de controlo[32] . O mesmo se pode dizer no caso das variáveis "freguesia"[33] e "escolaridade"[34]. Já as proporções da variável "situação profissional"

[31] O número de inquéritos válidos para participantes (n=39) e não-participantes (n=18) corresponde às pessoas que responderam de forma completa aos dois questionários "pré" e "pós".
[32] Foi interpretado o Teste Exato de Fisher com significância estatística p = 0.796 > 0.05.
[33] Foi interpretado o Teste Exato de Fisher com significância estatística p = 0.618 > 0.05.
[34] A comparação de médias entre amostras é expressa através do "t" (Test t de Student) que é utilizado para a realização de testes de hipóteses. Neste caso, t(54) = -0.321, com significância estatística p > 0.05.

são estatisticamente diferentes entre os dois grupos[35], querendo isto dizer que os grupos não são semelhantes neste aspeto. Também no que respeita à idade, verificaram-se diferenças significativas entre as médias do grupo de tratamento e de controlo, sendo este outro aspeto em que se verifica dissemelhança[36]. Não obstante as diferenças reportadas, considera-se que os dois grupos são similares do ponto de vista sociodemográfico e apresentam, portanto, as condições necessárias para a análise contrafactual entre participantes e não-participantes.

(ii) Caracterização atitudinal

Por forma a caracterizar atitudinalmente os respondentes, foram auferidas as seguintes dimensões, antes e depois da sessão deliberativa: (i) eficácia política interna e externa, (ii) participação noutros processos participativos, promovidos pela CML, (iii) confiança nos outros, (iv) satisfação com a democracia, em Portugal e em Lisboa.

Relativamente ao nível da eficácia política interna, os inquiridos declararam previamente ter muita confiança para participar na política, com uma média de 3,91/5 e uma mediana de 4, ou seja, muito confiante. A eficácia política externa dos respondentes revelou-se baixa, rondando em média os 2,42/5. A mediana (2) desta variável indica que os cidadãos consideravam que o sistema político em Portugal permite "pouco" que as pessoas comuns tenham influência na política.

Relativamente à participação noutros processos participativos promovidos pela CML, mais de metade dos respondentes (60,7%) afirmaram conhecer o modelo de participação do Conselho de Cidadãos de Lisboa e 35,7% já tinham participado noutro ou noutros processos de participação promovidos pela Câmara Municipal da cidade, como por exemplo o Orçamento Participativo. A mediana dos respondentes considerava que os processos participativos em Lisboa contribuem "razoavelmente" (3) para a tomada de decisão, sendo a média das respostas a esta questão 2,86/5. A mediana dos inquiridos "concordava totalmente" (5) com a afirmação "A generalidade das decisões políticas deveria envolver mais os cidadãos", sendo a média 4,59/5.

Em relação à confiança nos outros, a pergunta "Indique, por favor, se no seu dia a dia costuma confiar e contar com a opinião dos outros" foi respondida atribuindo em média um valor de 3,63/5, sendo a mediana desta variável "4", ou seja, "muito". Numa escala de 1 a 5, os cidadãos autoavaliaram o seu conhecimento sobre o tema das alterações climáticas como 3,38/5.

Finalmente, no concerne à satisfação com a democracia, em Portugal e em Lisboa, as pontuações médias atribuídas não divergiram substancialmente, sendo de 3,68/5 e 3,66/5, respetivamente.

Em síntese, não obstante algumas discrepâncias do ponto de vista sociodemográfico, os grupos de tratamento e controle revelaram-se equivalentes do ponto de vista atitudinal em 9 das 10 dimensões medidas antes da sessão deliberativa[37].

[35] Foi interpretado o Teste Exato de Fisher com significância estatística $p = 0.02 < 0.05$.

[36] A comparação de médias entre amostras é expressa através do "t" (Test t de Student) que é utilizado para a realização de testes de hipóteses. Neste caso, $t(54{,}712) = -4.579$, com significância estatística $p < 0.05$.

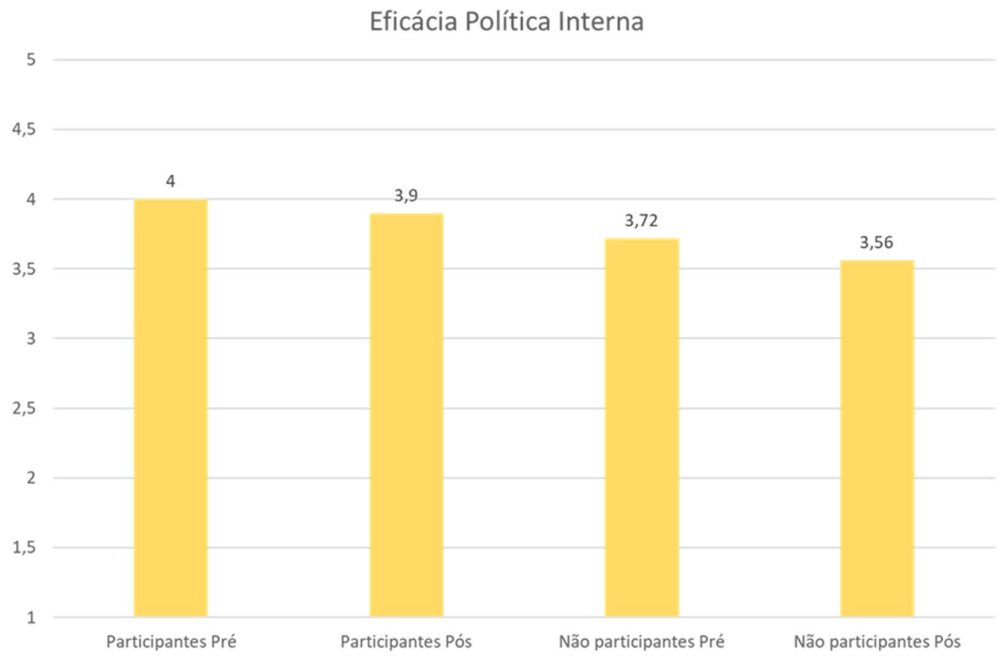
[37] Não se verificaram diferenças significativas entre participantes e não-participantes nas variáveis que dizem respeito a(o): conhecimento do modelo de participação do CCL, X^2 (1, N=56) = 0,002, p = 1 > 0.05); eficácia interna, t(55) = 1,121, p > 0,05; eficácia externa, t(55) = 0,189, p > 0,05; perceção do contributo dos processos participativos para a tomada de decisão, t(54) = -0,816, p > 0,05; concordância com um maior envolvimento dos cidadãos nas decisões, t(54) = -0,368, p > 0.05; satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, t(52) = -1,50, p > 0.05; satisfação com a vida democrática em Lisboa (U=257,5, p > 0.05); confiança na opinião dos outros, t(54) = 0,915, p > 0.05 e perceção do conhecimento sobre alterações climáticas t(54) = 1,047, p > 0.05. No que concerne a participação prévia noutros processos de participação, registaram-se diferenças significativas entre os dois grupos, X^2 (1, N=56) = 6,994, p = 0.015 < 0.05). De facto, em termos comparativos, uma percentagem mais elevada de participantes já tinha participado noutros processos participativos, sugerindo um novo efeito de autosseleção, mesmo após a inscrição voluntária no CCL.

(iii) Análise contrafactual

Tendo sido estabelecida a semelhança entre os dois grupos, procurou-se perceber se a participação no CCL tinha influenciado as dimensões inframencionadas, comparando as médias dos dois grupos de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL.

Relativamente à eficácia política interna, não se verifica um aumento estatisticamente significativo dos níveis de eficácia política interna dos participantes após a participação no CCL[38].

Figura 28 - Média dos níveis de eficácia política interna, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL



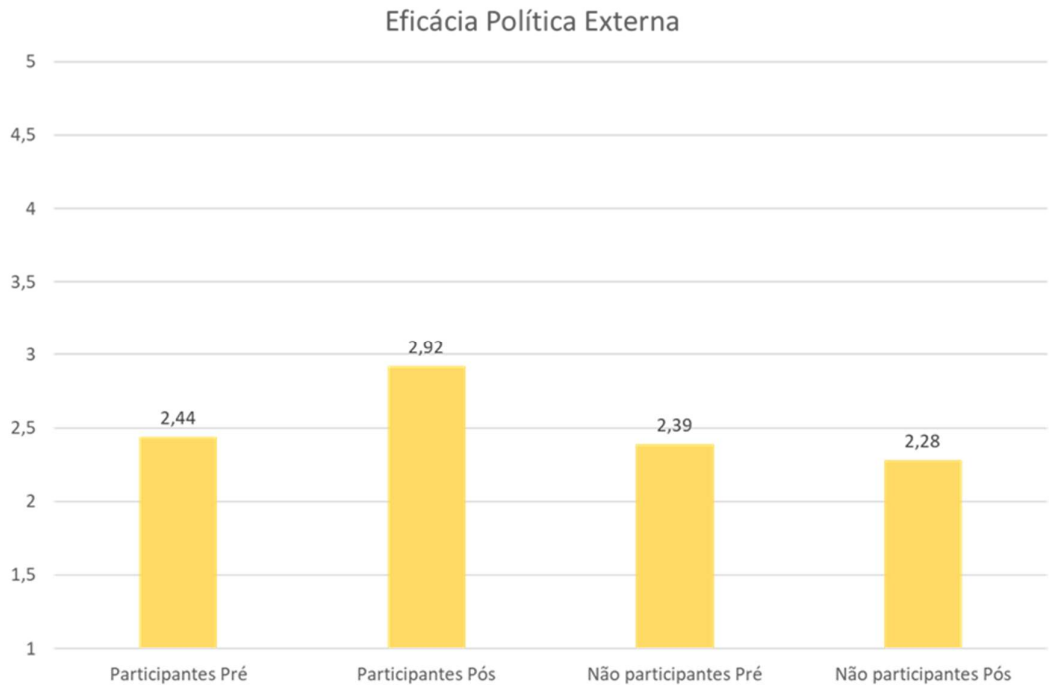
Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

No que diz respeito à eficácia política externa, verifica-se um aumento estatisticamente significativo dos níveis de eficácia política externa dos participantes após a participação no CC[39].

[38] Não se verificam diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, antes da sessão, t(55) = 1,121, p > 0,05. Não se verificam diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, depois da sessão, t(55) = 1,258, p > 0.05. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de eficácia política interna reportados pelos participantes antes (M=4, SD= 0,858) e depois (M=3,90 SD= 0,940) da sessão deliberativa, t(38) = 0,726, p > 0.05. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de eficácia política interna reportados pelos não-participantes antes (M=3,72, SD= 0,895) e depois (M=3,56, SD= 0,984) da sessão deliberativa, t(17) = 1,374, p > 0.05.

[39] Não se verificam diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, antes da sessão, t(55) = 0,189, p > 0,05. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre participantes e não-participantes, após a sessão, t(55) = 2,711, p < 0.05. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de eficácia política externa reportados pelos participantes antes (M=2,44, SD= 0,852) e após (M=2,92, SD= 0,900) a sessão deliberativa, t(38) = -3,561, p < 0.05. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de eficácia política externa reportados pelos não-participantes antes (M=2,39, SD= 0,916) e depois (M=2,28, SD= 0,669) da sessão deliberativa, t(17) = 0,622, p > 0.05.

Figura 29 - Média dos níveis de eficácia política externa, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL

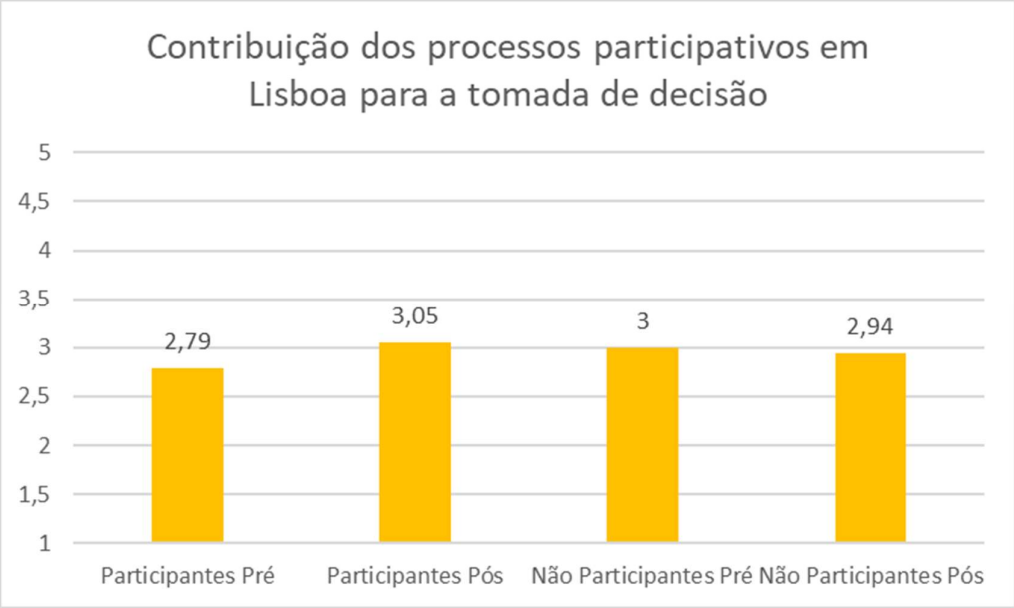


Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

Sobre a contribuição dos processos participativos em Lisboa para a tomada de decisão, não se verifica um aumento estatisticamente significativo da perceção dos participantes relativamente ao contributo dos processos participativos na tomada de decisões políticas em Lisboa[40].

[40] Não se verificam diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, antes da sessão, $t(54) = -0{,}816$, $p > 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre participantes e não-participantes, após a sessão, $t(55) = 0{,}471$, $p > 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a perceção dos participantes do contributo dos processos participativos na tomada de decisões políticas em Lisboa, antes ($M=2{,}79$, $SD= 0{,}833$) e depois ($M=3{,}05$, $SD= 0{,}857$) da sessão deliberativa, $t(38) = -1{,}707$, $p > 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de apoio reportados pelos não-participantes ao envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas, antes ($M=3$, $SD= 0{,}935$) e depois ($M=2{,}94$, $SD= 0{,}659$) da sessão deliberativa, $t(16) = -0{,}293$, $p > 0.05$.

Figura 30 - Média da perceção do contributo dos processos participativos para a tomada de decisões políticas em Lisboa, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL

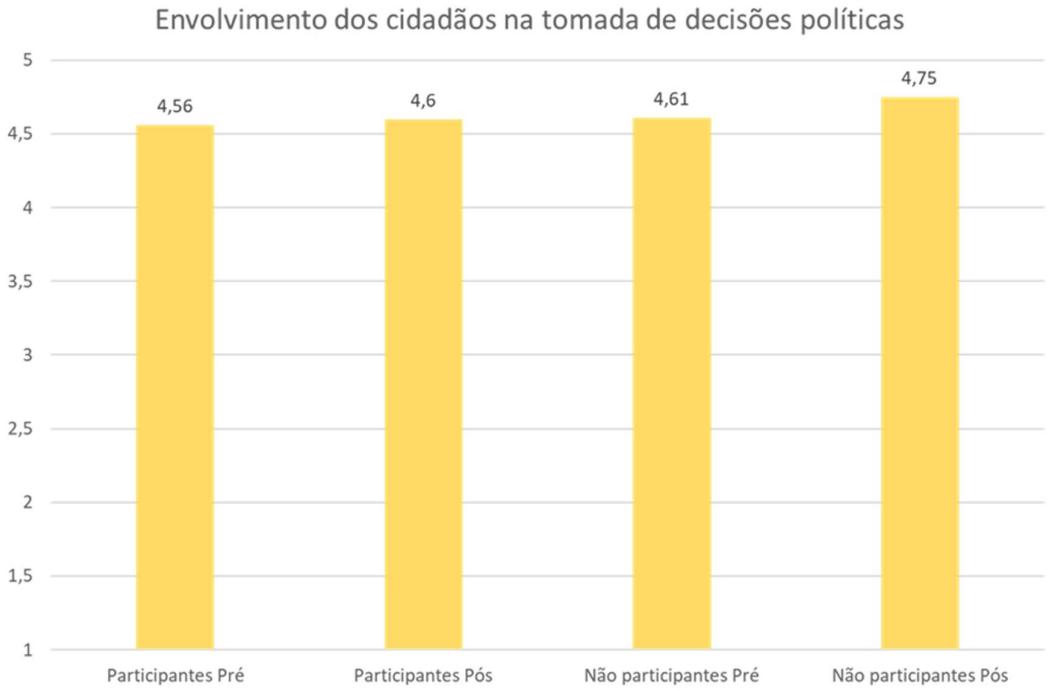


Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

Relativamente ao apoio ao envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas, não se verifica um aumento estatisticamente significativo dos níveis de apoio ao envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas após a participação no CCL[41].

[41] Não se verificam diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, antes da sessão, $t(54) = -0{,}368$, $p > 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre participantes e não-participantes, após a sessão, $t(55) = -0{,}875$, $p > 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de apoio reportados pelos participantes ao envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas, antes ($M=4{,}56$, $SD= 0{,}640$) e depois ($M=4{,}60$, $SD= 0{,}680$) da sessão deliberativa, $t(38) = -0{,}281$, $p > 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de apoio reportados pelos não-participantes ao envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas, antes ($M=4{,}61$, $SD= 0{,}323$) e depois ($M=4{,}75$, $SD= 0{,}309$) da sessão deliberativa, $t(17) = -1{,}761$, $p > 0.05$.

Figura 31 - Média dos níveis de apoio ao envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL

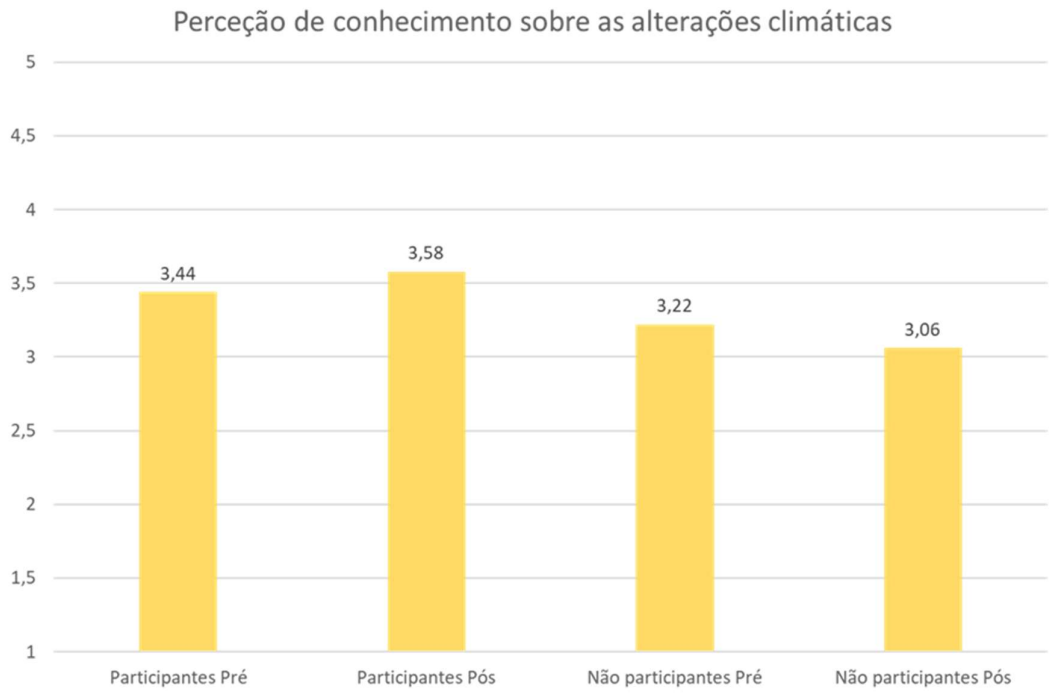


Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

Em termos de conhecimento sobre as alterações climáticas, Apesar de se ter verificado um ligeiro aumento na perceção de conhecimento dos participantes sobre alterações climáticas, este aumento não foi estatisticamente significativo[42]. Contudo, foram colocadas duas questões factuais no inquérito "pós", cujo conteúdo se relacionava com as apresentações dos conselheiros/especialistas (ver Fig. 33 e 34). Aqui, verificou-se que um maior número de participantes respondeu corretamente à 1ª questão colocada, em comparação com os não-participantes. Esta diferença foi significativa, $X^2(1, N = 57) = 16,65$, $p < 0.05$. O mesmo não se verificou em relação à segunda pergunta colocada, cujo nível de dificuldade era aparentemente menor $X^2(1, N=52) = 0,071$, $p > 0.05$.

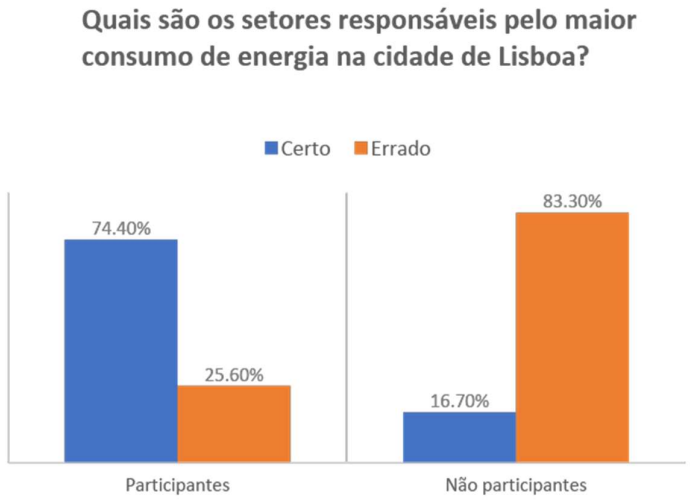
[42] Não se verificam diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, antes da sessão, $t(54) = 1,047$, $p > 0.05$. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre participantes e não-participantes, após a sessão, $t(53) = 2,764$, $p < 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a perceção de conhecimento reportada pelos participantes antes ($M=3,44$, $SD= 0,809$) e depois ($M=3,58$, $SD= 0,649$) da sessão deliberativa, $t(35) = -1,536$, $p > 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a perceção de conhecimento reportada pelos não-participantes antes ($M=3,22$, $SD= 0,647$) e depois ($M=3,06$, $SD= 0,639$) da sessão deliberativa, $t(17) = 1,374$, $p > 0.05$.

Figura 32 - Média dos níveis autoreportados de conhecimento sobre alterações climáticas, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL



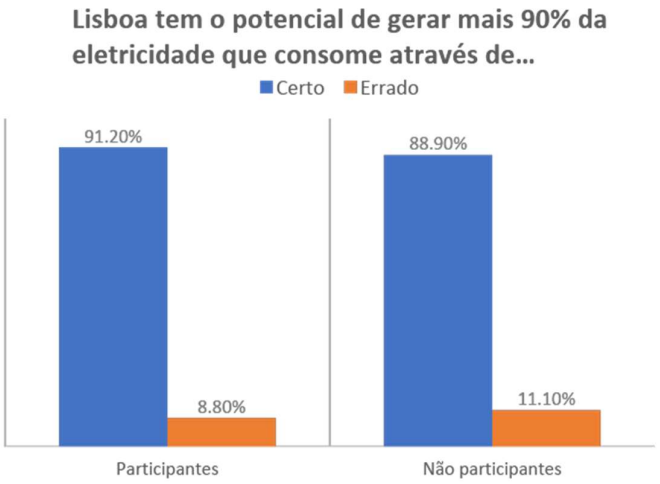
Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

Figura 33 - Resposta à 1ª questão factual colocada a participantes e não-participantes, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

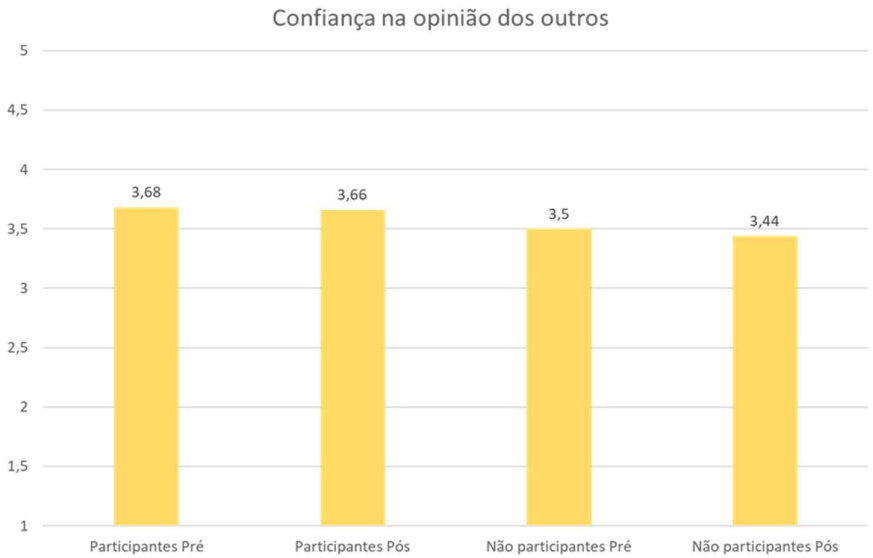
Figura 34 - Resposta à 2ª questão factual colocada a participantes e não-participantes, em percentagem



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

Sobre a confiança na opinião dos outros, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre a confiança demonstrada pelos participantes nos outros, antes e depois da sessão[43].

Figura 35 - Média dos níveis de confiança na opinião dos outros, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL

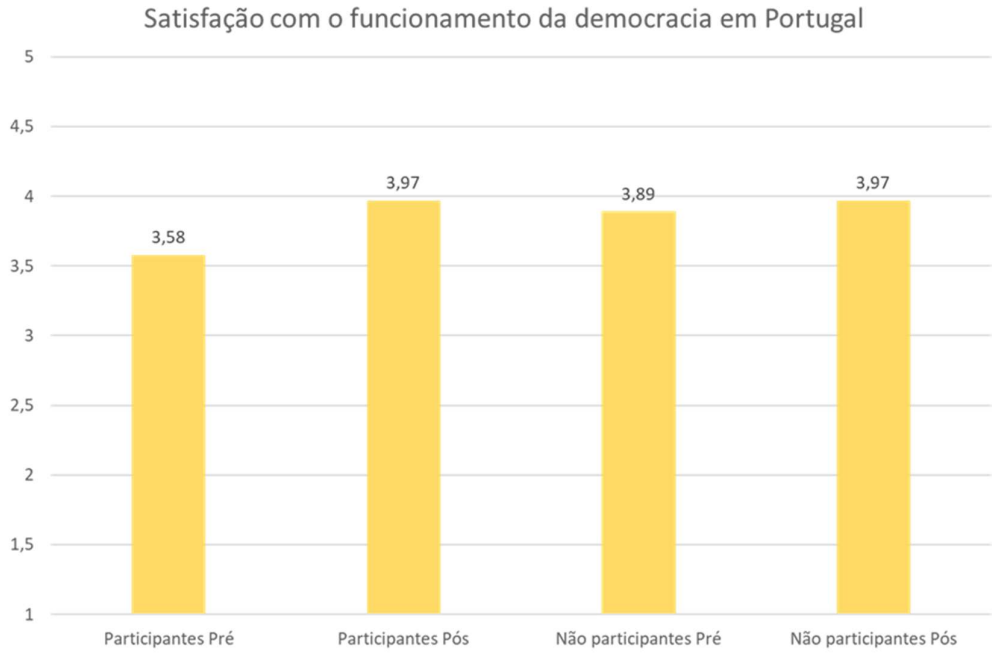


[43] Não se verificam diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, antes da sessão, t(54) = 0,915, p > 0.05. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre participantes e não-participantes, após a sessão, t(55) = 1,015, p > 0.05. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a confiança dos participantes na opinião dos outros antes (M=3,68, SD= 0,739) e depois (M=3,66, SD= 0,745) da sessão deliberativa, t(37) = 0,255, p > 0.05. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a confiança dos não-participantes na opinião dos outros antes (M=3,50, SD= 0,618) e depois (M=3,44, SD= 0,511) da sessão deliberativa, t(17) = 0,566, p > 0.05.

Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

Relativamente à satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, verificou-se um aumento estatisticamente significativo da satisfação dos participantes após o CCL[44].

Figura 36 - Média dos níveis de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL



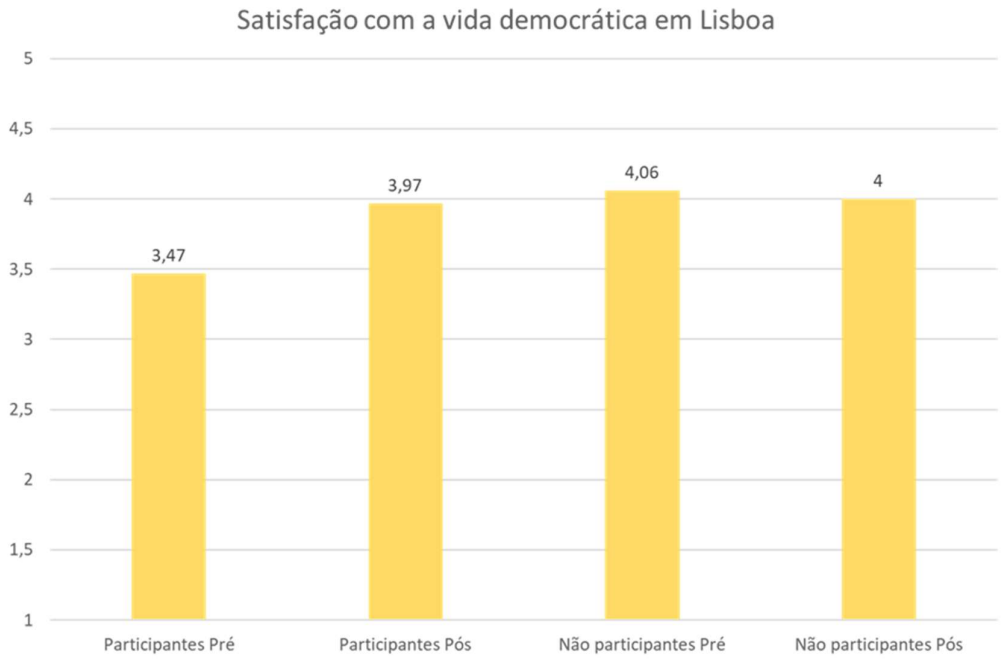
Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

No que diz respeito à satisfação com a vida democrática em Lisboa, também se verificou um aumento estatisticamente significativo da satisfação dos participantes com a vida democrática em Lisboa, após o CCL[45].

[44] Não se verificam diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, antes da sessão, $t(52) = -1{,}50$, $p > 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre participantes e não-participantes, após a sessão, $t(55) = 0{,}077$, $p > 0.05$. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, reportados pelos participantes, antes ($M=3{,}58$, $SD= 1{,}130$) e depois ($M=3{,}97$, $SD= 0{,}779$) da sessão deliberativa, $t(37) = -3{,}048$, $p < 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, reportados pelos não-participantes, antes ($M=3{,}89$, $SD= 0{,}404$) e depois ($M=3{,}97$, $SD= 0{,}401$) da sessão deliberativa, $t(17) = -1{,}374$, $p > 0.05$.

[45] Verificam-se diferenças estaticamente significativas entre participantes e não-participantes, antes da sessão, $t(50) = -2{,}80$, $p < 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre participantes e não-participantes, após a sessão, $t(55) = -0{,}130$, $p > 0.05$. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de satisfação com a vida democrática em Lisboa, reportados pelos participantes, antes ($M=3{,}47$, $SD= 1{,}156$) e depois ($M=3{,}97$, $SD= 0{,}805$) da sessão deliberativa, $t(37) = -3{,}062$, $p < 0.05$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de satisfação com a vida democrática em Lisboa, reportados pelos não-participantes, antes ($M=4{,}056$, $SD= 0{,}379$) e depois ($M=4$, $SD= 0{,}384$) da sessão deliberativa, $t(17) = 1$, $p < 0.05$.

Figura 37 - Média dos níveis de satisfação com a vida democrática em Lisboa, de participantes e não-participantes, antes e depois do CCL



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise dos Inquéritos)

Este aumento é corroborado pelas respostas dos cidadãos participantes antes e depois da sessão deliberativa. Predominantemente, os participantes consideravam antes da sessão que existiam poucas oportunidades de participação e escuta dos cidadãos.

"Além dos atos eleitorais, existem oportunidades para os cidadãos participarem na vida democrática da cidade." Participante

Não obstante, após o encerramento dos trabalhos, esta perceção parece ter diminuído ligeiramente, como revelado pelas respostas ao inquérito pós.

"Existem oportunidades acessíveis de expor ideias e contribuir para o processo de validação de decisões." Participante

"Iniciativas como estas fazem com que os cidadãos se sintam úteis." Participante

7. Análise das notas de campo relativas à observação da sessão deliberativa

7.1. Manhã - 14 de maio de 2022

Chegada dos participantes - 9 horas

À entrada dos Paços do Concelho há uma mesa com membros da equipa da DP que entrega aos participantes *badges*, uma capa com folhas para tirar notas, caneta e dois pequenos livros ilustrados da CML (25 Ecogestos Energia e 25 Ecogestos Economia Circular).

Estão presentes jornalistas da CMTV e TVI, bem como o Presidente da CML. Os jornalistas filmam e fazem entrevistas ao Presidente e a alguns participantes. Dois participantes comunicam à equipa DMCom que não desejam ser filmados.

Os jornalistas acompanham a abertura do Presidente da CML e uma jornalista do Público acompanhou também as exposições dos especialistas (chamados "conselheiros") por autorização do gabinete do Presidente da CML.

Entrada no Salão Nobre - 9.15 horas

Na subida da escadaria para o Salão Nobre, uma senhora com dificuldades de mobilidade pede para utilizar um elevador e é assistida.

Presentes na sala: equipa da Divisão de Participação (quatro pessoas); equipa de facilitação Human Fleet (cinco pessoas); Fórum dos Cidadãos (uma pessoa); Instituto de Ciências Sociais (três pessoas); Lisboa Enova (uma pessoa); Divisão de Marca e Comunicação (uma pessoa); Jornal Público (uma pessoa até ao fim das apresentações dos conselheiros); 43 cidadãos participantes.

A solenidade da sala reflete-se também no comportamento e vestuário dos participantes. Na sala, há duas filas de cadeiras dispostas em meia-lua onde os participantes se sentam livremente. No centro da sala, há um grande painel com o design do Conselho de Cidadãos e dois ecrãs de tamanho médio em cada um dos lados.

Notamos que há apenas uma casa de banho no andar e os participantes são informados só por volta das 10.30 de que devem encher as garrafas de água fornecidas pela CML lá.

Abertura Presidente da CML - 9.20 horas

O Presidente da CML destaca alguns pontos principais no seu discurso de abertura:

- O simbolismo da sala escolhida – onde se deu a proclamação da 1º República.
- Agradecimento aos vários intervenientes na iniciativa, incluindo os cidadãos e cidadãs de Lisboa.
- Perda de interesse na política tradicional, sendo por isso de louvar que os participantes dediquem um fim-de-semana do seu tempo.
- Necessidade de repensar a política: "*Antigamente os políticos eram visionários. Agora as pessoas querem participar ativamente na política, mas não sabem como.*"
- Referência ao CCL como único no seu género em Portugal, com garantia de zero interferência política.
- Defesa do sorteio como "*única maneira de refletir a sociedade*" com mais de 2300 inscritos. Objetivo cumprido por haver presentes na sala de todas as idades, desde "*a Margarida com 17 anos à Mariana com 82*". Algumas desistências de última hora foram por causa da COVID-19.
- Necessidade de diferenciar as políticas públicas (o que se constrói no CCL) da política dos partidos.
- Importância do tema das alterações climáticas por ser central para as cidades. Referência a alguns projetos-chave em Lisboa, tais como as obras para os túneis de barragem para proteger a cidade das cheias, a iluminação LED na via pública e a rega com água não potável.

- Exortação dos participantes para não terem "*medo de dizer as suas ideias*", sendo que se esperam "*conclusões concretas*".
- Defesa da opção de "*começar as políticas públicas do zero*", sendo que *"as propostas serão negociadas com os vereadores"*.
- Referência ao mundo digital que, apesar de ser caótico, "*pode ser uma ferramenta para ajudar a organizar a participação como neste caso do CLL.*"
- O termo "*Políticas Públicas 2.0*" quer dizer políticas públicas que incluam as pessoas.

Dinâmicas de deliberação - 9.25 horas

O responsável da equipa de facilitação, Virgílio, toma a palavra e elogia o discurso do Presidente da CML: "*Adorei o discurso do PCM*", "*o País tem expectativa enorme no que está a acontecer*", "*vamos provar a política 2.0*".

A seguir, descreve a metodologia e identifica três momentos-chave: aprender, deliberar e decidir.

Introduz o "questionário pré" elaborado pela equipa do ICS-UL, dando 15 minutos aos participantes para responderem. A escala de uma pergunta foi corrigida no local pela equipa ICS-UL após observação de um erro por parte de alguns participantes.

Próximos do fim, a equipa convida-os a terminar o preenchimento do questionário, mas uma pessoa pede mais tempo para não se sentir pressionada.

São preenchidos 43 questionários.

A equipa introduz a primeira dinâmica com o objetivo de os participantes trocarem pontos de vista sobre o que gostam na cidade de Lisboa (10 minutos).

A equipa introduz a segunda dinâmica com o objetivo de os participantes falarem entre eles sobre o que é único em Lisboa e o que gostariam de mostrar a um visitante (10 minutos).

Das conversas entre os participantes, ouvem-se palavras como luz, Torre de Belém, Baixa Pombalina, Lisboa descaracterizada, Quinta Pedagógica dos Olivais, entre outras

A equipa esclarece que o objetivo das dinâmicas é criar um ambiente fértil para se dar palco aos participantes.

Acordos - 10.10 horas

A equipa propõe a negociação de acordos, referindo-se à necessidade de escuta e cooperação. Mesmo que todos tenham ideias diferentes, "*todos estamos investidos no mesmo*". Garante-se que a equipa de facilitação é isenta e que, por mais que quisesse, não pode participar e influenciar a deliberação.

A equipa introduz a pergunta desta edição do CCL: "O que temos de fazer para Lisboa enfrentar as alterações climáticas?"

A seguir são estabelecidos os acordos:

- telemóveis desligados (uma pessoa diz que não pode);
- falar um de cada vez;
- evitar conversas paralelas;
- dar espaço a todos e não monopolizar;
- respeitar as diferenças;
- pensar nas pessoas e nos animais;
- pensar nas crianças e nos mais velhos;
- considerar a cidade e a comunidade como um todo.

Conselheiros - 10.15 horas

A equipa de facilitação apresenta os quatro conselheiros desta sessão, cada um com 15/20 minutos seguidos de 5 minutos para os participantes conversarem entre eles, e finalmente 30 minutos de debate em plenário.

Uma pessoa pergunta quais são os temas porque não recebeu informação prévia. Também quer saber quem são os conselheiros para decidir se fica no CCL ou se vai embora.

Por esta altura, uma senhora desaparece da sala e estará ausente durante toda a manhã de apresentações. Terá dado esta indicação à participante que estava ao seu lado.

(i) Primeira conselheira: Júlia Seixas

Da intervenção da primeira conselheira destacam-se os seguintes pontos:

- A Revolução Industrial e o uso do carvão melhoraram a qualidade de vida.
- A seguir foram introduzidos o petróleo e o gás natural.
- O problema hoje é o consumo exponencial de energia e o consumo doméstico.
- Os efeitos são o aumento de CO2 e da energia térmica dentro da atmosfera (efeito estufa).
- Os principais países emissores são os Estados Unidos, a Europa e a China. Diz: "*O problema das alterações climáticas pode estar muito longe de nós, mas estamos nisso*".
- O aquecimento leva ao derretimento do gelo, ao aumento do nível das águas e à sua expansão térmica.

Notamos que refere várias vezes que o tema das alterações climáticas é muito complexo, por isso os participantes podem desconsiderar os gráficos. Por volta das 10h30, duas pessoas saem da sala. Algumas pessoas tiram notas à mão e outras estão mais distraídas. Algumas pessoas fazem zoom para tirar fotos aos slides das apresentações com os telemóveis. Outras pessoas partilham nas redes sociais a sua presença.

(ii) Segunda conselheira: Catarina Freitas

Da intervenção da segunda conselheira destacam-se os seguintes pontos:

- O verde deve ser o nosso melhor amigo. As maiores fontes de consumo de energia em Lisboa são os transportes e os serviços.
- Distingue entre mitigação e adaptação às alterações climáticas, e diz: "*é um problema global com impacto local nas cidades*".
- Dá exemplos de como se pode aproveitar o sol para energia solar (projeto Solis da Lisboa ENova).
- Refere que a CML é a responsável por apenas 4% das emissões de gases de efeito estufa e dá como exemplo o edifício da CML, bem como a frota de carros elétricos.
- Refere-se rapidamente aos projetos em curso da CML e diz que o tempo é escasso e que vai passar a informação a correr.
- Conclui dizendo: "*temos que reforçar a força verde*".

Notamos que um participante comenta sobre possíveis soluções: "*quando é centrada no indivíduo e não no coletivo, não funciona bem*".

***Coffee Break* - 11.20 horas**

(iii) Terceiro conselheiro: Pedro Barata

Da intervenção do terceiro conselheiro, que prefere não utilizar o microfone tornando a escuta difícil para algumas pessoas, destacam-se os seguintes pontos:

- Pretende focar em questões práticas sobre como funciona a rede elétrica
- Diz: "*a receita para reduzir as emissões é mais ou menos universal: aumentar as energias renováveis e ter todo o consumo energético elétrico*".
- Ao apresentar um gráfico, diz: "*é um gráfico super complicado de entender*".
- Explica que o cidadão passa de "*consumer*" para "*prosumer*".
- Dá o exemplo de um condomínio na Alta de Lisboa com acesso e partilha dos saldos de produção e consumo, sendo a primeira comunidade de energia renovável de Lisboa.

(4) Quarta conselheira: Roberta Medina

Da intervenção da quarta e última conselheira destacam-se os seguintes pontos:

- Começa por dizer "*de especialista não tenho nada*", colocando-se ao mesmo nível dos participantes.

- Apresenta-se como uma pessoa que foi aprendendo o que são as emissões e conta uma história pessoal sobre como se deu conta da problemática das alterações climáticas com foco no Rock in Rio em Lisboa.
- Fala da ISO como mobilizadora dos parceiros e diz "*para haver mudança, é preciso tocar na cadeia produtiva*", "*a mudança tem que funcionar como rede para não depender de grandes players. Seu negócio só vai bem se a sua cidade vai bem*".

Notamos que um participante filma boa parte da exposição.

Perguntas e respostas - 12.30 horas

As perguntas focam nos seguintes aspetos:

- alteração de comportamento;
- camada de ozono;
- abrangência à cidade;
- impacto do consumo exagerado;
- maximização das lições do Rock in Rio;
- árvores em canteiros por parte dos cidadãos
- diagnóstico feito, mas faltam soluções "*e o PDR anda preocupado com os sem-abrigo em vez das condições de vida em casas frias*";
- promover educação;
- sismos;
- legislação sobre novas construções;
- investimento nos transportes;
- mudanças no dia a dia.

Há perguntas formuladas da seguinte forma: "*o que é que a CML pensa fazer?*" "*o que é que a CML está a fazer?*". Um participante quer saber o que está previsto em termos de legislação para os resíduos de novas construções. Esta questão não obtém resposta. Notamos que um participante refere que são "*ótimas apresentações, mas não dão o lado prático*".

A equipa de facilitação relembra a tarefa dos participantes – ouvir com o intuito de começar a pensar em propostas.

Os conselheiros respondem às perguntas destacando os seguintes assuntos:

- Roberta Medina: a alteração de comportamento é difícil, sendo preciso trabalhar com empresas e ter políticas públicas que ajudem a mudar hábitos e práticas. Mais educação e todos viramos plataformas de comunicação.
- Júlia Seixas: os sismos não cabem nas alterações climáticas. Difícil falar de ozono e CO2 com os mais pobres e reforça a necessidade de políticas públicas para compensar a perda de trabalho pela eficiência energética. Mais economia circular para a eficiência.
- Catarina Freitas: literacia climática. Temos mais poder como consumidores do que eleitores. Sistema complexo da estrutura verde em Lisboa.
- Pedro Barata: sou um exemplo cívico e virtuoso, mas muitas pessoas não têm condições para tomar as mesmas decisões. Alteração de políticas e não apenas de comportamentos individuais. Mais incentivos às comunidades renováveis.

Um cidadão pede a partilha das apresentações para facilitar os trabalhos da tarde - as apresentações seguiram por email durante atarde deste dia.

Almoço

Notamos que, por iniciativa de um participante, faz-se uma visita durante a hora de almoço aos painéis solares do edifício. Vários participantes querem ir e a CML acede prontamente.

7.2. Tarde - 14 de maio de 2022

Dinâmicas de deliberação - 14.45 horas

A equipa de facilitação apresenta a nova disposição da sala com 7 mesas para uma dinâmica "World Café" chamada "Café de Lisboa". O objetivo, conforme explica a equipa, é desenvolver um "*processo conversacional*", "*ganhar as ideias dos outros*", "*gerar possibilidades*".

Cada mesa tem o nome de uma colina de Lisboa e a distribuição dos participantes é feita por sorteio à entrada do Salão Nobre. A maioria das mesas são sempre mistas, há apenas uma mesa numa das rondas que é composta apenas por homens. Nesta dinâmica há um anfitrião que nunca sai da mesa.

Cada mesa tem folhas A3 e marcadores e ao lado de cada mesa há um flipchart com uma árvore de perguntas.

São feitas três rondas de 20 minutos cada. As primeiras duas rondas têm como referência a pergunta do CCL. A terceira ronda tem 3 perguntas:

- Que pergunta, se for explorada, fará a maior diferença neste tema?
- O que não sabemos, que se soubéssemos, poderia melhorar o nosso entendimento sobre o tema?
- Como seria Lisboa se descobríssemos um excelente sistema para as alterações climáticas?

Notamos que durante as primeiras duas rondas, as pessoas conversam sobre o tema. Em muitos casos é difícil perceber a que se referem. Um participante diz "*é tudo tão científico…*". Os temas que surgem com maior frequência relacionam-se com a mobilidade urbana (circulação automóvel, bicicletas, transportes públicos). Fala-se emexemplos noutras cidades como Barcelona e Paris (rede metropolitana). Há também quem fale de água e eficiência energética.

Numa mesa fala-se em "*criar condições para as pessoas viverem melhor*". Numa outra mesa, percebe-se uma única pessoa monopolizando a palavra (ao contrário do acordo feito coletivamente pela manhã). Alguns participantes mencionam artigos que leram em jornais. Outros falam de experiências pessoais ou com pessoas que conhecem relacionadas com o tema.

Alguns debates são sobre o que compete ou não à Câmara Municipal de Lisboa no tema das alterações climáticas. Os participantes têm dúvidas sobre isso. Um participante relata viver num bairro social e diz: "*muitas coisas que são debatidas não se aplicam a esses bairros*". Alguns participantes parecem formar laços. Ouvimos dizer "*depois quero mesmo falar contigo!*". Numa das mesas, os participantes encorajam um mais silencioso a falar por lhes parecer que é quem sabe mais sobre o assunto.

***Coffee Break* - 16 horas**

Depois do coffee break, os participantes voltam às mesas na composição feita para a primeira ronda. A equipa de facilitação introduz a nova dinâmica que deverá durar 30 minutos. Nesta ronda, os participantes deverão identificar padrões: "*que padrões notaram?*", "*que temas se repetem?*", "*que temas são sinérgicos, resolvem várias coisas ao mesmo tempo?*".

O objetivo é identificar 3 grandes temas por mesa. Os temas devem ser escritos em post-its e responder a indicadores comuns para a tomada de decisão: "*será que esta proposta é urgente?*"; "*será que esta ideia tem impacto?*"; "*será que é fácil ou muito complexo de implementar?*"; "*será que é inovador?*".

Cada mesa escolhe um representante que apresenta os 3 temas escolhidos às restantes mesas.

Apresentação propostas - 17.10 horas

Cada representante de mesa apresenta os 3 temas escolhidos aos outros grupos:

- Mesa 1 - S. Jorge: espaço público; habitação; mobilidade
- Mesa 7 - Santana: mobilidade (grátis e mais articulação); energia (categoria B até 2030); lixo, limpeza e zonas verdes
- Mesa 2 - S. Vicente: mobilidade (melhores rotas e horários, rede urbana e metropolitana, sinaléticas para as ciclovias); eficiência energética (zonas arborizadas, acesso aos

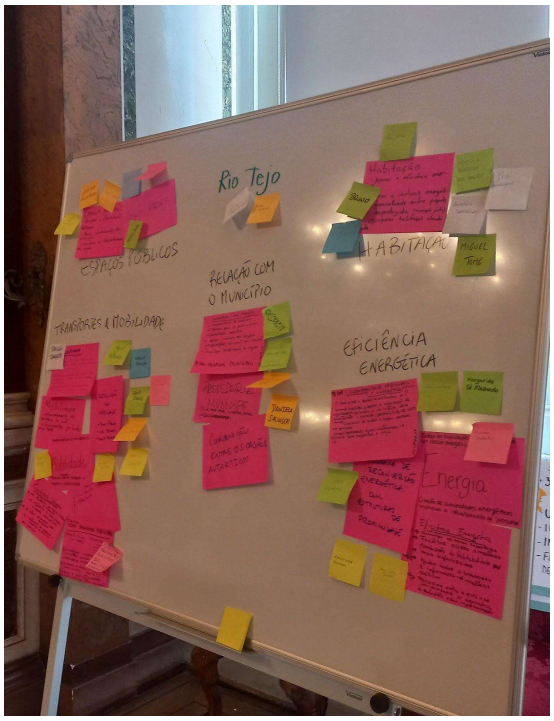
desfavorecidos, CML intermediária com as universidades); educação ambiental (mais reciclagem)

- Mesa 6 - Chagas: reconversão energética (painéis fotovoltaicos nos telhados); mobilidade (transporte público); economia circular
- Mesa 3 - S.Roque: educação e sensibilização; mobilidade; redução de consumo em entidades públicas e privadas
- Mesa 5 - Santa Catarina: mobilidade (rotas do transporte público, intermodalidade na AML, metro de superfície, *car sharing*, mais áreas pedonais); sustentabilidade (zona urbana consolidada mas prejudicada pela ilha de calor); políticas municipais e respeito pela legislação
- Mesa 4 - S. André: áreas verdes; falta de coordenação entre a CML e as juntas de freguesia (um "diálogo de surdos" e é preciso olhar para os estudos técnicos já realizados para que "a CML faça a mesma coisa que fizemos aqui hoje: ouvir os especialistas e agir em conformidade."); mobilidade

O agrupamento dos sete temas é liderado pela equipa de facilitação em colaboração com os participantes.

Uma participante toma a palavra e diz que pretende incluir o tema do rio Tejo como fonte de energia. Diz que nas mesas essa sua proposta não foi considerada. A equipa de facilitação hesita, mas decide inserir o tema no quadro. Isto gera discórdia com outra participante na própria mesa que refere que essa adição vai contra os processos democráticos e a ideia por detrás da sessão. Diz "*todos tivemos de fazer cedências*". Outros participantes mostram apoio a esta crítica. A equipa de facilitação acolhe estas críticas e questiona os participantes se preferem retirar o post-it do quadro. Outra participante intervém para dizer: "*o Rio Tejo está em tudo. Ele engloba todos os temas que falamos*". O assunto parece terminado. Estas duas senhoras estão inicialmente de costas voltadas na mesa, mas acabam por ficar a falar para lá do encerramento do dia, procurando entender-se.

Figura 38 - Flipchart com ideias agregadas dos grupos de participantes



Fonte: Equipa ICS-UL (fotografia tirada durante a sessão nos dias 14 e 15 de maio de 2022)

Os participantes inscrevem-se em cada tema, acabando por haver 11 pessoas inscritas no tema da Mobilidade. Reorganizam-se os grupos de maneira que o mais preenchido tenha 7 pessoas e o mais pequeno 4.

Antes de encerrar o primeiro dia do CCL, a equipa de facilitação pede a cada mesa que partilha as palavras que resumem a sua experiência:

- Mesa 3 - S.Roque: empenhamento, positividade, sinergia;
- Mesa 2 - S.Vicente: pedagógico, entusiasmante, eficaz;
- Mesa 1 - S.Jorge: amanhã há mais;
- Mesa 4 - S.André: motivação, energia, amor por Lisboa;
- Mesa 5 - S.Catarina: confiança, futuro, mudança;
- Mesa 7 - Santana: reflexão, audição, empenho;
- Mesa 6 - Chagas: debate, partilha, ignorância. Uma pessoa diz que deveriam ter recebido informação. Nesta mesa, o participante que citou "*ignorância*" diz: "*deveríamos ter recebido muita informação antes de chegar aqui*".

Encerramento - 18 horas

7.3. Manhã - 15 de maio de 2022

Chegada dos participantes - 9 horas

Há uma pessoa selecionada que aparece sem ter participado no primeiro dia.
A equipa de facilitação consulta o Fórum dos Cidadãos, alguns técnicos da CML e o ICS-UL para tomar uma decisão conjunta sobre a sua inclusão no CCL.

O Fórum dos Cidadãos exprime-se contra, enquanto técnicos da CML e ICS-UL estão a favor por não constar informação na Metodologia sobre este tipo de situações. Finalmente, a equipa de facilitação decide que a participante pode participar. A participante é acolhida por outra participante que lhe conta o que foi feito no dia anterior.
Contamos um total de 41 participantes.

A sala está organizada com um círculo de cadeiras no meio e mesas encostadas nos cantos. No centro da sala, as cadeiras estão dispostas em dois círculos - o mais pequeno virado para o exterior e o maior, que o circunda, virado para o interior.

A equipa de facilitação convida os participantes a ficarem dois a dois com um exercício de aquecimento (15 minutos) .

A seguir, a equipa de facilitação introduz a segunda dinâmica que prevê um role playing sobre o presente e o futuro imaginado daqui a sete gerações. Os participantes continuam sentados nas cadeiras em círculo, uns virados para os outros.

Uma representante do Fórum dos Cidadãos entra no círculo para fazer par com uma pessoa que chegou atrasada e que não tinha par. No círculo de fora, estão os seres do presente que devem contar aos seres do futuro (sete gerações à frente) o que aconteceu nesse presente que explica o mundo do futuro. Para orientar esta narração dos seres do presente, a equipa de facilitação coloca perguntas e os seres do presente devem ir rodando para falarem com diferentes seres do futuro ao longo da dinâmica.

Notamos que a maior parte das pessoas não respeita a regra de ficar em silêncio (seres do futuro). Muitos dialogam com mais do que uma pessoa e há quem fale de outros assuntos.

No arranque desta dinâmica, um participante protesta e diz que quer avançar para as propostas. Outras pessoas insurgem-se dizendo "*isto não vai contribuir em nada para fazer propostas para a CML*", "*Eu vou-me embora*", "*isto é um jogo que faço com as minhas netas*".

A equipa de facilitação pede confiança e sugere que esta etapa faz parte de um todo. Acrescentam que ninguém é obrigado a participar.

Cinco pessoas saem da sala e ficam a conversar com membros do executivo, técnicos da CML e da equipa de facilitação. Duas mulheres deixam o CCL, enquanto três homens voltam para dentro da sala.

Uma das senhoras que acaba por abandonar o CCL diz ser professora de Medicina, consultora na UNESCO e que viveu na França. Argumenta que enquanto sénior não pode pensar no futuro. A equipa explica que o grupo é heterogéneo. Outro senhor diz que o que está a acontecer é uma ação de formação como se faz em muitas empresas e não é um modelo de participação. Acrescenta que apenas ontem à tarde é que se participou, enquanto a parte dos conselheiros não deveria ter acontecido. Ele não reteve nada porque não houve tempo para assimilar. Não foram colocadas questões sobre Lisboa e, por isso, os conselheiros falharam. Diz que vai abordar o Presidente da CML e queixar-se à comunicação social. Diz que foi contactado pelo jornal Público sobre a sessão e ele referiu que as propostas a ser construídas não fazem sentido para a CML. A redução de temas a três por mesa também não fez sentido para ele porque o processo de decisão tinha de ser através do diálogo. A CML é que tem de verificar os temas e não os participantes. Considera que estão a ser condicionados pela equipa de facilitação. "*É um erro para a CML e para todos nós! É um contributo negativo o meu!*".

No silêncio da sala, consegue ouvir-se a discussão com os participantes que se ausentaram.

A equipa de facilitação pergunta aos seres do futuro "*o que está dentro do teu coração? (depois de tudo o que ouviste)*". As conversas giram em torno de questões pessoais como "*o que deixarei aos meus filhos?*". As questões incentivam ainda o diálogo entre gerações fictícias. A equipa de facilitação sugere: "*ouvi que fizeram bombas, destruíram animais… É verdade? Você sabia e não fez nada?*". A equipa de facilitação propõe a última pergunta para os seres do futuro: "*onde encontraste forças para fazer o que fizeste?*".

Entre as respostas, os participantes dizem: "*o que vai acontecer ao meu filho no futuro, se tudo desaparecer?*", "*nós vamos fazer parte da natureza mesmo quando formos embora desse mundo como material orgânico.*", "*persiste e faz a diferença com valores de bem*".

No fim da dinâmica, uma pessoa usa a ironia e diz "*este exercício resolveu os problemas da cidade, acabou-se com a miséria, ocuparam-se as casas desabitadas*". Outros participantes defendem a atividade/a sessão como um todo e dizem: "*estamos todos empenhados*"; "*estes dias têm sido fantásticos*"; "*este foi um exercício de reflexão*"; "*foi bom o diálogo intergeracional*". Um dos participantes critica: "*devíamos ter-nos focado naquilo que fizemos ontem, esta é a nossa missão, dedicarmos a nossa vida pessoal para resolver coisas concretas*." O participante que usou ironia está de acordo. "*falámos do fim do mundo, deveríamos ouvir algo de positivo*". Outro participante acrescenta "*não sabemos qual o estado dos projetos da CML*".

Os participantes debatem sobre a aprendizagem do exercício feito sobre presente e futuro. Destacam como o *setting* intergeracional ajuda, mas alguns queixam-se da formatação da facilitação e outros apontam para o tom negativo do exercício que "foi sobre o fim do mundo". Um ponto crítico continua a ser o pouco aproveitamento do trabalho de sábado, que choca com a missão percebida pelos presentes. Uma das participantes relata que a motivação para participar do CCL foi a condição da filha, que tem asma e já esteve internada no hospital.

Mesas temáticas - 10.05 horas

Os participantes distribuem-se de acordo com os grupos escolhidos no dia anterior com algumas trocas para equilibrar o número de pessoas por mesa. Alguns participantes usam computador pessoal ou tablet.

A equipa de facilitação orienta os trabalhos no sentido já não da urgência, mas da prevenção: "*o que fazer para acautelar o futuro das alterações climáticas?*". Um participante pede para ver o Plano para as Alterações Climáticas 2030, um documento referido pela Diretora da Divisão do Ambiente da CML no dia anterior.

A lógica das propostas, conforme referido pela equipa de facilitação deve ser SMART: *Specific* (específico), Mensurável, Alcançável, Realizável, Temporalmente adequado. Para isso,

é preciso que as propostas tenham em conta os recursos disponíveis e as competências da CML. A equipa de facilitação dá um exemplo de proposta: Plantar 10 árvores no mês de junho.

A hora do *coffee break* não está definida neste dia. As pessoas podem interromper os trabalhos e dirigir-se fora do Salão Nobre.

Cada uma das sete mesas apresenta entre três a cinco propostas, mas isto não parece ser claro em todas as mesas. A equipa de facilitação indica que existirá um documento extra onde serão congregadas as propostas que não chegarem à apresentação pública ao Presidente. Há a garantia de que estas propostas serão também consideradas pelo Executivo. Mais tarde percebe-se que esta foi uma indicação do Executivo.

Notamos que um senhor, que já tinha levantado algumas críticas anteriormente, não parece interessado nos trabalhos e circula pelas várias mesas dizendo "*eu sou o Presidente da CML*" gerando algum desconforto entre participantes.

Os participantes têm curiosidade sobre o que está a ser trabalhado nas outras mesas. Entre os grupos de trabalho nota-se uma troca intensa de ideias, unindo vários temas para conduzir as suas propostas.

Nem todas as mesas aproveitam a presença de membros da CML disponíveis para esclarecer dúvidas. Isto apenas aconteceu em duas ocasiões, com participantes a pedirem esclarecimentos a técnicas da DP. Uma das questões foi sobre o Provedor do Munícipe. A técnica diz que "*sobre outras áreas já não saberia responder*" e remeteria para o site da CML outras questões relacionadas com as competências da CML.

Almoço - 13.20 horas

Espontaneamente alguns participantes dirigem-se ao andar inferior para almoçarem. Outros membros das mesas permanecem e continuam a debater. Durante a hora de almoço, um grupo de cerca de 5 participantes fala com o Virgílio queixando-se sobre a falta de diversidade do grupo de participantes. "*não vejo pessoas mais pobres*". Uma senhora sugere que 15 dias antes da sessão sejam enviados materiais informativos sobre o tema para que os participantes possam participar com mais conhecimento de causa.

7.4. Tarde - 15 de maio

A equipa de facilitação comunica que os participantes têm 10 minutos para finalizarem as suas propostas e explica que serão selecionados embaixadores que acompanharão a implementação das propostas com a CML. Contudo, os participantes não têm claro como será feito o acompanhamento das propostas por parte daqueles que não são embaixadores. Também não é definido como serão escolhidos os embaixadores. Alguns participantes levantam a possibilidade de assinar as propostas e outros questionam sobre como é que todos serão informados pelos embaixadores. Outros perguntam se haverá algum documento oficial com a assinatura de todos entregue para a CML. A justificativa é que não sabem se não haverá nenhuma alteração ao que será entregue, por isso a equipa de facilitação avisa que todos podem assinar um documento final. Contudo, tal acaba por não suceder.

Cada grupo tem cerca de 5 minutos para apresentar as propostas:

- Mesa 1 - Espaço público: mote "Resgatar o Espaço Público". Com as ilhas de calor e a insegurança nas vias, a requalificação urbana nem sempre tem sido eficaz. É preciso aumentar as árvores e melhorar o mobiliário urbano, é preciso reduzir a velocidade dos carros e melhorar o atravessamento, bem como a permeabilidade do solo. Fornecem um exemplo de cruzamento com curvaturas amplas: apertar os ângulos reduz a velocidade dos carros e cria zonas de estadia, com os carros a subirem sobre ao nível do peão.
- Mesa 2 - Habitação: mote "Lisboetas procuram-se". É preciso apostar na transição energética inclusiva. Lisboa tem condições para acolher os que vivem nas periferias porque tem um parque habitacional vasto. É preciso promover a cidade dos 15 minutos com habitação intergeracional a preços acessíveis com a recolocação de pessoas. A transição tem de apoiar diretamente na transição energética.

- Mesa 3 - Mobilidade: é preciso usufruir do financiamento europeu para limitar a circulação de carros à escala metropolitana através de 5 medidas: deixar os carros na periferia metropolitana em silos, potenciar a rede metropolitana, aumentar o transporte público municipal, melhorar os acessos pedonais e criar super quarteirões como em Barcelona, por exemplo em Alvalade.
- Mesa 4 - Eficiência energética: inspirados diretamente pelos especialistas, colocam uma proposta escolhida entre quatro. Dado que 49% da poluição vem dos transportes e 30% dos serviços, é importante ajudar as habitações sociais com base em parcerias com empresas e terceiro setor que são responsáveis pela circulação para dentro da cidade.
- Mesa 5 - Relação com o município: é preciso apostar em informação prévia para facilitar os próximos conselhos de cidadãos". É preciso potenciar a coordenação entre CML e juntas de freguesia e incentivar o *team building* para aumentar a articulação e comunicação. Propõem a criação da Provedoria do Município como canal complementar de participação.
- Mesa 6 - Educação ambiental: é preciso o envolvimento de organizações públicas, munícipes, empresas e comunidade escolar. Para isso, é preciso mapear conhecimento efetivo e investir no currículo escolar incluindo o ambiente na educação cívica. Propõem a gamificação de aprendizagem com jogos para escolas que criam uma boa competição.
- Mesa 7 - Consumo e mudança de comportamento: é preciso aumentar a literacia ambiental para o cidadão/consumidor destacando o poder e a responsabilidade de cada um para mudar a cadeia de consumo. A CML pode promover formação com as juntas de freguesia, potenciando os "dias da freguesia", sensibilizar sobre temas usando as novelas na televisão sem gastar recursos, e através das equipas de desporto.

Os facilitadores felicitam as "trocas" entre todos e o processo de "*inteligência coletiva*". Apresentam o método de votação abrindo o debate sobre os critérios. No entretanto, a equipa esclarece que não se trata de uma votação, mas sim de uma sondagem. A equipa deixa ao grupo de participantes a decisão sobre como contabilizar os votos. Surgem várias questões, tais como se o número de votos por mesa ou por individuo, o que leva a questionar como garantir equidade entre mesas com números desiguais de participantes.

A mesa 7 anuncia que não quer votar por ficar prejudicada sendo composta por apenas 4 elementos. Estas questões revelam-se fraturantes e geram alguma discórdia na sala.

Alguns participantes tomam a palavra e propõem modelos diferentes de contagem de votos. Há apoio e insatisfação relativamente a todas as propostas. Mesmo quando é anunciado um consenso, ele é subitamente interrompido por outra intervenção crítica.

Notamos que algumas pessoas comentam "*não estou a perceber nada*", "*parece que estamos a discutir o sexo dos anjos*", "*é injusto e não vou votar*", "*não é normal isto acontecer*", "*o processo que seria mais simples tornou-se o mais complicado*".

Finalmente, a equipa de facilitação comunica que as sete propostas serão apresentadas ao Executivo. Esta decisão foi tomada pelo próprio Executivo e altera a sequência do processo deliberativo no que diz respeito à sua última etapa.

A maior parte das pessoas está razoavelmente satisfeita com este resultado, mas há quem discorde. "*nem todas as propostas tinham a mesma qualidade e não deviam ter passado todas*". Um participante diz: "*o processo mais simples, que era o da decisão, tornou-se o mais complicado*".

***Coffee break* 16.15-17 horas**

A jornalista do Público entra no Salão Nobre. As propostas são apresentadas ao Presidente da CML que entre na Sala com a Vereadora Laurinda Alves:

- Grupo 1 - António e Catarina - Habitação: tentaram encontrar propostas exequíveis em termos de tempo e recursos. Propõem que o mapeamento que está a ser feito do património devoluto da CML seja utilizado para habitação e que esta seja mais acessível.

Propõem as cidades dos 15 minutos. Dizem que estão "*disponíveis para participar na implementação das ideias e melhorá-las*".

- Grupo 2 - Amélia - Literacia Ambiental: a proposta é que se crie um programa de informação/formação que incentive o consumo responsável e seja depois implementado de forma descentralizada pelas juntas de freguesia. Sugerem ainda a inclusão da literacia climática nas telenovelas e que a CML congregue parceiros na transmissão destas mensagens como os grupos de futebol. Sugerem ainda que a CML providencie formação interna para os seus funcionários sobre a temática das alterações climáticas.
- Grupo 3 - Lina e Daniela - Relação com o Município e os munícipes: sugerem maior articulação entre a CML e as juntas de freguesia. Sugerem que no próximo CCL a informação sobre o tema seja disponibilizada previamente.
- Grupo 4 - Transportes e Mobilidade: fazem uma apresentação em PowerPoint estruturada por etapas e fases temporais. Proposta cimeira: até 2048 reduzir a circulação automóvel em 80% na AML. 2025: manter a gratuidade para +65 e jovens nos transportes. Reforçar carreiras de bairro; criar *superquarteirões* como os de Barcelona por exemplo em Alvalade; coordenar melhor os horários dos transportes; otimizar mobilidade sustentável; criar ciclovias sem roubar aos passeios; priorizar a circulação pedonal; criar sinalética pedonal de distância; criar silos automóveis fora de Lisboa e não à entrada; até 2041: ter rede radial de transporte ferroviário e metro de superfície; 2050: Dia do Peão que simbolize o fim dos automóveis particulares em Lisboa.
- Grupo 5 - Resgatar o Espaço Público com mote "um jardim em cada esquina" para contornar as ilhas de calor. Propostas: mobiliário urbano, lagos e chafarizes, um jardim em cada esquina, criar zonas dentro dos cruzamentos com espaços verdes.
- Grupo 6 - Filipa e Marta - Educação Ambiental: gamificação da educação ambiental, competição entre escolas através de uma app "o que é que eu fiz para ajudar a sustentabilidade hoje?".
- Grupo 7 - João e Rita - Eficiência Energética: combater a pobreza energética através da mudança de comportamentos nas pessoas, empresas e instituições. Propostas: eventos de solidariedade das empresas - usar as empresas para medidas de compensação das suas emissões através do apoio a programas de habitação social; reduzir 15% os níveis de CO2 até 2027.

Encerramento - 17.45 horas

O Presidente da CML define a experiência como única e pioneira, mesmo com os seus altos e baixos. Garante que as ideias vão ter seguimento e as pessoas serão convidadas a trabalhar com a CML. Diz "*as propostas deram-me ânimo!*", "*vejo aqui ideias concretas*".

A seguir, o Presidente comenta cada uma das propostas.

Informa que há cerca de 2000 casas devolutas e que gosta do mote "Lisboetas procuram-se". Gosta da ideia de desenvolver um plano de formação e levar os temas do ambiente nas casas, indicando a Diretora do Ambiente da CML como responsável para dar seguimento à proposta. Concorda na maior articulação entre funcionários CML e juntas de freguesia e aponta à proposta do Provedor do Munícipe. Sobre os transportes, realça a necessidade da sua gratuidade que já está a ser promovida para algumas faixas etárias. Sobre os *superquarteirões*, defende que deve ser uma decisão a tomar com os moradores. Acrescenta que está a trabalhar num regulamento das trotinetes. Gosta da proposta de um jardim em cada esquina e de ter mais árvores. Gosta do aumento da literacia através dos jogos. O objetivo, conforme diz, é continuar a consumir com menos.

Conclui afirmando: "*não falharemos no impacto. Isto não é só uma conversa, precisamos continuar com as pessoas. Prometemos que vamos dar seguimento. São os pioneiros. Têm que dizer aos políticos que os cidadãos podem fazer política pública*." Continua dizendo: "*há que trabalhar com a CML para que isto se realize*".

O Presidente afirma que os participantes "*são pioneiros, porque trabalharam juntos para o bem comum*" e faz uma distinção entre política e políticas públicas, sendo que os participantes levaram a cabo "*a parte nobre da política: as medidas para as pessoas*".

Os participantes são convidados a tirar uma fotografia com o Presidente da CML na escadaria dos Paços do Concelho. A seguir, todos voltam para o Salão Nobre para preencher o questionário pós de avaliação distribuído pela equipa do ICS-UL.

Antes do encerramento, a equipa pede uma palavra a cada participante que descreva a sua experiência no CCL. As palavras mencionadas pelos participantes são: estimulante; gratidão; desafio; satisfação; organizem melhor; cidadania; princípio; crescimento; partilha; cooperação; entreajuda; ideias; observação; contactos; revolucionário; cidadania; propósito; mãe só há uma (esta foi dita pelo participante que desestabilizou várias vezes); motivação; persistente; coletivo; altruísmo; divertidíssimo; interação; motivação; esperança no futuro; compreensão; partilha; movimento; soluções; democracia; grão.

8. Análise das entrevistas

8.1. Entrevistas aos conselheiros

As entrevistas aos conselheiros foram realizadas pela equipa ICS-UL no local, logo a seguir às quatro apresentações que tiveram lugar no dia 14 de maio de 2022. Cada entrevista durou cerca de 10 minutos e seguiu-se o mesmo guião, estruturado em torno de três perguntas:

- Considera que o formato do CCL é adequado para que os participantes co-construam propostas sobre alterações climáticas?
- Considera que os participantes receberam informações suficientes para co-construírem as propostas em conjunto?
- Considera que as condições de tempo e espaço são adequadas?

(i) Primeira pergunta

- Para Júlia Seixas, a ideia é espetacular e deveria ser replicada também nas juntas de freguesia, sendo que quem desenha políticas públicas precisa de ouvir as pessoas.
- Para Pedro Barata, o modelo é muito interessante e talvez se possam organizar mais sessões de informação. Trata-se de uma grande quantidade de informação e os conceitos são por vezes complicados.
- Roberta Medina, referiu já ter participado nem outras dinâmicas semelhantes, mas notou que poucos jovens estavam presentes e apontou para a necessidade de haver uma maior variedade de idades.

(ii) Segunda pergunta

- Para Júlia Seixas, houve diversidade entre os especialistas, com pessoas do mercado, da academia e das políticas públicas.
- Pedro Barata considera que havia muito mais a partilhar em termo de informação. O tema é "tudo" e engloba muitos aspetos que não se conseguiu abordar.
- Já Roberta Medina entende que foi uma boa sequência de informações, do básico ao mais fundamental, incluindo uma parte prática.

(iii) Terceira pergunta

- Para Júlia Seixas, as condições foram excelentes.
- Pedro Barata considera que foram satisfatórias.
- Roberta Medina entende que o espaço é ótimo e simbólico. As pessoas devem sentir-se honradas por estarem aqui. Sobre o tempo, é mais difícil dizer, mas gostaria de ter falado durante mais tempo.

8.2. Entrevista à Divisão de Marca e Comunicação

A entrevista foi efetuada no dia 3/6/2022. O guião desta entrevista encontra-se no Anexo D.

Relativamente às competências da Divisão de Marca e Comunicação (DMCom), conforme pedido pelo Gabinete do Presidente da CML, iniciou-se uma campanha de disseminação sobre o evento em janeiro de 2022. O CCL ia ser lançado nos primeiros 100 dias do mandato. Para este efeito, criou-se inicialmente a imagem do CCL e fez-se a articulação com a equipa de meios, produção e design que foi acompanhando a evolução do processo. A DMCom participou nas reuniões semanais, sendo responsável pela criação da imagem, divulgação, alterações ao site, formulário de inscrição e cobertura do CCL durante o fim de semana.

Relativamente aos objetivos do CCL, na ótica da DMCom, estes têm a ver com a auscultação de um grupo de pessoas que seja representativo da população de Lisboa sobre um

tema específico, para que essas pessoas possam dar contributos para melhorias a serem implementadas na cidade.

Os objetivos da DMCom estão alinhados com o CCL pois prendem-se com mostrar à população "*o que é Lisboa, a marca Lisboa, o que acontece na cidade e quais são os principais projetos que o Executivo tem para ela*".

Relativamente ao que era esperado dos cidadãos, a entrevistada diz que era esperado que se inscrevessem, em primeiro lugar, e que tivessem opiniões e ideias para melhorar a cidade.

Sobre a informação prévia disponibilizada, destaca-se alguma inconsistência na primeira fase, o que dificultou o trabalho. O fluxo de informação foi um pouco acidentado e quando a comunicação começou, havia ainda pouca informação a circular internamente sobre o CCL. Futuramente, o processo terá de ser preparado primeiro e comunicado em seguida.

Relativamente à coordenação/articulação entre as diferentes partes responsáveis pela organização, referiu-se que a DMCom avalia muito positivamente as reuniões semanais, assim como a articulação entre as entidades e os serviços da CML a qual foi ágil, aberta, transparente e a chave do sucesso do evento.

Partilhou-se informação sobre as etapas da comunicação e divulgação do CCL:
1 – Criação de *landing page* no site lisboa.pt com o formulário de inscrição; campanha massiva de *mupis* e redes sociais (*Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Linkedin*), com *paid media*; um anúncio de rádio, notas de imprensa e artigos na imprensa.
2 – Durante o evento, foi feito acompanhamento permanente nas redes sociais; posteriormente foi feito um vídeo de resumo dos dois dias do CCL e foram reabertas as inscrições.

A Divisão apenas divulgou os títulos das 7 propostas apresentadas e não o seu conteúdo.

Sobre a mobilização de grupos menos incluídos, esta foi tentada através de *paid media*, visando alcançar os menores de 25 anos e determinadas freguesias com menos inscritos. Não foi realizada nenhuma ação de divulgação no terreno por parte da DMCom, sendo esta uma atribuição da Divisão de Participação.

Relativamente às condições logísticas, a sala e a disposição da mesma resultaram. Alguns momentos foram um pouco longos, como por exemplo as apresentações dos conselheiros. As pessoas tinham sido chamadas para falar e ficaram muito tempo a ouvir. Seria importante reduzir alguns momentos da sessão e eventualmente fragmentar os dois dias em dois fins-de-semana diferentes.

Sobre a comunicação dos conselheiros, considerou-se que os ecrãs disponibilizados no Salão Nobre eram pequenos. A apresentação que melhor captou a atenção foi a da Roberta Medina por ter sido simples, fácil e direta. A apresentação da Prof. Júlia Seixas foi muito densa, longa e exaustiva. Futuramente, poderá ser útil partilhar informação prévia no próprio programa sobre a sessão, pois isso possivelmente melhoraria a predisposição das pessoas para os diferentes momentos.

Sobre o cumprimento dos objetivos do CCL – promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; aproximar os cidadãos da tomada de decisão; melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades – a entrevistada considerou que o primeiro objetivo inscrito na metodologia foi alcançado e que os restantes dois dependerão do que for feito com as propostas.
Relativamente ao seguimento dado às propostas, não ficou claro como esse será articulado pela CML.

Entre os aspetos positivos, mencionou-se a divulgação durante os dois dias da sessão que correu muito bem, pois houve muita interação nas redes sociais da CML.

Entre os aspetos negativos, referiu-se a falta de transmissão em *streaming* na abertura e no encerramento do CCL. Alguma informação alterada no site da CML também gerou algum ruído nas redes sociais e nos media.

Entre as melhorias a implementar futuramente, referiu-se que o evento terá de ser planeado com mais antecedência de modo a não transmitir informações erradas, sendo que a CML

foi acusada de falta de transparência nos dias subsequentes ao CCL. Também será preciso estudar melhor os tempos em que as pessoas estão na sala.

O balanço final foi muito positivo para uma primeira experiência.

8.3. Entrevista à Assessoria do Gabinete da Vereadora Laurinda Alves

A entrevista foi efetuada no dia 8/6/2022. O guião desta entrevista encontra-se no Anexo D.

O papel desempenhado pela entrevistada no CCL foi em representação do Gabinete da Vereadora Laurinda Alves, tendo integrado o consórcio organizador já no decorrer do processo, antes do sorteio, em substituição de outro assessor. O CCL era uma das prioridades da CML e o papel da entrevistada foi em primeiro lugar de se atualizar sobre o processo de preparação do mesmo. Realizou a ponte entre as várias equipas envolvidas e contactou os cidadãos.

Os objetivos do CCL, na sua visão, têm a ver com a participação de pessoas que talvez não participem ativamente das decisões e encontram aquiessa possibilidade. Portanto, o CCL permite dar voz aos cidadãos de maneira mais informal.

Relativamente ao que se esperava dos participantes, considerou-se que esses fossem com a vontade de colaborar e chegar a ideias que conjugassem as diversas opiniões sobre o que se pode fazer para a cidade enfrentar as alterações climáticas.

Relativamente à informação prévia para o cumprimento das funções, a entrevista considerou que a mesma foi transmitida. No entanto, alguns participantes poderão não ter compreendido o que era suposto acontecer no CCL e talvez precisassem de mais informação para evitar que dominassem os trabalhos com agendas próprias muito definidas.

Sobre a coordenação e a articulação entre as diferentes partes do consórcio organizador, o balanço é positivo. Nos dois dias do CCL houve um grande alinhamento e as partes ficaram conscientes dos seus papéis.

Relativamente à autonomia e independência dos parceiros, a CML teve a abertura e a humildade de convocar as autoridades em cada âmbito, dando-lhes a independência e espaço para contribuírem da melhor forma. A CML sempre considerou que este deveria ser um processo independente.

Sobre a tomada das decisões finais, apesar de não ter acompanhado todas as decisões, houve algumas decisões vindas do Gabinete do Presidente da CML que foram necessárias por ser uma experiência inédita. Contudo, quase tudo o que foi recomendado pelas entidades parceiras foi aceite, no respeito da maior liberdade e independência.

Sobre o modelo de inscrição prévia para o sorteio, frisou-se que foi uma escolha baseada no parecer do gabinete jurídico da CML, entre outras possibilidades consideradas.

As ações realizadas pela CML para garantir que os cidadãos entendessem o CCL prenderam-se com publicidade em *outdoors*, ações nas juntas de freguesia para apresentar e explicar o CCL e distribuição de fichas de inscrição em papel.

As ações direcionadas ao envolvimento de pessoas afastadas da vida política consistiram, principalmente, de vídeos explicativos sobre o CCL com a presença do Presidente da CML. A estratégia foi mais geral e uniforme e não houve nenhuma ação específica que se dirigisse a públicos específicos, de que a entrevistada tenha conhecimento.

A transparência foi garantida através da participação dos parceiros externos e independentes, incluindo a própria avaliação do CCL. O Fórum dos Cidadãos assegurou também a representatividade e a garantia de que todos os cidadãos teriam a mesma oportunidade de participar. A equipa de facilitação sentiu que teve toda a liberdade para responder às necessidades dos cidadãos. Sobre a transmissão em *streaming*, decidiu-se não expor os cidadãos durante o momento de deliberação e, no geral, visou-se não perturbar os participantes.

Tanto o tema quanto a pergunta de partida foram adequados, sendo que se trata de uma temática que não deixa ninguém de fora, todos têm algo a dizer sobre isso e sobre a forma como o assunto afeta o seu dia-a-dia. A pergunta foi escolhida com o objetivo de ser suficientemente abrangente para a sessão.

Sobre a duração do CCL, a entrevistada notou que as pessoas ficaram cansadas ao longo do tempo, especialmente no segundo dia, e isso pode tê-las frustrado um pouco, levando-as a resistir mais às dinâmicas propostas. A duração é um ponto que tem de ser refletido para evitar que as pessoas fiquem cansadas, salvaguardando, no entanto, uma duração consistente.

Sobre os conselheiros, a escolha dos mesmos foi sugerida pela Divisão do Ambiente. A entrevistada considerou que as suas intervenções foram importantes, mesmo que algumas possam ter sido excessivamente técnicas e/ou longas. Os participantes queriam ter tido mais tempo para colocar perguntas e este assunto também terá de ser pensado.

As condições logísticas foram adequadas, sendo os *coffee breaks* fundamentais para as pessoas descontraírem. Futuramente, será necessário avaliar melhor quanto tempo demora cada fase.

Relativamente ao cumprimento dos objetivos do CCL – promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; aproximar os cidadãos da tomada de decisão; melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades – a entrevistada disse que o novo espaço de debate já se criou e que os cidadãos se sentiram ouvidos, enquanto que a incorporação das propostas será percebida ao longo do tempo, sendo que o próprio Presidente da CML disse que serão todas consideradas durante a sessão de encerramento.

Sobre o seguimento das propostas, haverá uma distribuição interna à CML por área temática. Os embaixadores darão auxílio à CML e serão contactados até ao final de junho. Será divulgado um relatório geral para que todos tenham acesso ao que aconteceu na sessão e possam ser feitas melhorias.

Entre os aspetos positivos resultantes do CCL, a entrevistada destacou a boa relação entre os participantes, que, em muitos casos, trocaram histórias e contactos.

Entre as melhorias a considerar destaca-se a comunicação do processo que deverá ser mais envolvente, atingindo todos e garantindo igualdade. Deverá ainda ser prevenido o cansaço dos participantes durante a sessão.

8.4. Entrevista à Assessoria do Gabinete do Presidente da CML

A entrevista foi efetuada no dia 8/6/2022. O guião desta entrevista encontra-se no Anexo D.

Relativamente ao papel por si desempenhado no CCL, o entrevistado apontou para a transmissão da visão do Presidente às equipas que compõem o consórcio organizador; a garantia da coordenação das equipas; operacionalidade, numa fase inicial, por ser a primeira vez que se realizava o CCL, acompanhando o desenho da metodologia e tomando decisões sobre ela e sobre outros temas que requeressem uma decisão política. Salientou ainda que esteve envolvido na escolha dos parceiros, tendo estado menos envolvido depois de as equipas estarem formadas e a trabalhar.

Segundo o entrevistado, os objetivos do CCL prendem-se com a possibilidade de as pessoas se sentirem mais próximas do poder político e, para isso, aproveitarem novas plataformas de participação. Os cidadãos devem apropriar-se dos temas da cidade, ganhando sentido de responsabilização sobre estes desafios e acreditando que têm uma voz na sua resolução. Finalmente, o CCL visa promover políticas públicas mais adaptadas às pessoas e ao terreno, envolvendo quem experiencia diretamente os seus efeitos.

Dos participantes esperava-se que houvesse grande diversidade de pontos de vista, experiências de vida e prioridades para que se desenhem políticas públicas que respondam a preocupações não apenas da maioria ou de uma minoria. Esta expetativa foi cumprida.

Relativamente à disponibilização de informação prévia para o cumprimento das funções, o entrevistado referiu que tanto a equipa ICS-UL como a do Fórum dos Cidadãos tiveram oportunidade de acompanhar o CCL desde o início, tendo funções específicas. Os facilitadores poderiam ter sido envolvidos mais cedo e poderia ter havido mais tempo para discutir a agenda e as dinâmicas. Com os conselheiros também poderia ter havido mais informação e tempo de alinhamento.

A articulação entre as diferentes partes que compõem o consórcio foi bastante boa, enquanto com os conselheiros e com a equipa de facilitação deverá ser reforçada.
Sobre a autonomia e independência dos parceiros, o entrevistado afirmou que esta existiu, mesmo com algumas limitações operacionais e práticas, mas nunca político-ideológicas.

No âmbito do CCL, as decisões políticas vieram dos Gabinetes, enquanto as decisões operacionais foram tomadas pelos serviços. Em alguns casos, a assessoria do Gabinete aconselhou certas escolhas por haver ex-*practicioners* da área e por ser a primeira experiência.

Conforme foi referido, o modelo das assembleias de cidadãos permite fazer política de outra forma, fora de um contexto em que o diálogo é cada vez mais difícil e o debate é cada vez mais friccionado, tenso e dicotómico. Isto é particularmente importante em temas que exigem o envolvimento de todos, como é o caso das alterações climáticas. O CCL faz parte da visão do Presidente da CML de uma forma de fazer política que crie plataformas de discussão.

Relativamente à inscrição prévia ao sorteio, indicou que houve um parecer de que não se poderiam utilizar as bases de dados da CML para este efeito. O modelo de inscrições foi discutido com outros especialistas e inspirou-se também no que aconteceu na Austrália. Ainda assim, estão a pensar-se outros modelos. Disse o entrevistado: "*o modelo de inscrições permitiu-nos avançar, desde já, com uma solução que respeitasse a vontade das pessoas de participar ou não, que respeitasse a política de proteção de dados e que ao mesmo tempo fosse, do ponto de vista orçamental, comportável para a Câmara.*"

Quanto às ações da CML para chegar a pessoas afastadas da vida política, reconheceu que será necessária maior eficácia para chegar aos grupos onde há menos inscritos e com menos hábitos de participar. Disse: "*eu não diria que este foi um absoluto sucesso nesse sentido, mas foi um primeiro passo importante. Havia pessoas que não tinham estudos académicos, nunca tinham participado e se inscreveram*". Terá de ser feita uma reflexão sobre as estratégias de comunicação para chegar a estes grupos.

Sobre a transparência, estando a metodologia e a agenda do CCL publicados, os conselheiros anunciados, assim como o tema, o entrevistado considerou que foi garantida. O Presidente foi entrevistado e a CML esteve presente em dois debates da AML sobre este tema. O tema foi debatido nas reuniões de Câmara. Contratou-se uma entidade externa para fazer a avaliação. Adicionalmente, o sorteio foi divulgado e conduzido por uma entidade externa, sendo os contratos de todas essas entidades públicos. Afirmou: "*em termos factuais (...), eu acho que este foi um exercício totalmente transparente*".

O tema surgiu por iniciativa da Presidência, por ser prioritário, urgente, exigir diálogo e ser inclusivamente um dos pelouros sob responsabilidade do Presidente. Relativamente à pergunta, essa foi formulada pelos conselheiros em conjunto com a equipa de facilitação.

Já os conselheiros foram selecionados pelos Serviços do Ambiente, ou seja, por quem melhor dominava o tema deste CCL. Poderia ter havido maior articulação entre a equipa de facilitação e os conselheiros para que os últimos adequassem melhor o seu discurso ao tipo de audiência. Ainda assim, a heterogeneidade dos conselheiros e os diversos formatos das comunicações e posições foram positivos. Futuramente, poderá solicitar-se a sua a intervenção noutros momentos da sessão, desde que não limitem a discussão dos participantes.

Sobre a duração de cada edição, um fim de semana, em termos teóricos, pode ser insuficiente, mas na prática pode ser demais. É preciso encontrar uma solução que não canse as pessoas, que não provoque desistências. Disse: "*não há modelos perfeitos, mas acho que temos de estar abertos a eventualmente fazer ajustes*."

As condições logísticas da sala e os tempos foram positivos, sendo simbolicamente certa a escolha da sala. O entrevistado destacou ainda destacou que a organização das refeições correu bem.

Tendo em conta os objetivos do CCL – promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; aproximar os cidadãos da tomada de decisão; melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades – considerou que se trata de um trabalho contínuo e

um esforço permanente que envolverá outras edições do CCL. Disse: "*o CCL contribui para estes três objetivos e continuará a contribuir*."

Relativamente ao seguimento das propostas, confirmou que as mesmas estão a ser analisadas e que está a ser definido um modelo de governança e avaliação das mesmas. A próxima reunião com os embaixadores servirá para isso - perceber a disponibilidade das pessoas e como envolvê-las.

Finalmente, espera-se que a Comissão de Observação seja envolvida em julho com o envio de material sobre a avaliação.

9. Análise dos grupos focais

9.1. Grupo focal com a Divisão de Participação

O grupo focal foi realizado com quatro participantes no dia 31/5/2022. O guião deste grupo focal encontra-se no Anexo E.

A Divisão considerou que as suas competências principais tiveram a ver com a operacionalização do CCL; a criação de condições que permitissem a realização das sessões; e o contacto com os participantes selecionados.

Sobre os objetivos do CCL, indicaram que esses são dar voz aos cidadãos no estudo e análise dos principais problemas que se colocam à governação da cidade de Lisboa atualmente; cumprir uma promessa eleitoral; e alargar as oportunidades de participação dos cidadãos, que são mais do que eleitores.

Os objetivos da Divisão são o estudo, planeamento e implementação de mecanismos que promovam a participação dos cidadãos. Sendo o CCL um novo método e mais um instrumento de participação que se enquadra nas suas competências, faz sentido que seja desenvolvido e acompanhado por esta unidade orgânica.

Na sua perspetiva, era esperado que os cidadãos oferecessem os seus contributos para a governança; estivessem disponíveis durante o CCL para apresentarem propostas e soluções para o problema discutido; e dessem a sua opinião de acordo com a sua vivência da cidade.

A informação disponibilizada previamente para o cumprimento das funções foi considerada suficiente pela Divisão, mesmo reconhecendo que, tratando-se de um processo novo, há sempre necessidades inesperadas, coisas não delineadas que obrigam a reunir várias vezes. Contudo, foram resolvendo bem as situações com um bom planeamento. Disseram: "*teria sido útil termos conhecimento do tema mais cedo*".

Sobre a articulação com outros instrumentos de participação, o CCL é um instrumento inovador e tendo a implementação ocorrido num curto espaço de tempo, a ligação a outros mecanismos ainda não sucedeu, mas terá de ocorrer. Pela temática, poderá relacionar-se com o último Orçamento Participativo.

Quanto à coordenação com as diferentes partes do consórcio organizador, considerou-se que correu muito bem tanto com as equipas internas como com as entidades externas. Destacou-se a parceria com o Fórum dos Cidadãos na mobilização e sensibilização para a inscrição de participantes.

Sobre a autonomia e independência dos parceiros externos, tratando-se de um trabalho colaborativo, houve autonomia e independência. A existência de uma avaliação é muito positiva.

As decisões finais durante a preparação do CCL foram essencialmente tomadas pela Divisão de Participação e pelo Executivo municipal.

A divulgação do CCL foi feita através de *mupis*, notas de imprensa, redes sociais e site institucional.

No que diz respeito à inclusão e representatividade dos participantes, não se conseguiu chegar como era esperado aos grupos mais marginalizados e que participam menos. Há diferenças de opinião dentro da Divisão de Participação quanto à eficácia dos *mupis*, sendo que alguns consideram que chegaram à maioria dos grupos populacionais.

O tema e a pergunta de partida foram muito pertinentes, sendo uma das prioridades do Executivo que faz sentido debater com os cidadãos. Não obstante, alguns cidadãos expressaram vontade de serem eles mesmos a definir o tema. A Divisão de Participação admitiu esta possibilidade apenas na existência de uma *short list* prévia definida pela CML. Considerou-se ainda que a pergunta de partida não colocava em dúvida o que se esperava dos cidadãos.

Concordaram com a escolha dos conselheiros, apesar de levantar dúvidas sobre o facto de ter sido uma divisão da CML a liderá-la. Ainda assim, a escolha foi partilhada com o grupo e validada. Os conselheiros não cumpriram com o tempo previsto, o que causou desatenção e algum desconforto nos participantes. Além disso, alguns conceitos resultaram densos e difíceis de assimilar. Por outro lado, a complexidade do tema exigia dar tempo aos especialistas.

As condições logísticas e a duração da sessão carecem de reflexão à luz desta primeira experiência, sendo que dois dias consecutivos podem cansar os cidadãos. A Divisão sugeriu espaçar o CCL no tempo – dois dias distribuídos por dois fins de semana. A escolha do Salão Nobre foi simbólica e fez sentido, uma vez que, na cidade, esta éa casa da democracia. Contudo, para estimular a descontração dos cidadãos, pode optar-se, no futuro, por outro tipo de sala com maior arejamento e até espaços verdes.

Os primeiros dois objetivos do CCL – promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; aproximar os cidadãos da tomada de decisão – foram cumpridos. O terceiro objetivo – melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades – dependerá do compromisso do Executivo e também dos serviços para com as propostas apresentadas.

Quanto ao seguimento das propostas, ainda não ficou claro, mas está a trabalhar-se nisso.

A equipa indicou que as propostas foram genericamente muito boas, sendo algumas mais concretizáveis do que outras. Algumas são confirmatórias do que já está a ser feito e outras poderão extrapolar as competências do Executivo. A divisão dos grupos em áreas de atuação e governação conduziu a que estes apresentassem propostas nem sempre direta, mas sim indiretamente relacionadas ao tema.

Entre os aspetos positivos desta primeira edição, a Divisão destacou as dinâmicas da sessão, a participação (quantitativa e qualitativa), bem como o processo em si e o facto de ter sido feito e ter produzido resultados. Outros aspetos muito positivos foram a independência das entidades e a articulação com várias partes na organização e preparação do CCL.

Futuramente, o tema poderá ser lançado mais cedo e terá de ser feito um esforço para passar conhecimento e capacitar melhor os cidadãos. Seria útil conhecer o perfil dos cidadãos antecipadamente para preparar melhor o trabalho e a facilitação. Também será útil ficar mais explícito, no início do processo, como decorrerá o pós-CCL e como será dado seguimento às propostas. Será preciso melhorar a disseminação e dar algum contributo e/ou retribuição (ex. vales) pela participação àqueles grupos que não poderiam ou não participariam de outra forma. Finalmente, será importante melhorar o momento da votação das propostas.

9.2. Grupo focal com a equipa do "Fórum dos Cidadãos"

O grupo focal foi realizado com cinco participantes no dia 1/6/2022. O guião deste grupo focal encontra-se no Anexo E.

A equipa do Fórum dos Cidadãos entendeu que as suas competências foram criar a amostra, definir quem seriam os participantes, os suplentes e constituir ainda uma terceira amostra para efeitos de avaliação e investigação. A equipa deu ainda apoio aos serviços da CML na delineação de alguns aspetos do processo e divulgação da iniciativa em escolas secundárias e numa escola sénior. Este último trabalho foi feito por iniciativa do Fórum, após contacto com a Divisão de Participação. O objetivo foi "*mobilizar franjas da população, ir ao terreno*".Durante a preparação do CCL, o Fórum dos Cidadãos sugeriu que existissem equipas dedicadas à divulgação do CCL no terreno, mas esta ideianão avançou. Tendo em conta os *timings* só foi possível chegar a esses públicos.

Segundo a equipa, os objetivos do CCL têm a ver com a tentativa de ouvir os munícipes, sendo um exercício de auscultação e de aproximação do Executivo municipal no sentido de ouvir vozes habitualmente não representadas.

Tendo em conta que o Fórum se dedica à divulgação e promoção da deliberação cívica e das assembleias de cidadãos, os seus objetivos estão alinhados com o CCL

Esperava-se que os participantes participassem, mas, conforme disseram "*as pessoas foram demasiado às cegas*", não sabendo ao que iam. Houve informação oficial que referia a palavra "debate" e isto terá conduzido a alguma confusão relativamente ao que é e distingue uma assembleia de cidadãos. As pessoas esperavam entrar logo no tema, emitindo as suas opiniões, por vezes sem as dinâmicas de aproximação, aprendizagem e deliberação.

A equipa disse ter recebido toda a informação necessária para o cumprimento das suas funções. O processo da escolha da equipa de facilitação poderia ter corrido melhor, tendo sido, nas palavras do Fórum dos Cidadãos, um pouco "*soluçado*". Este processo poderia ter sido melhor comunicado, sobretudo tendo em conta o calendário para a execução do CCL.

A equipa disse ainda ter tido toda a autonomia e independência necessárias, sem interferências políticas por parte da CML.

Relativamente à articulação entre as diferentes partes do consórcio organizador, nem todas as reuniões semanais foram produtivas. Notou-se que "*de semana a semana estávamos constantemente a repetir as mesmas necessidades, sem que se conseguisse avançar para as soluções*", sendo que houve uma aceleração quando foi designada a equipa de facilitação. Tirando a Divisão de Participação, houve mudanças nos representantes das outras equipas, enquanto a Divisão do Ambiente participou de forma algo impositiva no processo de seleção dos oradores.

Sobre a seleção dos participantes, existiu uma desadequação entre os dados solicitados na ficha de inscrição e os dados disponíveis sobre a população geral nos Censos, devida ao facto de o formulário já ter sido publicado aquando da participação do Fórum na organização do CCL. Isto exigiu ajustes no processo de amostragem, sendo que as categorias dentro da situação profissional e escolaridade foram as mais problemáticas. Houve ainda necessidade de agrupar freguesias por Unidades de Intervenção Territorial. As questões sobre participação em associações e partidos criaram algum ruído nos media sobre se seriam usadas como critérios de seleção ou não, apesar de não terem sido. Contudo, o Fórum não as teria incluído. Foram feitas propostas de alteração ao formulário de inscrição, a serem implementadas nas próximas edições.

Sobre a adequação do tema e da pergunta de partida, o Fórum disse que dada a complexidade do tema, era preciso mais tempo para a deliberação, tendo sido dada essa indicação à CML em diferentes momentos. Sobre a pergunta de partida, a Divisão do Ambiente assumiu um papel de preponderância, sugerindo que futuramente seja co-construída de forma mais aberta com as restantes partes interessadas. Ainda assim, a pergunta é adequada, suficientemente aberta e permitiu caminhos alinhados com o propósito da deliberação. Independentemente do tema, o Fórum preocupa-se com a efetiva implementação das propostas ao nível das políticas públicas. Não é necessariamente um problema que tenham surgido propostas com temáticas menos diretamente relacionadas com as alterações climáticas, uma vez que esta pluralidade expressa as múltiplas vivências e urgências dos diversos participantes.

As recomendações do Fórum ao longo da preparação do CCL foram sempre ouvidas e recebidas, mas nem sempre implementadas. Em particular, a indicação sobre a necessidade de se chegar a públicos e freguesias tipicamente mais afastados, bem como a possibilidade de alterar o formulário.

Tendo em conta os objetivos oficiais do CCL – promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; aproximar os cidadãos da tomada de decisão – foram cumpridos. O terceiro objetivo – a equipa referiu que o cumprimento do primeiro objetivo dependerá do CCL ser reeditado e do espaço deliberativo ser alargado além da CML e reconhecido como legítimo por quem vive e trabalha em Lisboa. Sobre o segundo objetivo, referiu que foi atingido – tendo até em conta a perceção dos próprios participantes. Há, não obstante, a necessidade de se melhorar alguns pontos, nomeadamente no que respeita à representatividade dos selecionados em relação à população lisboeta. Finalmente, os resultados dependerão do que será feito pela CML com as propostas apresentadas pelos cidadãos.

Sobre o seguimento dado às propostas, não está claro o que acontecerá e como será feita a articulação entre embaixadores e CML, embaixadores e restantes cidadãos participantes, como será comunicado esse trabalho a todos. Também, não ficou claro como/quando será emitido o parecer do executivo sobre as propostas apresentadas.

Futuramente, a participação deveria ser compensada; tema e tempo deveriam ser adequados e, independentemente da pergunta de partida, o processo deveria prolongar-se por mais de 2 dias; não deveria existir inscrição (autosseleção); deveriam ser recolhidos dados adicionais que permitissem uma maior representatividade da amostra (falou-se em categorias étnico-raciais, mas também religiosas, por exemplo); comunicação/mobilização dos cidadãos também deve ser

melhorada para aumentar o grau de inclusão e deverá existir articulação com as juntas de freguesia no processo de mobilização para a inscrição.

9.3. Grupo focal com a equipa de facilitação "Human Fleet"

O grupo focal foi realizado com cinco participantes no dia 1/6/2022. O guião deste grupo focal encontra-se no Anexo E.

As competências acordadas entre a equipa e a CML prenderam-se com o desenho da experiência do CCL, a facilitação da sessão e a produção de um relatório.

Os objetivos do CCL, na ótica da equipa, relacionaram-se com a apresentação de uma forma diferente de fazer democracia, envolvendo os cidadãos na tomada de decisão sobre assuntos prioritários para a CML. Na perspetiva da equipa, foi também, mesmo que implicitamente, um dos processos que ajudará a desenvolver capacidades e o músculo necessário para os cidadãos participarem e se desenvolver uma cultura participativa em Portugal, estabelecendo-se novas relações com as instituições.

A Human Fleet demonstrou vontade de contribuir para uma cultura mais participativa em Portugal, estando, portanto, os seus objetivos alinhados com o CCL. A equipa tem experiência e competências para o desenvolvimento de modelos colaborativos, podendo trabalhar no processo, deixando à CML a geração de resultados.

De acordo com a equipa, dos participantes no CCL era esperado que deliberassem, ouvissem especialistas e apresentassem recomendações e propostas sobre o tema escolhido pela CML. Contudo, houve alguma dissonância entre o entendimento dos participantes sobre o CCL e a proposta que a equipa desenhou, sendo que a última tinha em vista a co-construção, aprendizagem e colaboração em coletivo. Por qualquer problema de comunicação ou também pelo perfil do grupo, alguns participantes, habituados a modelos de assembleia popular, de reivindicação e valorização dos cidadãos-*expert*, vieram com essa expetativa. Também se falou em "debate" ao invés de "diálogo", o que poderá, segundo a equipa, ter criado alguma confusão.

Sobre a disponibilização de informação prévia para cumprimento das funções, a Human Fleet referiu que era frequente chegarem novas informações, por vezes pouco claras nalguns aspetos (por exemplo, a equipa soube tardiamente do regulamento do CCL e das mudanças em relação à possibilidade de participação de observadores externos). Tendo esta sido a primeira edição do CCL, a equipa considerou normal que isto acontecesse. Contudo, conhecer o perfil dos participantes antecipadamente teria sido muito importante para o desenho do processo e para a avaliação de riscos que foi feita pela equipa.

A articulação entre as diferentes partes responsáveis pela preparação do CCL correu bem. Lidar com uma estrutura pública implica, de acordo com a equipa, algum atraso nos processos e formalidade, pois é preciso consultar vários intervenientes a cada passo. Assim a articulação com a Divisão de Participação, a equipa ICS-UL e o Fórum dos Cidadãos foram a mais próxima. Na opinião da Human Fleet, algumas dificuldades estirem presentes na formulação da pergunta inicial. Em termos de preparação, houve pouco tempo e alguma pressa para fechar etapas. As últimas 3 semanas foram de grande intensidade e num cenário ideal este seria o período para tratar apenas de detalhes.

Em termos de autonomia e independência, no início, os membros da Human Fleet tiveram a impressão de que tudo estava já definido, mas depois, ao longo do tempo, foi-se co-criando. De base, foi dada autonomia à equipa, tendo esta tido margem para propor alterações na linguagem (por exemplo, de propostas para recomendações, termo que a equipa considerou mais adequado tendo em conta a duração do CCL – dois dias). A equipa também não pretendia o afunilamento de 3 a 5 propostas.

Sobre as dinâmicas, referiram que não houve clareza, em determinados momentos de maior tensão, sobre quem deveria lidar diretamente com os participantes e gerir os conflitos. Essa função seria da equipa de facilitação, mas isso nem sempre aconteceu. Referiu-se ainda que a equipa realizou uma avaliação de riscos prévia e foi adaptando as dinâmicas mesmo durante o fim de semana. No sábado à noite, reuniram para ajustar o planeado para domingo. Estava pensada uma sessão sobre "como construir uma proposta", mas optou-se por não fazer isso pois o grupo

parecia querer trabalhar com maior autonomia. Em retrospetiva, conforme referido pela equipa, isso teria sido benéfico para os participantes estruturarem as suas propostas, fazendo melhor ligação ao tema. No global, os participantes tiveram uma atitude positiva, recetiva e de confiança no processo. A presença de técnicos da Divisão de Participação para esclarecer os participantes foi benéfica, mas isso não ficou claro para todos e terá de ser reforçado no futuro para trazer clareza sobre os objetivos da CML.

A decisão sobre a pergunta de partida foi um pouco unilateral e faltou alguma abertura. Para a equipa, seria bom que os próprios cidadãos escolham o tema de forma aberta e depois se crie uma agenda para as várias edições do CCL. Isto facilitaria a criação de uma cultura participativa. Notou-se, pelas propostas e conversas, que havia outros temas talvez mais prementes ou próximos das pessoas. Contudo, o tema foi pertinente e a pergunta funcionou, tendo sido entendida pelos participantes e estimulado os trabalhos como esperado. Seria útil que futuramente a pergunta fosse logo dada a conhecer no convite aos selecionados.

Sobre as condições logísticas, foi positivo as pessoas terem sido convidadas para o Salão Nobre, a casa da CML, uma vez que se sentiram valorizadas. Futuramente, seria importante reduzir a formalidade, sendo que o espaço era pouco flexível para as dinâmicas (p.ex., utilização da parede – ver e ouvir a informação). A montagem das diferentes disposições da sala correu muito bem e os tempos foram cumpridos.

O processo beneficiaria de mais tempo. As pessoas demoram a perceber os métodos e o seu papel.

Relativamente ao cumprimento dos objetivos do CCL – promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; aproximar os cidadãos da tomada de decisão – a equipa considerou que foram cumpridos. O primeiro objetivo cumpriu-se, pois todas as propostas foram co-construídas; o segundo parcialmente, mas, para a equipa, terá de se aguardar para ver o que acontece às propostas apresentadas e o acompanhamento que lhes será dado; quanto ao terceiro objetivo disseram: "*Seria bom que o que aconteceu no CCL influenciasse a estrutura base do funcionamento dos órgãos autárquicos.*"

O seguimento das propostas ficou parcialmente claro, bem como o papel dos embaixadores e como será feita a comunicação com todos os cidadãos. A Divisão de Participação está responsável por isto e a equipa não está em contacto com os embaixadores.

No geral, o balanço é positivo. Futuramente, será preciso: ter mais tempo para as diferentes fases (da preparação à deliberação); fragmentar e aumentar o número de dias de trabalho; realizar um encontro prévio aos dias da deliberação para dar a conhecer o modelo; que os próprios participantes escolham os conselheiros (todos ou uma parte); experimentar várias opções nas próximas edições até sedimentar o modelo; encontrar outro formato, mais interativo, menos longo e expositivo para os conselheiros e acalentar a ideia de que os cidadãos possam refletir e definir perguntas a colocar aos conselheiros, com base nas quais eles farão as suas intervenções; ponderar outros espaços para a condução dos trabalhos.

10. Análise da comunicação social

A análise da comunicação social relativa ao CCL foca-se em duas fontes: (i) a estratégia de comunicação promovida pela CML através do Departamento da Marca e Comunicação (DMCom) e da Divisão de Participação da CML; (ii) os conteúdos publicados pela imprensa. A análise abarca um período que vai de 27 de janeiro de 2022, data em que se encontrou a primeira publicação referente ao CCL, até 6 de junho de 2022.

Conforme destacado pelo manual "How to run a citizens' assembly - A handbook for local authorities based on the Innovation in Democracy Programme", fornecer informações claras sobre o propósito é um dos princípios que deve orientar os promotores de uma assembleia de cidadãos. Como apontado por Castells (2009), a comunicação deve apoiar-se em meios presenciais e digitais para chegar às várias camadas da sociedade em rede e ser estratégica (ver também Perez, 2008). Para este efeito, é importante ter os meios mais apropriados para a divulgação através da comunicação social e documentação em websites acessíveis. Entende-se que a comunicação em processos de democracia participativa tem uma função central para garantir transparência e envolvimento na mobilização cidadã. Cidadãos mais informados serão participantes mais efetivos nas decisões políticas, sendo que "a política de Comunicação não é só uma intenção que se manifesta, mas um compromisso que se assume" (Bueno, 2009, p. 323). Da mesma forma, quanto mais transparente for a comunicação sobre o processo participativo, tanto mais credível será o compromisso entre promotores e participantes.

10.1. Estratégia de comunicação da CML

A estratégia de comunicação iniciou em janeiro de 2022 com a criação de uma *landing page* no site da CML, a publicação da ficha de inscrição e das "Perguntas Frequentes". A DMCom foi indicada como responsável principal pela criação da imagem, divulgação de informações, alterações ao website, publicação do formulário de inscrição e cobertura da sessão nos dias 14 e 15 de maio. A DMCom utilizou uma página do site da CML dedicada às iniciativas na área da cidadania: www.cidadania.lisboa.pt. Destaca-se que não foi criado um *hotsite* específico, sendo nessa página que foram publicadas as informações relativas à inscrição, metodologia e "Perguntas Frequentes".

O essencial da estratégia de comunicação antes da sessão deliberativa passou pela distribuição de mupis pela cidade, bem como pela divulgação através das redes sociais (incluindo *paid media*), incluindo um anúncio de rádio, várias notas de imprensa e artigos publicados na área de notícias do site da CML (n=3) e no Portal Lisboa Participa (n=10).

Figura 39 - Screenshot da página dedicada ao CCL

Fonte: https://cidadania.lisboa.pt/participacao/conselho-de-cidadaos

Na área de notícias do website da CML, constam três publicações sobre o CCL, sendo uma no período anterior aos dias da sessão, uma durante a sessão, e uma após a realização da mesma:

- 29.04.2022: Sorteio de participantes para o 1º Conselho de Cidadãos de Lisboa[46];
- 14.05.22: Começou em Lisboa a primeira edição do Conselho de Cidadãos[47];
- 16.05.2022: Lisboa acolheu a primeira edição do Conselho de Cidadãos[48].

Em paralelo, o Portal Lisboa Participa[49], gerido pela Divisão da Participação da CML, publicou 10 notícias sobre o CCL entre os dias 28 de janeiro e 16 de maio de 2022. Entre essas notícias, apenas uma abordou o CCL após a realização da sessão de maio, informando que foram apresentadas sete propostas e dando destaque a algumas delas. De forma parecida, a notícia publicada no site da CML no dia 16 de maio de 2022 não entrou em pormenor sobre cada uma das sete propostas apresentadas pelos participantes do CCL. Nota-se ainda que, até à data, não tem havido mais nenhuma publicação sobre o CCL nos canais oficiais da CML.

Destaca-se ainda que, para além do website da CML e do Portal Lisboa Participa, a DMCom também utilizou as redes sociais para a divulgação do CCL. Esta decisão justifica-se pelos dados disponíveis sobre o tempo dedicado pelos portugueses às redes sociais (em média 2,5 horas por dia)[50] e a predileção de algumas plataformas, tais como *Facebook* (5,95 milhões de inscritos) e Instagram (5,4 milhões de inscritos) numa base de cerca de 8,5 milhões de utilizadores da internet no País. Conforme indicado pela DMCom, foram feitas publicações nos perfis da CML no *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *LinkedIn*, alcançando os resultados mostrados na tabela abaixo:

Tabela 3 - Resultados dos posts em redes sociais

Rede social	**Facebook**	**Instagram**	**Twitter**	**LinkedIn**
Número de posts	3	1	3	1
Impressões	25.160	15.227	7.631	3.178
Impressões/post	8.386	15.227	2.543	3.178
Envolvimento	249	704	81	64

Fonte: Divisão da Marca e Comunicação - CML

Observa-se que, apesar de o Instagram ser a segunda maior rede social no País, houve apenas um *post* partilhado pela DMCom gerando um elevado número de impressões e engajamento, enquanto no *Twitter*, mesmo contando com menos utilizadores, houve três *posts*. Relativamente aos *posts* pagos nas redes sociais, os quais visam alcançar públicos mais específicos, foram realizados 2 "*dark posts*", *posts* que não aparecem na *timeline* de todos, mas apenas de quem integra o público escolhido na segmentação dos públicos. A DMCom publicou

[46] Disponível em: https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/sorteio-de-participantes-para-o-1o-conselho-de-cidadaos-de-lisboa/
[47] Disponível em: https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/comecou-em-lisboa-a-primeira-edicao-do-conselho-de-cidadaos/
[48] Disponível em: https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/lisboa-acolheu-primeira-edicao-do-conselho-de-cidadaos/
[49] https://www.lisboaparticipa.pt/pt
[50] Fonte: https://tek.sapo.pt/noticias/internet/artigos/portugueses-passam-25-horas-por-dia-nas-redes-sociais-relatorio-aponta-para-85-milhoes-de-utilizadores

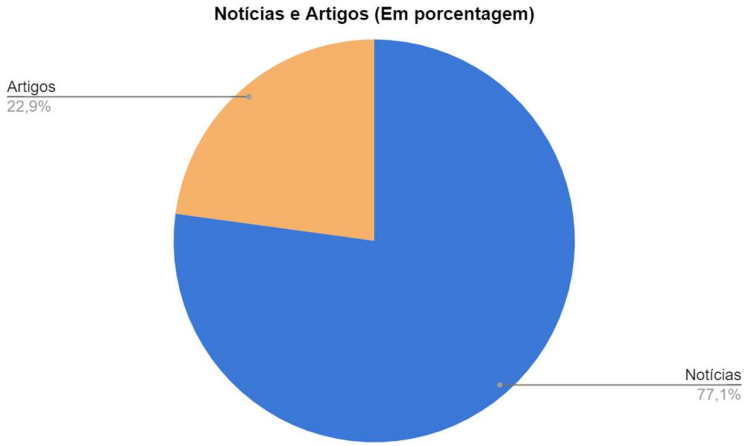
um *dark post* com o objetivo de alcançar o público residente nas 13 freguesias que contabilizavam menos inscrições. Foi selecionada a faixa etária entre 18 e 65 anos no *Facebook* e Instagram com audiência estimada de 280.000 pessoas[51]. O segundo *dark post* teve como objetivo gerar cliques para o site e foi direcionado para uma audiência de utilizadores entre 18 e 24 anos no Instagram, com uma audiência estimada de 50.000 pessoas[52].

10.2. Imprensa

As notícias sobre o CCL na comunicação social começaram a sair assim que começou a divulgação da CML em janeiro de 2022. Identificaram-se 35 publicações em formato de artigos de jornal, cujo conteúdo se dividiu entre 27 notícias e 8 artigos de opinião. A primeira notícia foi publicada no dia 27 de janeiro e a última registada pela equipa de avaliação surgiu no dia 6 de junho de 2022. Os principais tópicos abordados nas matérias destes artigos foram os seguintes:

- Lançamento das inscrições;
- Escolha do tema das alterações climáticas;
- Resultado do sorteio;
- Considerações acerca da sessão e propostas apresentadas.

Figura 40 - Número em percentagem de notícias e artigos de opinião publicados

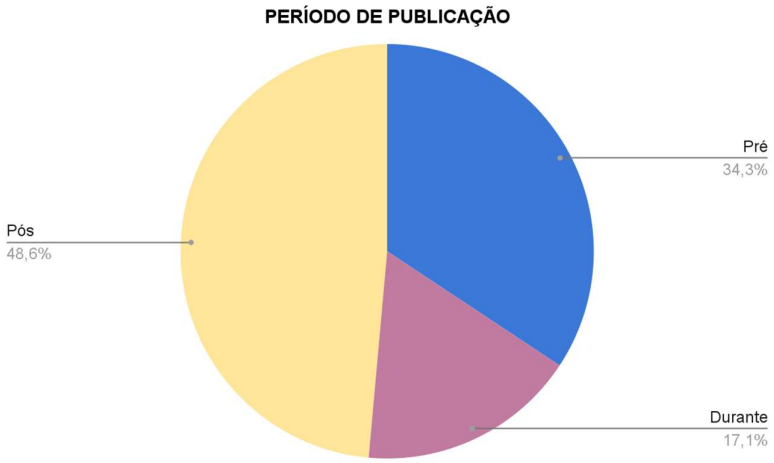


Fonte: Equipa ICS-UL (Análise da Comunicação Social)

A maioria dos artigos foi publicada após a sessão do CCL, portanto a partir do dia 16 de maio de 2022 (n=17). Já os dias 14 e 15 contabilizaram menos publicações (n=06), o que pode ser considerado em linha com o período curto da sessão. Finalmente, no período antes da sessão, houve um total de 12 artigos.

[51] Custo por Mil Impressões (CPM) de 0,90€
[52] Custo por Clique (CPC) foi de 0,53€

Figura 41 - Publicações antes, durante e depois do CCL



Fonte: Equipa ICS-UL (Análise da Comunicação Social)

As notícias vêm frequentemente acompanhadas de excertos das intervenções públicas do Presidente da CML, como se vê nas Figuras que seguem. Os artigos de opinião dividem-se entre elogios à implementação do CCL enquanto exemplo de democracia deliberativa e críticas por alguma falta de representatividade assegurada pelo modelo de seleção dos participantes. Pouco espaço foi dedicado às críticas levantadas pelos partidos de oposição, apesar de terem sido destacadas as duas sessões promovidas pela Assembleia Municipal de Lisboa (ver a secção 11 "Análise dos Debates Específicos promovidos pela Assembleia Municipal" na Segunda Parte do Relatório). Também foram publicados artigos que levantaram dúvidas sobre os atrasos na comunicação à sociedade em geral sobre as propostas apresentadas pelos participantes na sessão,.. As matérias iniciais de lançamento do CCL citaram especialmente que esta era uma das "promessas de campanha de Carlos Moedas", conforme os exemplos nas Figuras 42 e 43.

Figura 42 - Matéria publicada pelo jornal Público no dia 27/01/2022

Quer melhorar a vida na cidade? Já pode inscrever-se no Conselho de Cidadãos de Lisboa

Medida constava no programa eleitoral com que Carlos Moedas foi eleito DANIEL ROCHA/ARQUIVO

Se tem mais de 16 anos, vive ou trabalha em Lisboa, já pode inscrever-se para fazer parte de um Conselho de Cidadãos que terá como missão apresentar ao município propostas para melhorar a vida na cidade. É este o primeiro passo de uma medida que faz parte do programa eleitoral com que Carlos Moedas foi eleito presidente da

Fonte: https://www.publico.pt/2022/01/27/local/noticia/quer-melhorar-vida-cidade-ja-inscreverse-conselho-cidadaos-lisboa-1993335

Figura 43 - Matéria publicada pelo Diário de Notícias no dia 27/01/2022

Moedas lança Conselho de Cidadãos para "inspirar as decisões" da Câmara de Lisboa

O autarca anuncia hoje a criação de um órgão que servirá para ouvir a população e representa uma "forma diferente e inovadora de fazer política". "As pessoas já não querem ouvir os políticos. Querem trabalhar com eles", diz ao DN.

Ana Meireles
27 Janeiro 2022 — 00:10

TÓPICOS
- Lisboa
- Carlos Moedas
- Câmara Municipal de Lisboa
- local
- Conselho de Cidadãos

© Filipe Amorim / Global Imagens

Foi uma das bandeiras da campanha de Carlos Moedas à Câmara Municipal de Lisboa (CML): a criação de uma assembleia de cidadãos, representativa da população lisboeta e que o social-democrata acredita ser uma forma de envolver mais as pessoas na política. Hoje, Dia Nacional da Participação, o autarca vai lançar oficialmente este seu projeto, batizado de Conselho de Cidadãos.

Fonte: https://www.dn.pt/local/moedas-lanca-conselho-de-cidadaos-para-inspirar-as-decisoes-da-camara-de-lisboa-14529665.html

Figura 44 - Matéria publicada pelo jornal Público no dia 22/02/2022

LISBOA

Com "quase 2000" inscritos, o Conselho de Cidadãos suscita dúvidas à oposição

Carlos Moedas diz que o novo órgão é informal, que "vem acrescentar, não subtrair" e queixa-se de "uma tentativa de diabolização". Esquerda e Chega têm medo que a iniciativa sirva para contornar a câmara e a assembleia municipal.

João Pedro Pincha
22 de Fevereiro de 2022, 20:30

Receber alertas

Fonte: https://www.publico.pt/2022/02/22/local/noticia/quase-2000-inscritos-conselho-cidadaos-suscita-duvidas-oposicao-1996468

Figura 45 - Matéria publicada pelo jornal Observador no dia 05/05/2022

Fonte: https://observador.pt/2022/05/05/conselho-de-cidadaos-de-moedas-avanca-mas-oposicao-critica-opcoes-e-falta-de-respostas/

As publicações na imprensa referentes ao período após o CCL dividem-se entre a cobertura dos dias 14 e 15 de maio de 2022, apresentando de forma resumida as propostas que os participantes entregaram ao Executivo e ao Presidente da CML, e a opinião dos participantes sobre a experiência com menção à escolha original de reunir com "embaixadores" chamados a acompanharem o seguimento das propostas.

Figura 46 - Matéria publicada no jornal Público no dia 16/5/2022

Fonte: https://www.publico.pt/2022/05/16/local/noticia/conselho-cidadaos-lisboa-quer-reduzir-80-entrada-carros-ate-2048-fim-casas-devolutas-2006331

Figura 47 - Matéria publicada pela SIC Notícias no dia 18/05/2022

O conceito de um **Conselho de Cidadãos** já existe noutras cidades europeias, como França, Irlanda e Espanha, e consiste em ouvir cidadãos informados que representem a diversidade dos moradores de um concelho.

Carlos Moedas prometeu nas autárquicas e cumpriu. A Câmara de Lisboa recebeu 2.300 candidaturas e, de forma aleatória, foram selecionadas 50 pessoas que se reuniram este fim de semana.

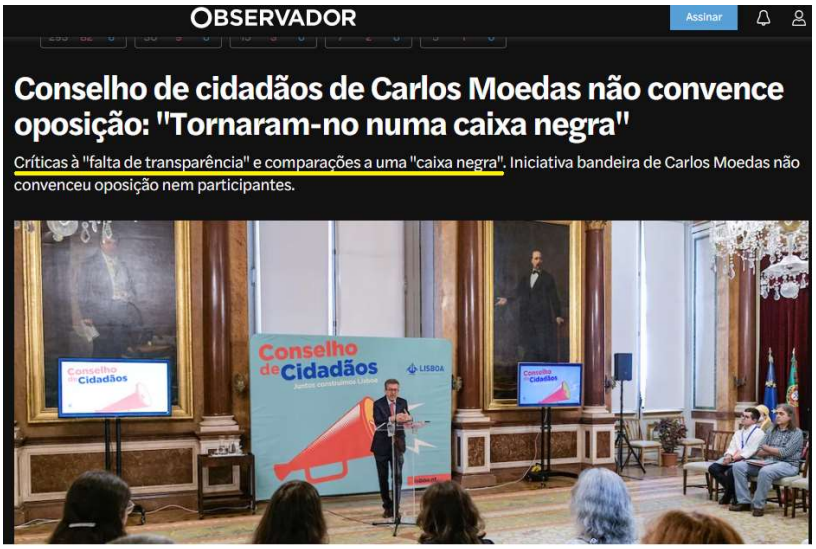
Na primeira edição do Conselho de Cidadãos em Lisboa foram propostos 35 projetos, desde reduzir em 80% a entrada de carros na área metropolitana de Lisboa até 2048 à criação de super-quarteirões na cidade. A gratuitidade dos transportes públicos e as alterações climáticas também foram temas discutidos.

Já se encontram abertas as inscrições para a segunda edição.

Fonte: https://sicnoticias.pt/pais/2022-05-18-cidadaos-lisboetas-chamados-por-carlos-moedas-a-participar-na-gestao-da-cidade

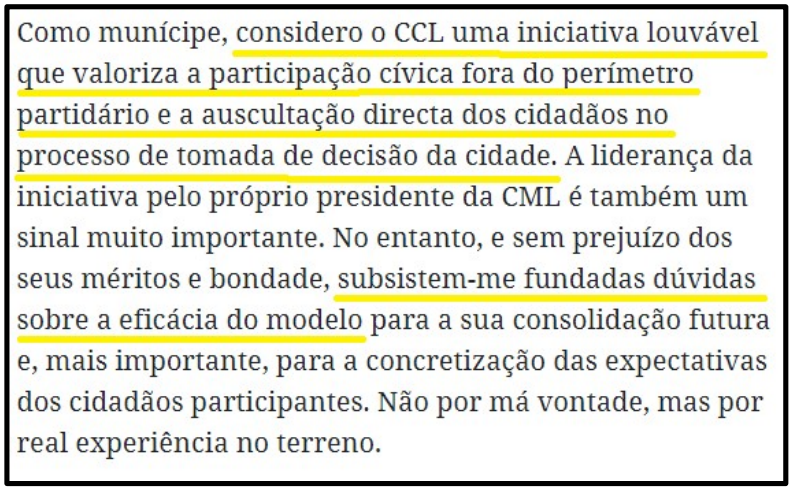
Nos dias a seguir à sessão, notou-se um aumento de notícias com conteúdo mais crítico, com destaque para o segundo Debate Específico realizado pela Assembleia Municipal de Lisboa. Tanto esse Debate, como alguns dos artigos de opinião levantam dúvidas sobre a escassa comunicação quanto às propostas apresentadas durante a sessão e informação sobre o seu seguimento.

Figura 48 - Matéria publicada pelo jornal Observador no dia 02/06/2022



Fonte: https://observador.pt/2022/06/02/conselho-de-cidadaos-de-carlos-moedas-nao-convence-oposicao-tornaram-no-numa-caixa-negra/

Figura 49 - Artigo de opinião publicado no Novo Semanário no dia 02/06/2022



Como munícipe, considero o CCL uma iniciativa louvável que valoriza a participação cívica fora do perímetro partidário e a auscultação directa dos cidadãos no processo de tomada de decisão da cidade. A liderança da iniciativa pelo próprio presidente da CML é também um sinal muito importante. No entanto, e sem prejuízo dos seus méritos e bondade, subsistem-me fundadas dúvidas sobre a eficácia do modelo para a sua consolidação futura e, mais importante, para a concretização das expectativas dos cidadãos participantes. Não por má vontade, mas por real experiência no terreno.

Fonte: https://onovo.pt/opiniao/uma-lisboaideia-para-o-conselho-de-cidadaos-KA10890695

11. Análise dos Debates Específicos promovidos pela Assembleia Municipal de Lisboa

A Assembleia Municipal de Lisboa (AML) recebeu nos dias 5 de maio e 2 de junho de 2022 o "Debate Específico Conselho de Cidadãos - Modelo Escolhido pela CML". O momento foi proposto pelo Movimento "Cidadãos por Lisboa", a parte da oposição do atual Executivo camarário, com o objetivo de ouvir especialistas, debater e esclarecer dúvidas acerca da apresentação e apreciação do modelo escolhido pela CML para o CCL que ocorreu nos dias 14 e 15 de maio.

11.1. Debate de dia 5 de maio de 2022

O primeiro debate teve lugar no dia 5 de maio de 2022 e contou com a presença dos especialistas Manuel Arriaga, Professor da New York University; Roberto Falanga, Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; José Carlos Mota, Docente no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro; Bárbara Marques Ferreira, Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A Vereadora Laurinda Alves esteve presente em representação da CML[53].

O debate foi inaugurado pelo deputado Miguel Graça, o qual abordou criticamente a estratégia de comunicação do CCL, apontando por uma certa falta de informações acerca do mesmo. Devido aos atrasos sobre a informação acerca da sessão deliberativa, as duas datas planeadas para o debate acabaram por não cumprir o intuito inicial que era de anteceder a sessão. O Deputado referiu no seu discurso inicial sete pontos críticos retirados do artigo de opinião publicado no Jornal Público por Manuel Arriaga e José Carlos Mota[54]. Em síntese, as críticas foram as seguintes: (i) a seleção dos participantes não terá contemplado toda a população de Lisboa; (ii) os participantes apenas terão tido conhecimento do tema da primeira sessão após a sua inscrição; (iii) os critérios de escolha dos especialistas convidados não terão sido divulgados; (iv) terá havido pouca representatividade étnico-racial e social na amostra de participantes; (v) não terá sido prevista remuneração dos participantes; (vi) a informação acerca do processo terá sido escassa desde o início; (vii) o compromisso político com as propostas dos cidadãos não terá sido suficientemente claro.

O primeiro interveniente foi Manuel Arriaga que informou que tem vindo a trabalhar no sentido da implementação de processos participativos como o Conselho de Cidadãos junto aos governos do município de Lisboa desde 2017. Quanto ao artigo citado por Miguel Graça, Arriaga salientou que traz uma perspetiva importante do que acredita ser o rumo que este processo deverá tomar no futuro, sem que isto implique abandonar uma experiência positiva apenas pelo facto de não se enquadrar por completo nos moldes do ideal.

O segundo interveniente foi Roberto Falanga, que destacou o caráter inovador da avaliação do CCL, apontando para experiências internacionais nesse âmbito e descrevendo sumariamente a abordagem metodológica a ser aplicada com o CCL.

O terceiro interveniente foi José Carlos Mota, que destacou que este tipo de processos participativos promovem a inteligência coletiva, mas necessitam de uma agenda regular a diversas escalas, salientando que a qualidade da comunicação será decisiva para a mobilização dos cidadãos.

A quarta e última interveniente foi Bárbara Marques Ferreira, que destacou dois pontos: em primeiro lugar, disse que muitas pessoas não tiveram conhecimento do CCL e, portanto, acabaram por não se inscreverem; em segundo lugar, o processo, para ser denominado participativo, precisa de garantir critérios de equidade entre todos os cidadãos.

[53] Gravação da sessão disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UNdeP500q3w
[54] Disponível em: https://www.publico.pt/2022/05/04/local/opiniao/conselho-cidadaos-aprofundar-democracia-participativa-2004708

Os deputados dos vários partidos presentes na sessão pronunciaram-se. Destacam-se os pontos levantados por Sílvia Ferreira, deputada do Partido Socialista, que declarou ter solicitado à CML informações sobre o CCL sem obter resposta. Do seu ponto de vista, o que ocorreu nos dias 14 e 15 de maio não foi de facto um Conselho de Cidadãos, mas "uma audiência coletiva de cidadãos, que pode ter sede e estar enquadrada legitimamente em outros fóruns". Dúvidas sobre os métodos de inscrição foram levantadas por deputadas(?) do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português. Este último partido perguntou de que forma o CCL se cruza com outros processos participativos já em andamento na cidade.

Existiu consenso entre os deputados de que os processos de participação na cidade são importantes. A Vereadora Laurinda Alves referiu que "nunca se vai conseguir ouvir todos os cidadãos". O CCL, segundo ela, tem como relevância o despertar e reforçar da consciência dos cidadãos.

11.2. Debate de dia 2 de junho 2022

A sessão do dia 2 de junho de 2022 ocorreu após a realização da primeira edição do CCL. Foram convidados os seguintes especialistas: Giovanni Allegretti, Arquiteto, Urbanista e Investigador Sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Nelson Dias, Licenciado em Sociologia e Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento; Lino Paulo, Sociólogo e responsável pela regência da cadeira de Metodologias das Ciências Sociais no ISCSP; e João Seixas, Professor e Investigador na NOVA FCSH[55].

O Deputado Municipal Miguel Graça abriu novamente a sessão referindo, resumidamente, o que ocorreu durante a sessão do CCL e frisando o que considerou terem sido os pontos mais críticos. Entre eles, a falta de: (i) seleção aleatória dos participantes; (ii) processo centrado na aprendizagem e deliberação; (iii) informação sobre a sessão; (iv) transparência; (v) observadores externos.

Ainda de acordo com as críticas acima, o deputado perguntou porque estiveram presentes 47 participantes ao invés dos 50 previstos na Metodologia. Referiu ainda que foi solicitada à CML informação sobre as principais conclusões e propostas, sendo que os únicos relatos aos quais tinha tido acesso até à data foram encontrados na comunicação social.

O primeiro interveniente foi Giovanni Allegretti, que destacou discordâncias na literatura sobre a seleção aleatória baseada na inscrição dos participantes, o que pode retirar diversidade. O Investigador salientou ainda que o CCL deveria estar associado a outros processos participativos da cidade e apontou dois aspetos positivos: o diálogo com os funcionários públicos durante a sessão e a avaliação do processo.

O segundo interveniente foi Nelson Dias, que levantou questões sobre a responsabilidade compartilhada, sendo que o modelo de Lisboa não pressupõe que os participantes prestem contas à sociedade, o que coloca a responsabilidade apenas em cima dos eleitos.

O terceiro interveniente foi Lino Paulo, que contribuiu com as suas experiências pessoais neste âmbito e afirmou que, no que diz respeito aos processos participativos, "*o aconselhável é não procurar demasiada formalização, mas sim simplificar*".

O quarto e último interveniente foi João Seixas, que frisou a dificuldade em ter acesso a informações sobre o CCL. Seixas defendeu que um processo deste tipo deveria estender-se no tempo e estar integrado com outras propostas da cidade, ser monitorizado, e contar com participantes selecionados por sorteio universal e não por inscrição. Reafirmou o que fora abordado por Nelson Dias quanto à responsabilidade compartilhada, dizendo: "*só existe uma verdadeira governança quando há corresponsabilização, ou seja, todos que participam têm de ser responsabilizados*."

Os deputados presentes levantaram críticas quanto à partilha de informações sobre as propostas do CCL e perguntaram quais seriam as próximas etapas do processo. De acordo com as intervenções dos deputados de CDS-PP, PEV, Livre e PS, o CCL não foi suficientemente democrático e transparente, sendo necessário aprimorar o modelo.

[55] Gravação da sessão disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4qSg95Qxm9A

A Vereadora Laurinda Alves afirmou que há, de facto, vários modelos de conselhos de cidadãos e Lisboa terá um com as suas particularidades. A Vereadora concordou sobre a existência de pontos a serem melhorados e mostrou abertura para o fazer, em particular no que diz respeito ao método de sorteio e prestação de contas à população.

12. Análise das notas da reunião entre CML e embaixadores

A reunião teve lugar na Sala de reuniões dos vereadores dos Paços do Concelho a 27/6/2022 e teve a duração de cerca uma hora. Na reunião, estiveram presentes a Vereadora Laurinda Alves e a assessoria do seu Gabinete, a assessoria do Gabinete do presidente da CML, 13 embaixadores, representantes da Direção Municipal da Relação com o Munícipe e Participação e da Divisão de Participação e um membro da equipa de avaliação.

Após contacto telefónico por parte da Vereadora Laurinda Alves, dos 14 embaixadores convocados apenas um faltou à convocatória. A Vereadora explicou que as propostas estão a ser averiguadas pela CML e pelos serviços em termos de exequibilidade e possibilidade de implementação. O objetivo da reunião foi, portanto, dar feedback aos embaixadores relativamente ao que está a ser feito cerca de um mês depois do CCL. A Vereadora reforçou ainda a vantagem de esta iniciativa ter sido lançada para haver mais discussão. Ser pioneiro implica estar numa situação de imperfeição, mas a democracia "*tem de ser participativa*", afirmou.

Um representante da Direção Municipal da Relação com o Munícipe e Participação explicou que das sete propostas conseguiu-se identificar um conjunto de cerca de 40 sub-propostas. Foi comunicado que o Gabinete do Presidente e os serviços municipais estão a analisar e priorizar as propostas, sendo que "*umas não poderemos fazer, outras precisam de ser calendarizadas. Esperamos ter esse trabalho em breve*." Para muitas propostas será preciso um esclarecimento de detalhe e, por isso, provavelmente chamarão cada grupo de trabalho casuisticamente para desenvolver as mesmas em detalhe.

Referiu-se ainda que se aguarda o Relatório final da equipa ICS-UL para que as melhorias sejam implementadas na próxima edição do CCL. No entanto, relativamente às melhorias, a Vereadora mencionou a longa duração do CCL, dizendo que este deveria provavelmente ser encurtado.

A seguir, os embaixadores falaram por grupos de trabalho (5 minutos para cada um):

- Espaço Público: a embaixadora referiu que não será exequível ter um jardim em todas as esquinas – lema do grupo - e mencionou a questão do lixo, a qual não tinha sido mencionada na sessão. Após um passeio que fez pela cidade, a embaixadora apercebeu-se da urgência desta questão, perguntando se será possível incluir o problema da higiene urbana e do lixo nas propostas. Em resposta, a Vereadora mencionou que há um problema de falta de cultura cívica.
- Cidadania: uma das embaixadoras referiu que após a sessão leu atentamente um dos materiais que tinha sido facultado aos participantes sobre boas práticas. Referiu que todo o trabalho que fizeram no CCL tem de ser compatibilizado com o que já está em curso e que é preciso trabalhar de forma sustentável. A embaixadora também trouxe uma nova ideia: é preciso incluir a cidadania climática com todas as culturas, "*porque há culturas que têm outros hábitos*". Por sua vez, outro embaixador deste grupo avança também com uma ideia nova: replicar a Boutique da Cultura de Carnide noutros locais da cidade. Esta é uma ideia que o participante tem estado a tentar replicar no Lumiar, a sua freguesia, e que o presidente da CML tinha dito à comunicação social que era um bom exemplo. Um representante da Divisão de Participação refere que este foi um projeto que também nasceu de um OP.
- Educação Ambiental: as embaixadoras apenas remarcaram a necessidade de haver um plano de ação e receber o ponto da situação. Disseram: "*queremos ajudar com o que pudermos*". Falou-se novamente no lixo.
- Eficiência energética: as embaixadoras quiseram saber até que ponto o que propuseram é exequível e ouvir sobre o que está a ser feito. A Vereadora deu a notícia de que estão em Lisboa a fazer a substituição das lâmpadas normais por lâmpadas LED.
- Mobilidade e Transportes: os embaixadores frisam que "*faria sentido termos feedback calendarizado e pormenorizado*" para saber "*proposta a proposta, o que é possível, quando e porquê*." A Vereadora respondeu que as propostas vieram acrescentar ao trabalho normal da CML. Os embaixadores compreenderam que passou pouco tempo e

não pareceram insatisfeitos. Um embaixador referiu que fez falta informação prévia e que será útil anunciarem o tema mais cedo. Afirmou: "*gostaríamos de ter tido técnicos disponíveis que nos informassem sobre o que já existia ou podermos perguntar no momento*" e ainda "*tivemos muito tempo de interação e pouco tempo a trabalhar nas propostas*". O embaixador disse que fez falta uma equipa de facilitadores com experiência. Parte do grupo concordou e a outra parte discordou, parecendo haver uma grande divisão quanto a este assunto. A Vereadora garantiu que será melhorado este aspeto. O embaixador sugeriu ainda que os participantes sejam compensados. Nem todos os presentes concordaram com esta ideia.

- Relação da CML com o munícipe: a embaixadora disse que o facto de o CCL ser voluntário muda o cariz da participação. Para ela, não convém saber com imensa antecedência o tema porque isso poderá trazer pessoas já muito evolvidas. A embaixadora mencionou a proposta de *team building* entre funcionários da CML e das juntas de freguesia, lançando também uma nova ideia: que existam caixotes de reciclagem na rua.
- Habitação acessível e intergeracional: os embaixadores informaram que sobre um evento a decorrer no São Jorge onde se fala sobre modelos cooperativos de habitação com os quais podemos aprender. Afirmaram que "é preciso trazer os habitantes para o centro da cidade".

A Vereadora Laurinda Alves considerou excelente terem surgido mais ideias nesta reunião e garantiu que a CML pretende dar feedback aos participantes com regularidade. A Divisão de Participação referiu que qualquer feedback adicional da parte dos participantes poderá também ser-lhes enviado por email. Faltou por esclarecer como será feita a articulação com os embaixadores, entre os embaixadores e os restantes participantes do CCL e também com a população em geral.

13. Recomendações

Preparação e planeamento	✓ A necessidade de escolher um tema prioritário para a cidade pode ser sustentada por fórmulas horizontais que permitam o envolvimento alargado de toda a população e não apenas da amostra de participantes. Para o efeito, recomenda-se a ponderação de outras modalidades de definição dos temas, como por exemplo a disponibilização de uma lista de temas pré-selecionados pelo município em que os cidadãos possam votar, elegendo, assim, os tópicos para as próximas edições do CCL; ✓ O envolvimento das entidades que integram o consórcio organizador é fundamental para garantir a boa articulação do trabalho e resultados robustos no decorrer das sessões deliberativas. Para o efeito, recomenda-se que as entidades tenham oportunidade para partilhar o mesmo entendimento sobre este mecanismo deliberativo e que as entidades com um papel central na realização do CCL, tais como a equipa de facilitação, estejam presentes desde o início da sua preparação; ✓ A comunicação de qualquer experiência deliberativa aos cidadãos em geral e aos participantes é um elemento-chave para o sucesso. Considerando alguma preocupação levantada no que concerne à primeira edição do CCL, recomenda-se reforçar a comunicação das próximas edições, definindo de antemão a Metodologia de cada edição antes de implementar a estratégia de comunicação; ✓ Na linha da recomendação acima, recomenda-se que a disseminação seja centralizada e feita a partir de uma página do website da CML de maneira a otimizar os recursos internos e garantir maior acessibilidade a todas as informações por parte dos cidadãos; ✓ Ainda sobre a comunicação, o reforço de uma estratégia neste âmbito poderá juntar canais tradicionais e outras modalidades de informação juntamente à mobilização no terreno com grupos para os quais a informação é menos acessível e os incentivos à participação são mais escassos, por forma a aumentar a diversidade dos participantes; ✓ O recrutamento dos cidadãos pode ser realizado de diferentes formas e deve adequar-se às oportunidades e limites de cada realidade. No caso do CCL, recomenda-se um modelo de seleção que combine a inscrição prévia - o qual permite abranger um público alargado que não apenas os moradores do município de Lisboa - com o sorteio cívico, por exemplo através do envio de cartas ou da realização de contactos telefónicos aleatoriamente selecionados; ✓ Conforme consta na Metodologia do CCL, a existência de uma Comissão de Observação pode suportar o consórcio organizador no acompanhamento e planeamento de cada edição. Para o efeito, recomenda-se que o seu envolvimento seja planeado com antecedência a todas as edições, com particular destaque para a designação dos conselheiros/especialistas e a criação de materiais informativos;

	✓ Na linha da recomendação acima, recomenda-se a recolha antecipada de contributos de cidadãos não selecionados e de outras entidades que não participem diretamente nas sessões do CCL, por exemplo através dos canais online, para a criação de uma dinâmica mais interativa entre participantes e não-participantes; ✓ A possibilidade de abrir a discussão sobre a escolha dos conselheiros/especialistas a outras entidades ou conjunto de especialistas, como por exemplo a Comissão de Observação, bem como questionando os próprios cidadãos, pode garantir uma maior pluralidade de diversos interesses e pontos de vista sobre o tema escolhido.
Deliberação e resultados	✓ A participação dos cidadãos selecionados tem de ser apoiada pelos proponentes de várias formas, garantindo que existem as condições para uma experiência deliberativa de qualidade. Atendendo aos contributos internacionais, sugere-se equacionar uma compensação monetária e/ou de outro tipo (por exemplo em formato de vale ou voucher) aos participantes no CCL; ✓ Um dos elementos-chave das experiências deliberativas é a partilha de um programa de trabalhos detalhado dos momentos planeados. Para o efeito, recomenda-se providenciar atempadamente aos participantes maior informação sobre as dinâmicas previstas ao longo da sessão deliberativa; ✓ Para além de um programa detalhado, recomenda-se providenciar materiais informativos antes da própria sessão, tendo em atenção o grau de complexidade e o tempo exigido para a consulta de cada conteúdo, de modo a não desmotivar ou até impossibilitar a participação e capacitação de determinados perfis; ✓ Durante a sessão, recomenda-se fornecer materiais informativos complementares e em diferentes formatos (papel, multimédia, etc.) sobre o tema escolhido, projetos camarários em curso no âmbito do tema, bem como sobre a esfera de ação e competências da CML; ✓ Em linha com a recomendação acima, recomenda-se tornar acessíveis os materiais supramencionados ao público em geral, bem como todo o material disponibilizado pelos conselheiros/especialistas, criando as condições para garantir o envolvimento de não-participantes na abertura e encerramento dos trabalhos, por exemplo através de momentos em *streaming*; ✓ As dinâmicas de uma sessão deliberativa têm de ser adequadas ao tema escolhido e ao perfil de participantes. Conforme observado na primeira edição do CCL, os momentos de troca entre participantes foram fundamentais e as dinâmicas em grupos pequenos facultaram o espaço ideal para a formulação de propostas. Ainda assim, recomenda-se que, em linha com as experiências internacionais, sejam proporcionados mais momentos de plenário para evitar que o sentimento de competição entre pequenos grupos prevaleça; ✓ As dinâmicas são também fundamentais para fornecer um perímetro simbólico dentro do qual se possa desenvolver a

	deliberação. Recomenda-se que, em futuras edições do CCL, alguns momentos tenham menor formatação e proporcionem mais autonomia e espaço de auto-organização aos participantes, enquanto outros sejam mais dirigidos e definidos, em particular o momento de escolha das propostas finais; ✓ Relativamente à presença de conselheiros/especialistas durante a sessão, recomenda-se calibrar a duração das apresentações e orientá-las mais aos objetivos do CCL através de momentos dinâmicos e interativos com os participantes do CCL, integrando as perguntas dos participantes como parte fulcral dessa troca; ✓ A presença de conselheiros/especialistas é fundamental, mas não exclusiva para a aprendizagem, havendo necessidade de os participantes terem acesso a informação pontual de natureza mais técnica. Para o efeito, recomenda-se que técnicos da CML que trabalham nos temas escolhidos, estejam disponíveis e aptos para esclarecer as dúvidas dos cidadãos no decorrer dos trabalhos; ✓ A duração de uma experiência deliberativa é funcional à possibilidade de os participantes aprenderem, deliberarem e chegarem a um consenso sobre um conjunto de propostas e/ou recomendações. Considerando os elementos destacados ao longo deste Relatório, recomenda-se aumentar o número de dias de trabalho, podendo estes ter lugar em diferentes fins-de-semana de maneira a diminuir o cansaço dos participantes e a permitir a absorção e a reflexão do que for sendo aprendido, deliberado e proposto; ✓ A extensão da duração do CCL poderá permitir ainda uma maior abertura entre o grupo de participantes e os restantes cidadãos. Para o efeito, recomenda-se que sejam auto-organizadas sessões de trabalho adicionais entre os participantes bem como momentos de troca pública sobre a deliberação em curso, caso os participantes o considerem útil e necessário.
Caminhos para o impacto	✓ A decisão coletiva sobre as propostas e/ou recomendações a apresentar é o momento de charneira entre a deliberação e a abertura de caminhos para o impacto. Para o efeito, recomenda-se que seja elaborado em conjunto com os participantes um texto final com todas as propostas e que esse texto seja dado a conhecer a todos os munícipes através dos canais oficiais da CML no curto prazo; ✓ Na linha do referido acima, a produção e divulgação de um vídeo que resuma os momentos principais da sessão de participação pode ser uma das formas de comunicar o processo para a população, a imprensa e todos os interessados, dando seguimento e potenciando o vídeo publicado pela CML para a primeira edição do CCL; ✓ Os caminhos para o impacto devem basear-se em informação clara e transparente sobre o compromisso da entidade promotora da experiência deliberativa. Para o efeito, recomenda-se que seja definido e divulgado antecipadamente um cronograma relativo às fases de análise interna e eventual implementação das propostas apresentadas pelos cidadãos;

	✓ Uma comunicação constante e aberta com os participantes e todos os cidadãos poderá ser desenvolvida com o apoio do grupo restrito de participantes escolhidos para acompanharem o seguimento das propostas apresentadas, os embaixadores. Para o efeito, será assim oportuno organizar no médio e longo prazo as informações a partilhar com estes, com os restantes participantes no CCL e com todos os munícipes; ✓ Finalmente, novos caminhos para o impacto podem ser desbravados através da articulação entre o CCL e outros processos participativos, criando as bases para uma maior sinergia entre mecanismos que visam, no conjunto, dar um contributo para a democracia.

14. Referências

Boulianne, S. (2019). Building faith in democracy: Deliberative events, political trust and efficacy. *Political Studies*, *67*(1), 4-30.

Bueno, W. C. (2009). *Comunicação empresarial: políticas e estratégias*. Saraiva.

Caluwaerts, D., & Reuchamps, M. (2016). Generating democratic legitimacy through deliberative innovations: The role of embeddedness and disruptiveness. *Representation*, *52*(1), 13-27.

Bussu, S., Golan, Y., Hargreaves, A., Bua, A., Falanga, R., Fleuß, D., Forde, C., Williams, E., & Wojciechowska, M. (2022). "Understanding developments in Participatory Governance. A report on findings from a scoping review of the literature and expert interviews". Manchester Metropolitan University. ISBN: 9781910029787

Castells, M. Comunicación y poder (Madrid: Alianza Editorial, 2009). *y*, *539*, 538.

Christensen, H. S. (2020). How citizens evaluate participatory processes: A conjoint analysis. *European Political Science Review*, *12*(2), 239-253.

Devaney, L., Torney, D., Brereton, P., & Coleman, M. (2020). Ireland's citizens' assembly on climate change: Lessons for deliberative public engagement and communication. *Environmental Communication*, *14*(2), 141-146.

Dryzek, J. (2020). The Australian citizens' parliament: A world first. *Journal of Deliberative Democracy*, *5*(1).

ESS Round 9: European Social Survey Round 9 Data (2018). Data file edition 3.1. Sikt - Norwegian Agency for Shared Services in Education and Research, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC. doi:10.21338/NSD-ESS9-2018.

ESS Round 8: European Social Survey Round 8 Data (2016). Data file edition 2.2. Sikt - Norwegian Agency for Shared Services in Education and Research, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC. doi:10.21338/NSD-ESS8-2016.

Cain, L. & Moore, G. (2019). Evaluation of Camden Council's Citizens' Assembly on the Climate Crisis. UCL, Culture.

Falanga, R. & Ferrão, J. (2021). The evaluation of citizen participation in policymaking: Insights from Portugal. *Evaluation and Program Planning, 84*, 101895

Falanga, R., Verheij, J., & Bina, O. (2021). Green(er) Cities and Their Citizens: Insights from the Participatory Budget of Lisbon. *Sustainability, 13* (15), 8243

Fishkin, J. (2009). *When the people speak: Deliberative democracy and public consultation*. Oup Oxford.

Fishkin, J. S. (2018). *Democracy when the people are thinking: Revitalizing our politics through public deliberation*. Oxford University Press.

Fourniau, J. M. (2019). La sélection des mini-publics entre tirage au sort, motivation et disponibilité. *Participations*, (HS), 373-400.

Grönlund, K., Setälä, M., & Herne, K. (2010). Deliberation and civic virtue: Lessons from a citizen deliberation experiment. *European Political Science Review*, *2*(1), 95-117.

Harris, C. (2019). Mini-publics: Design choices and legitimacy. In *Handbook of democratic innovation and governance*. Edward Elgar Publishing.

RSA. (2020). How to run a citizen's assembly. A handbook for local authorities based on the Innovation in Democracy Programme.

Jacquet, V. (2017). Explaining non-participation in deliberative mini-publics. *European Journal of Political Research*, *56*(3), 640-659.

Jonsson, M. E. (2020). Democratic innovations in deliberative systems–the case of the Estonian citizens' assembly process. *Journal of Deliberative Democracy*, *11*(1).

Karpowitz, C., & Mendelberg, T. (2018). The political psychology of deliberation. *The Oxford handbook of deliberative democracy*, 535-555.

newDemocracy Foundation and United Nations Democracy Fund (2019). Enabling National Initiatives to Take Democracy Beyond Elections, Sydney: newDemocracy Foundation, accessed on 30 October 2019. https:// www.newdemocracy.com.au/wp-content/uploads/2018/10/New-Democracy-Handbook-FINAL-LAYOUTreduced.pdf

OECD (2020), *Innovative Citizen Participation and New Democratic Institutions: Catching the Deliberative Wave*, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/339306da-en.

OECD (2021), Evaluation Guidelines for Representative Deliberative Processes, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/10ccbfcb-en.

OECD (2022), *Building Trust to Reinforce Democracy: Main Findings from the 2021 OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions*, Building Trust in Public Institutions, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/b407f99c-en.

Pérez, R. A. (2008). *Estrategias de comunicación* (4. ed.). Editorial Ariel.

Poortinga, W., Fisher, S., Bohm, G., Steg, L., Whitmarsh, L., & Ogunbode, C. (2018). European attitudes to climate change and energy. Topline results from Round 8 of the European Social Survey.

Roberts, J. J., Lightbody, R., Low, R., & Elstub, S. (2020). Experts and evidence in deliberation: scrutinising the role of witnesses and evidence in mini-publics, a case study. *Policy Sciences*, *53*(1), 3-32.

Suiter, J., Farrell, D., & Harris, C. (2016). The Irish Constitutional Convention: A case of 'high legitimacy'?. *Constitutional deliberative democracy in Europe*, 33-54.

Torcal, M. (2014). The decline of political trust in Spain and Portugal: economic performance or political responsiveness?. *American behavioral scientist*, *58*(12), 1542-1567.

Walsh, C. D., & Elkink, J. A. (2021). The dissatisfied and the engaged: citizen support for citizens' assemblies and their willingness to participate. *Irish Political Studies*, *36*(4), 647-666.

We The Citizens. (2011). Participatory Democracy in Action – A Pilot. Dublin: We The Citizens.

ANEXO A - METODOLOGIA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO CONSELHO DE CIDADÃOS DE LISBOA

ENQUADRAMENTO

O projeto Conselho de Cidadãos de Lisboa (CCL) é uma plataforma de participação dos munícipes desenvolvida pela Divisão da Participação do Departamento de Relação com o Munícipe e Participação (DRMP) da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito das suas competências, das quais se destacam:

1. Apoiar a operacionalização de uma estratégia de participação pública dos cidadãos na formulação e implementação de políticas e medidas e promover a publicitação dos resultados obtidos;
2. Remover obstáculos e barreiras à participação cívica, testando e estimulando a adoção de técnicas e ferramentas inovadoras que facilitem o envolvimento de todos os públicos;
3. Avaliar periodicamente a eficácia global dos processos participativos adotados, identificando áreas de aperfeiçoamento e novas oportunidades de diálogo com a comunidade.

Trata-se de uma iniciativa de participação dos cidadãos na tomada de decisão a nível municipal, convidando à co-construção de propostas para melhorar a cidade de Lisboa.

O presente documento descreve a metodologia da primeira edição do CCL. Sendo uma iniciativa inédita na cidade de Lisboa, esta primeira edição permitirá recolher aprendizagens que sustentem ajustes no modelo para reforçar a qualidade do projeto e garantir o seu sucesso e continuidade no longo prazo.

CONTEXTO

O recente Relatório sobre o Estado da Democracia (Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Social, 2021) dá conta dos retrocessos de Portugal na qualidade da democracia, agravados pelos efeitos da pandemia da Covid-19. A perceção dos cidadãos é coerente com esta queda: no Estudo Qualidade da Democracia em Portugal (Barómetro da Qualidade da Democracia do Instituto de Ciências Sociais), a participação política e a relação dos cidadãos com os políticos foi a dimensão com a pior avaliação.

Já na Juventude, o inquérito realizado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2020 mostra que 57% dos jovens com mais de 15 anos consideram o atual funcionamento da democracia em Portugal como "médio (28%) ou "mau" (29%). 55% não sentem, ou sentem pouco interesse pela política. No que diz respeito à participação, cerca de 95% não pertencem a um partido político nem a movimentos sociais, sindicatos ou associações juvenis e estudantis.

A nível autárquico, a taxa de abstenção das eleições de 2013, 2017 e 2021 supera os 45%, não deixando dúvidas sobre a permeabilidade dos municípios a este contexto. Em Lisboa, a abstenção nas eleições autárquicas de 2021 foi de 49%, revelando um desinteresse preocupante pela participação política.

Face a este contexto, o reforço dos projetos municipais de participação e envolvimento do munícipe e a implementação de iniciativas inovadoras nessa área são considerados essenciais para dar resposta ao contexto político e social.

OBJETIVOS DO CCL

Os objetivos principais do Conselho de Cidadãos de Lisboa são:

- Promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade;
- Aproximar os cidadãos da tomada de decisão;

- Melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades.

PRINCÍPIOS

- Transparência: a Divisão de Participação irá divulgar informação sobre a constituição e funcionamento do projeto. O sorteio dos 50 munícipes que vão integrar o CCL será conduzido por uma entidade externa independente e será publicado nos canais oficiais da autarquia, com a salvaguarda da informação pessoal em cumprimento do RGPD.
- Inclusão: a seleção aleatória dos 50 participantes garante que todos os inscritos têm exatamente a mesma oportunidade de integrar o CCL. O recurso a um sorteio permite promover uma maior diversidade na composição do CCL no que respeita ao género, idade, habilitações literárias, atividade profissional, e freguesia de residência, trabalho ou estudo. A Divisão de Participação irá igualmente assegurar a participação de pessoas com incapacidade visual ou auditiva nas edições do CCL.
- Cooperação: o CCL irá permitir uma colaboração com parceiros académicos e da sociedade civil para promover a cidadania ativa, em particular através de encontros promovidos com organizações convidadas a acompanhar o CCL e a Divisão de Participação.
- Impacto: deverá ser divulgada a apreciação feita das propostas apresentadas pelos cidadãos participantes, indicando e fundamentando os passos seguintes a adotar.
- Diálogo: o projeto foca-se na promoção de uma maior e melhor comunicação entre munícipes, e entre os munícipes e o poder local.
- Imparcialidade: a seleção de participantes, facilitação das sessões e a monitorização e avaliação de processos de participação serão realizados por entidades externas e independentes, de reconhecida experiência, à semelhança do observado em outros projetos em países como França, Espanha, Holanda, Irlanda, Estados-Unidos, Reino-Unido, Canadá e Austrália[56].

METODOLOGIA

A metodologia do Conselho de Cidadãos de Lisboa é definida em colaboração com as entidades contratadas para prestar apoio técnico e operacional ao projeto.

A metodologia da primeira sessão compreende as seguintes etapas:

Inscrição

- Os munícipes têm acesso ao formulário de inscrição em formato online no site da Câmara Municipal de Lisboa, e em papel nas sedes das Juntas de Freguesia e Lojas Lisboa da CML. O armazenamento de dados relativos às inscrições faz-se ao abrigo do RGPD.
- A cada inscrição corresponde uma possibilidade de participação, e nunca uma garantia, visto que essa participação é decidida aleatoriamente. O registo efetuado para participação no Conselho de Cidadãos é único, sendo que os cidadãos que estiverem interessados em integrar as futuras sessões apenas precisam de se inscrever uma vez.
- Ao inscreverem-se, os munícipes devem assumir a disponibilidade para participar ao longo de 2 dias (cerca de 8 horas por dia) e em datas a comunicar pela Câmara Municipal.

[56] As metodologias de participação com base na seleção aleatória ("sortition") são recomendadas pela OCDE como práticas inovadoras importantes para as instituições democráticas (link), tendo igualmente sido consideradas pela Comissão Europeia como ferramentas essenciais para a democracia (link).

- Cerca de três semanas antes da data da sessão do CCL, será anunciado o encerramento das inscrições para permitir a realização do sorteio, bem como a convocatória dos participantes.

Sorteio

- O sorteio será realizado por uma entidade independente, que irá definir o modelo de amostragem e proceder à seleção dos participantes.
- Serão usadas fontes estatísticas oficiais e públicas de maneira a levantar os dados referentes à população lisboeta.
- As informações sobre os inscritos serão comunicadas à entidade independente em formato pseudonimizado, por forma a garantir a proteção de dados dos participantes, sendo atribuída a cada inscrição um identificador numérico.
- O sorteio é efetuado de acordo com 5 critérios: género, idade, habilitações literárias, atividade profissional, e freguesia de residência, trabalho ou estudo.
- De modo a minimizar o impacto de eventuais indisponibilidades, é sorteado um segundo grupo de 50 participantes suplentes.

Sessão

- A primeira edição do CCL tem lugar nos dias 14 e 15 de maio de 2022 nos Paços do Concelho.
- A ordem de trabalhos é publicada no site lisboa.pt previamente, sendo esta definida pelo conjunto de facilitadores independentes, que irão dinamizar as sessões de trabalho.
- Para além dos cidadãos selecionados, facilitadores, avaliadores e potenciais oradores convidados, nenhuma outra pessoa deve intervir no decorrer dos trabalhos do CCL, com exceção da sessão final de apresentação e discussão das propostas dos cidadãos.
- A participação nas sessões do Conselho de Cidadãos não é remunerada, nem envolve quaisquer incentivos financeiros. No entanto, são asseguradas as refeições durante as sessões e disponibilizado o apoio necessário para assegurar o transporte aos que o solicitem.
- As sessões de trabalho do CCL devem incluir:
  Aprendizagem sobre o tema e debate com especialistas convidados;
  Discussão geral sobre o tema e identificação dos desafios e prioridades;
  Geração de ideias e formulação de propostas;
  Eleição de porta-vozes;
  Apresentação das propostas e debate.

TEMA

O tema do CCL é definido por forma a questionar e ouvir os munícipes sobre matérias consideradas estratégicas e prioritárias para a cidade, e para as quais considere que a tomada de decisão deve ter em conta a perspetiva dos cidadãos.

Para a 1.ª edição do Conselho de Cidadãos, o tema será "Alterações Climáticas em Lisboa", focando (i) na forma como as alterações climáticas impactam o dia a dia dos munícipes, (ii) o que os munícipes podem fazer para combater as alterações climáticas, e (iii) o que a cidade e a CML podem fazer para esse objetivo.

IMPACTO e CONTINUIDADE

Aquando da primeira edição do CCL, os cidadãos irão eleger representantes que serão convidados a participar em reuniões de trabalho periódicas com a Divisão de Participação e outros departamentos da CML a definir, para dar continuidade às propostas apresentadas.

Estas propostas serão objeto de uma avaliação de impacto e exequibilidade pela CML, sendo comunicado a todos os participantes e tornado público o seguimento dado. A CML irá procurar fornecer o maior nível de detalhe possível sobre este seguimento, quer para propostas que sejam consideradas exequíveis, como para propostas que não se considere possível implementar.

É intenção da DRMP organizar o CCL pelo menos uma vez por ano, já a partir de 2022.

COMUNICAÇÃO

- A CML irá divulgar e publicar nos seus canais oficiais (site lisboa.pt e redes sociais), informação clara e transparente relativa ao CCL e à sua implementação.
- Em complemento, a informação será também divulgada em canais de comunicação nacionais e locais (imprensa e publicidade estática), sempre que se justificar.
- A CML irá também publicar os resultados do CCL, em particular as propostas apresentadas pelos cidadãos participantes.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Compete à Divisão de Participação garantir, em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) enquanto entidade externa e independente, a monitorização e avaliação do CCL.

A monitorização visa recolher e sistematizar a informação produzida ao longo da implementação do CCL por parte da equipa coordenadora.

Já a avaliação deve ser objeto de um relatório por cada edição do CCL, compilado pelo ICS e contendo:

- metodologia,
- processo de amostragem,
- materiais usados na preparação do tema
- agenda e instrumentos de facilitação,
- a restituição das sessões (a cargo dos facilitadores independentes),
- contributos da sociedade civil e academia
- apreciação geral da execução e impacto do exercício.

O relatório inclui também os resultados da análise de dados recolhidos através de instrumentos de avaliação.

OUTROS PARCEIROS

A Câmara Municipal de Lisboa, através da Divisão de Participação, irá convocar periodicamente instituições académicas e da sociedade civil para discutir aspetos técnicos e metodológicos relativos à implementação do projeto.

Estas reuniões servem assim para que os especialistas possam contribuir para a melhoria contínua do projeto, apresentando e discutindo casos de estudo, boas práticas e outras propostas sobre o modelo e metodologia assim como pontes com outras entidades nacionais e internacionais.

Não está previsto nenhum vínculo contratual, remuneração ou outra obrigação legal por parte dos especialistas convidados.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- No âmbito desta iniciativa, o Município de Lisboa obriga-se a tratar os dados pessoais de terceiros de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), doravante designado apenas por "RGPD", bem como as normas constantes da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do citado Regulamento.
- Quando se verifiquem operações de tratamento de dados pessoais, principalmente na fase de recolha inicial de dados, será prestada aos titulares dos dados a devida informação sobre o tratamento dos seus dados pessoais, nomeadamente sobres as finalidades, os meios, as medidas técnicas e organizativas, as medidas de segurança, os destinatários dos dados, bem como o exercício de direitos.
- O responsável pelo tratamento de dados ou responsáveis, caso haja corresponsabilidade, asseguram a elaboração dos competentes Acordos de Tratamentos de Dados (ATD) para garantia de cumprimento do RGPD, nos casos em que tal se mostre aplicável.

ANEXO B - FICHA DE INSCRIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO – CONSELHO DE CIDADÃOS DE LISBOA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome* _____

Género*

- Feminino
- Masculino
- Outro

Data de nascimento*

Freguesia de residência (trabalho ou estudo, caso não seja residente)*

- Ajuda
- Alcântara
- Alvalade
- Areeiro
- Arroios
- Avenidas Novas
- Beato
- Belém
- Benfica
- Campo de Ourique
- Campolide
- Carnide
- Estrela
- Lumiar
- Marvila
- Misericórdia
- Olivais
- Parque das Nações
- Penha da França
- Santa Clara
- Santa Maria Maior
- Santo António
- São Domingos de Benfica
- São Vicente

Situação profissional*

- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador por conta própria
- Desempregado
- Sócio-gerente
- Estudante
- Outra

Caso se aplique mais do que uma situação, opte por aquela que considera a principal

Nível de escolaridade*

- Ensino básico
- Ensino secundário
- Curso profissional
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro

Telefone*

E-mail*

INFORMAÇÃO ADICIONAL (estas perguntas são colocadas para fins de investigação e não serão consideradas para os fins da seleção aleatória)

Está disposto/a a disponibilizar 1 ou 2 dias do seu tempo (ao fim de semana) para contribuir com as suas opiniões, ideias e propostas para melhorar a cidade de Lisboa?

- Sim
- Não

Alguma vez participou em iniciativas de democracia participativa (exemplo: orçamento participativo, sessões de discussão com políticos, outros)?

- Sim
- Não

Como avalia o seu interesse por política?

- Não me interessa
- Acho importante, mas hesito em participar
- Acho importante e quero envolver-me mais
- Estou envolvido numa associação ou num partido político

INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS

Responsável pelo tratamento - O Município de Lisboa, através do Departamento da Relação com o Munícipe e Participação com os contactos, Campo Grande, 25, 1º A 1749-099 Lisboa e sg.drmp@cm-lisboa.pt. e das juntas de freguesia do Município de Lisboa.

Finalidade e licitude do tratamento – O tratamento dos dados pessoais é realizado exclusivamente para criação de uma amostra aleatória e estratificada da população de Lisboa para constituição de Conselhos de Cidadãos, bem como para fins estatísticos e de investigação, com base no consentimento (al. a) do nº 1, do art. 6º do RGPD) e art. 31º do RGPD.

Consequência do não fornecimento dos dados – O não preenchimento dos dados pessoais obrigatórios inviabiliza o seu pedido de inscrição.

Categorias de dados pessoais – Os dados pessoais recolhidos são: nome, género, data de nascimento, freguesia de residência/trabalho/estudo, situação profissional, nível de escolaridade, telefone e email.

Destinatários dos dados – O Município de Lisboa na primeira fase, sendo depositário dos dados primários e podendo numa fase posterior ser remetidos como dados secundários, após a pseudonimização, às seguintes entidades, salvaguardando-se sempre as finalidades acima especificadas:

FCPDP Fórum dos Cidadãos-Associação NIPC: 515093955, Morada: Rua Ary dos Santos, Número 8, 2º A 2810-433 Feijó; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, NIPC: 506101347, Morada: Avenida Professor Aníbal Bettencourt, nº 9 1600-189 Lisboa.

Conservação dos dados pessoais – Os dados recolhidos são conservados pelo tempo necessário para a concretização das finalidades acima descritas, circunscrito ao período do mandato autárquico.

Direitos dos titulares dos dados pessoais - Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito: [1] A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado. [2] A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de

apresentar exposições. [3] A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação. [4] A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

☐ Tomei conhecimento da política de privacidade e consinto no tratamento dos meus dados pessoais para as finalidades previstas no formulário

ANEXO C - METODOLOGIA DA FACILITAÇÃO DO PRIMEIRO CONSELHO DE CIDADÃOS

14 DE MAIO

09:00 **Introdução – Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**

09:40 **Acolhimento/ Dinâmica 1**

09:50 **Dinâmica 2**

10:10 **Apresentações**

11:10 **Pausa para café**

11:30 **Diálogo**

13:00 **Almoço**

14:00 **Introdução à Dinâmica**
14:15 **Dinâmica Participativa**
16:30 **Pausa para café**
16:35 **Dinâmica de Grupo**

17:30 **Fecho**

15 DE MAIO

09:00 **Acolhimento**

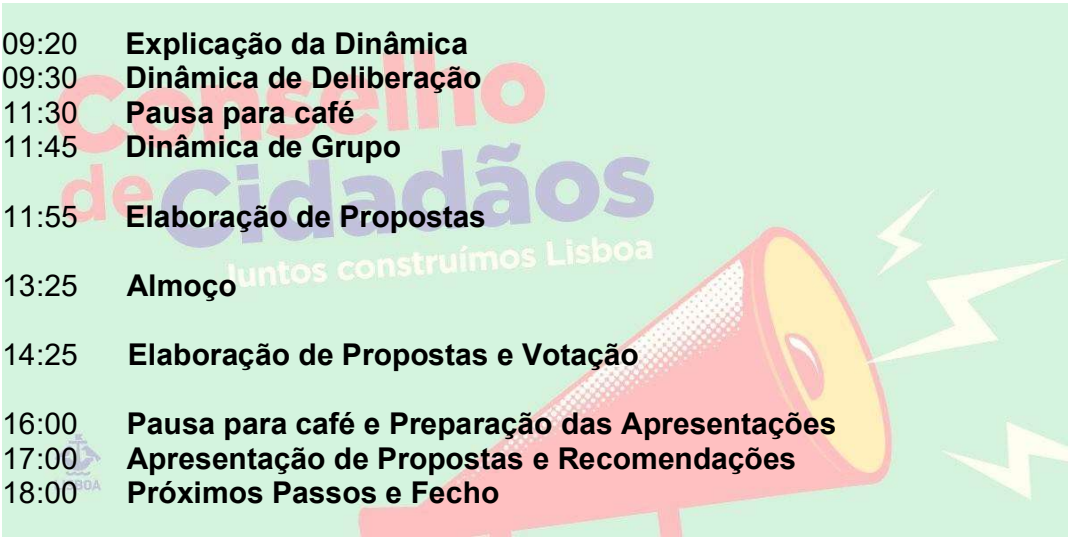
09:20 **Explicação da Dinâmica**
09:30 **Dinâmica de Deliberação**
11:30 **Pausa para café**
11:45 **Dinâmica de Grupo**

11:55 **Elaboração de Propostas**

13:25 **Almoço**

14:25 **Elaboração de Propostas e Votação**

16:00 **Pausa para café e Preparação das Apresentações**
17:00 **Apresentação de Propostas e Recomendações**
18:00 **Próximos Passos e Fecho**



Conselho de Cidadãos
Programa Geral

14 e 15 de maio

DIA 14

MANHÃ

1. Acolhimento e boas vindas
2. Apresentações e contexto
3. Apresentações por especialistas
4. Perguntas e Respostas

TARDE

5. Dinâmica de grupo
6. Metodologia participativa para deliberação

DIA 15

MANHÃ

1. Síntese do dia anterior
2. Metodologia participativa para tomada de decisão
3. Dinâmica de grupo

TARDE

4. Votação das propostas
5. Apresentação das propostas de recomendações
6. Fecho e celebração

DIA 14 | MANHÃ

Foco| Ganhar Consciência

Os cidadãos serão capazes de:

1. Aprofundar o seu entendimento sobre o impacto das alterações climáticas;
2. Conhecer práticas e projectos que contribuem para a redução do impacto das alterações climáticas;
3. Ganhar diferentes perspectivas sobre o tema: científico/académico, projectos, boas práticas;
4. Dialogar com especialistas de forma a esclarecer as suas dúvidas e tomar decisões mais informadas;
5. Ter um sentimento de pertença e apreciação pela cidade

DIA 14| TARDE

Foco | Explorar e deliberar

Os cidadãos serão capazes de:

1. Dialogar para ganhar maior entendimento sobre o tema;
2. Ganhar perspectiva analisando os benefícios e desvantagens de cada abordagem/ solução;
3. Identiflcar padrões e pontos de alavancagem;
4. Praticar a escuta profunda de forma a entender o que emerge das relações e interações;
5. Aprender e partilhar conhecimento e experiências.

DIA 15 | MANHÃ

Foco| Decisão e Votação

Os cidadãos serão capazes de:

1. Seleccionar as melhores propostas e recomendações
2. Priorizar as propostas e recomendações para a apresentação flnal
3. Conhecer metodologias inovadoras que ajudam nas tomadas de decisão colaborativas;
4. Chegar a um consenso respeitando a diversidade de cultura, experiência e género.

DIA 15| TARDE

Foco| Apresentação de Propostas e Recomendações

Os cidadãos serão capazes de:

1. Desenhar uma apresentação clara e fundamentada;
2. Praticar em grupo e decidir o(a) porta-voz para fazer a apresentação;
3. Apresentar de forma confiante, sucinta e clara;

ANEXO D - INQUÉRITOS PRÉ-PÓS

(i) Inquérito "Pré" com os participantes

QUESTIONÁRIO "PRÉ"

Este questionário dirige-se aos participantes do Conselho de Cidadãos, antes do início da sessão. Adianta-se que, para efeitos da avaliação, será distribuído outro inquérito semelhante a este no encerramento da sessão. Os dados disponibilizados por cada respondente em cada um dos dois inquéritos são anónimos e contribuem para um maior conhecimento desta nova iniciativa de participação.

A avaliação do Conselho de Cidadãos é coordenada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Qualquer dúvida ou questão pode ser dirigida à equipa de avaliação no local e por email a este endereço: avaliacaocc2022@ics.ulisboa.pt

Obrigado pela sua colaboração!

1. Para começar, gostaríamos que indicasse o código que lhe foi atribuído e comunicado por email pela Câmara Municipal de Lisboa, aquando da sua inscrição no Conselho de Cidadãos.

2. Indique, numa escala de 1 a 5, em que medida se sente confiante na sua capacidade para participar na política.

Nada confiante	Pouco confiante	Razoavelmente confiante	Muito confiante	Totalmente confiante

3. Indique, numa escala de 1 a 5, em que medida considera que o sistema político em Portugal permite que as pessoas como o(a) Sr.(a) tenham influência na política.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

4. A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a promover vários processos de participação, como o orçamento participativo, o programa de parcerias locais BipZip e vários tipos de consultas. Gostaríamos de saber se alguma vez participou em algum destes processos

- Sim
- Não

4.1. Se respondeu que sim, pode especificar qual/quais?

4.2. Se respondeu que sim, pode indicar em que papel (exemplo: participante, proponente de uma ideia, votante em propostas, etc.)?

5. Indique numa escala de 1 a 5, se considera que os processos participativos em Lisboa contribuem para a tomada de decisão

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

6. Conhece o modelo de participação proposto no Conselho de Cidadãos?

- Sim
- Não

7. Relativamente à seguinte afirmação, indique numa escala de 1 a 5 o seu grau de concordância: "A generalidade das decisões políticas deveria envolver mais os cidadãos"

Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	Concordo totalmente

8. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

9. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu grau de satisfação com a vida democrática em Lisboa

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

8.1. Motive, por favor, a sua resposta

10. Indique, numa escala de 1 a 5, se no seu dia-a-dia costuma confiar e contar com a opinião dos outros

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

11. Indique, numa escala de 1 a 5, como avalia o seu grau de conhecimento sobre alterações climáticas, o tema proposto para esta sessão do Conselho de Cidadãos

Não conheço o tema	Conheço pouco o tema	Conheço parcialmente o tema	Conheço muito o tema	Conheço totalmente o tema

12. Diga-nos, por favor, porque é que decidiu inscrever-se no Conselho de Cidadãos e quais as suas expectativas

13. Na sua opinião, até ao momento, quais os aspetos mais positivos e negativos do Conselho de Cidadãos de Lisboa?

Mais uma vez, muito obrigado pela sua colaboração!

(ii) Inquérito "Pré" com os não-participantes

QUESTIONÁRIO "PRÉ"

Este questionário dirige-se aos inscritos que não participarão nesta sessão do Conselho de Cidadãos. Adianta-se que, para efeitos da avaliação, será enviado um inquérito semelhante a este após o encerramento da sessão que terá lugar nos dias 14 e 15 de maio. Os dados disponibilizados por cada respondente são anónimos e contribuem para um maior conhecimento desta nova iniciativa de participação.

A avaliação do Conselho de Cidadãos é coordenada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Qualquer dúvida ou questão pode ser dirigida à equipa de avaliação no local e por email a este endereço: avaliacaocc2022@ics.ulisboa.pt

Obrigado pela sua colaboração!

1. Para começar, gostaríamos que indicasse o código que lhe foi atribuído e comunicado por email pela Câmara Municipal de Lisboa, aquando da sua inscrição no Conselho de Cidadãos.

2. Indique, numa escala de 1 a 5, em que medida se sente confiante na sua capacidade para participar na política.

Nada confiante	Pouco confiante	Razoavelmente confiante	Muito confiante	Totalmente confiante

3. Indique, numa escala de 1 a 5, em que medida considera que o sistema político em Portugal permite que as pessoas como o(a) Sr.(a) tenham influência na política.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

4. A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a promover vários processos de participação, como o orçamento participativo, o programa de parcerias locais BipZip e vários tipos de consultas. Gostaríamos de saber se alguma vez participou em algum destes processos

- Sim
- Não

4.1. Se respondeu que sim, pode especificar qual/quais?

4.2. Se respondeu que sim, pode indicar em que papel (exemplo: participante, proponente de uma ideia, votante em propostas, etc.)?

5. Indique numa escala de 1 a 5, se considera que os processos participativos em Lisboa contribuem para a tomada de decisão

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

6. Conhece o modelo de participação proposto no Conselho de Cidadãos?

- Sim
- Não

7. Relativamente à seguinte afirmação, indique numa escala de 1 a 5 o seu grau de concordância: "A generalidade das decisões políticas deveria envolver mais os cidadãos"

Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	Concordo totalmente

8. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

9. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu grau de satisfação com a vida democrática em Lisboa

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

8.1. Motive, por favor, a sua resposta

10. Indique, numa escala de 1 a 5, se no seu dia-a-dia costuma confiar e contar com a opinião dos outros

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

11. Indique, numa escala de 1 a 5, como avalia o seu grau de conhecimento sobre alterações climáticas, o tema proposto para esta sessão do Conselho de Cidadãos

Não conheço o tema	Conheço pouco o tema	Conheço parcialmente o tema	Conheço muito o tema	Conheço totalmente o tema

12. Diga-nos, por favor, porque é que decidiu inscrever-se no Conselho de Cidadãos e quais as suas expectativas

13. Na sua opinião, até ao momento, quais os aspetos mais positivos e negativos do Conselho de Cidadãos de Lisboa?

Mais uma vez, muito obrigado pela sua colaboração!

(iii) Inquérito "Pós" com os participantes

QUESTIONÁRIO "PÓS"

Este questionário dirige-se aos participantes do Conselho de Cidadãos após o encerramento da sessão. Os dados disponibilizados por cada respondente são anónimos e contribuem para um maior conhecimento desta nova iniciativa de participação.

A avaliação do Conselho de Cidadãos é coordenada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Qualquer dúvida ou questão pode ser dirigida à equipa de avaliação no local e por email a este endereço: avaliacaocc2022@ics.ulisboa.pt

Obrigado pela sua colaboração!

1. Para começar, gostaríamos que indicasse o código que lhe foi atribuído e comunicado por email pela Câmara Municipal de Lisboa aquando da sua inscrição no Conselho de Cidadãos.

2. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu interesse pela política.

Nada interessado(a)	Pouco interessado(a)	Razoavelmente interessado(a)	Muito interessado(a)	Totalmente interessado(a)

3. Indique, numa escala de 1 a 5, em que medida se sente confiante na sua capacidade para participar na política.

Nada confiante	Pouco confiante	Razoavelmente confiante	Muito confiante	Totalmente confiante

4. Indique, numa escala de 1 a 5, em que medida considera que o sistema político em Portugal permite que as pessoas como o(a) Sr.(a) tenham influência na política.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

5. Indique, numa escala de 1 a 5, se considera que os processos participativos em Lisboa contribuem para a tomada de decisão.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

6. Relativamente à seguinte afirmação, indique numa escala de 1 a 5 o seu grau de concordância: "A generalidade das decisões políticas deveria envolver mais os cidadãos."

Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	Concordo totalmente

7. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal.

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

8. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu grau de satisfação com a vida democrática em Lisboa.

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

8.1. Motive, por favor, a sua resposta.

9. Indique, numa escala de 1 a 5, se no seu dia-a-dia costuma confiar e contar com a opinião dos outros.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

10. Indique, numa escala de 1 a 5, como avalia o seu grau de conhecimento sobre alterações climáticas, o tema proposto para esta sessão do Conselho de Cidadãos.

Não conheço o tema	Conheço pouco o tema	Conheço parcialmente o tema	Conheço muito o tema	Conheço totalmente o tema

11. Gostaríamos agora de lhe colocar algumas questões sobre fenómenos relacionados com as alterações climáticas em Lisboa. Assinale, por favor, a resposta correta.

11.1 Quais são os setores responsáveis pelo maior consumo de energia na cidade de Lisboa?

a) Residencial e Serviços
b) Transportes e Indústria
c) Transportes e Serviços

11.2 Lisboa tem o potencial de gerar mais de 90% da eletricidade que consome através de:

a) Energia solar
b) Energia hidráulica
c) Energia eólica

12. Descreva, por palavras suas, o que entendeu que era esperado de si enquanto participante no Conselho de Cidadãos.

13. Diga-nos, por favor, se considera que as suas opiniões mudaram durante a sessão.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

14. Considera que as suas opiniões foram ouvidas, valorizadas e respeitadas pelos restantes participantes?

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

15. Considera que a duração da sessão (1 fim de semana) foi adequada para a co-construção de propostas?

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

16. Considera que as dinâmicas propostas pela Equipa de Facilitação foram eficazes?

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

17. Avalie, por favor, se a informação que lhe foi facultada durante a sessão foi:

	Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente
Útil					
Clara					
Suficiente					

18. Até que ponto concorda com/se revê nas propostas que foram acordadas entre todos?

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

19. Em que grau se considera satisfeito(a) com a forma como esta sessão do Conselho de Cidadãos foi desenvolvida?

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

20. Na sua opinião, o que acontecerá a seguir às propostas produzidas hoje?

21. Partilhe, por favor, comentários sobre aspetos mais positivos e negativos desta sessão do Conselho de Cidadãos de Lisboa

Mais uma vez, muito obrigado pela sua colaboração!

(iv) Inquérito "Pós" com os não-participantes

QUESTIONÁRIO "PÓS"

Este questionário dirige-se aos inscritos que não participaram na sessão do Conselho de Cidadãos que teve lugar nos dias 14 e 15 de maio. Os dados disponibilizados por cada respondente são anónimos e contribuem para um maior conhecimento desta nova iniciativa de participação.

A avaliação do Conselho de Cidadãos é coordenada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Qualquer dúvida ou questão pode ser dirigida à equipa de avaliação no local e por email a este endereço: avaliacaocc2022@ics.ulisboa.pt

Obrigado pela sua colaboração!

1. Para começar, gostaríamos que indicasse o código que lhe foi atribuído e comunicado por email pela Câmara Municipal de Lisboa aquando da sua inscrição no Conselho de Cidadãos.

2. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu interesse pela política.

Nada interessado(a)	Pouco interessado(a)	Razoavelmente interessado(a)	Muito interessado(a)	Totalmente interessado(a)

3. Indique, numa escala de 1 a 5, em que medida se sente confiante na sua capacidade para participar na política.

Nada confiante	Pouco confiante	Razoavelmente confiante	Muito confiante	Totalmente confiante

4. Indique, numa escala de 1 a 5, em que medida considera que o sistema político em Portugal permite que as pessoas como o(a) Sr.(a) tenham influência na política.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

5. Indique, numa escala de 1 a 5, se considera que os processos participativos em Lisboa contribuem para a tomada de decisão.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

6. Relativamente à seguinte afirmação, indique numa escala de 1 a 5 o seu grau de concordância: "A generalidade das decisões políticas deveria envolver mais os cidadãos."

Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	Concordo totalmente

7. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal.

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

8. Indique, numa escala de 1 a 5, o seu grau de satisfação com a vida democrática em Lisboa.

Nada satisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Razoavelmente satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)	Totalmente satisfeito(a)

8.1. Motive, por favor, a sua resposta.

9. Indique, numa escala de 1 a 5, se no seu dia-a-dia costuma confiar e contar com a opinião dos outros.

Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Totalmente

10. Indique, numa escala de 1 a 5, como avalia o seu grau de conhecimento sobre alterações climáticas, o tema proposto para esta sessão do Conselho de Cidadãos.

Não conheço o tema	Conheço pouco o tema	Conheço parcialmente o tema	Conheço muito o tema	Conheço totalmente o tema

11. Gostaríamos agora de lhe colocar algumas questões sobre fenómenos relacionados com as alterações climáticas em Lisboa. Assinale, por favor, a resposta correta.

11.1 Quais são os setores responsáveis pelo maior consumo de energia na cidade de Lisboa?

a) Residencial e Serviços
b) Transportes e Indústria
c) Transportes e Serviços

11.2 Lisboa tem o potencial de gerar mais de 90% da eletricidade que consome através de:

a) Energia solar
b) Energia hidráulica
c) Energia eólica

12. Na sua opinião, o que acontecerá a seguir às propostas produzidas hoje?

13. Partilhe, por favor, comentários sobre aspetos mais positivos e negativos desta sessão do Conselho de Cidadãos de Lisboa

Mais uma vez, muito obrigado pela sua colaboração!

ANEXO E - GUIÕES DAS ENTREVISTA

Guião da Entrevista com a Divisão de Marca e Comunicação

1) Descrevam, de forma breve, o vosso papel no CCL.
2) Sabem dizer quais são os objetivos do CCL?
3) De que forma os vossos objetivos de trabalho se relacionam com o CCL?
4) Na vossa opinião, o que era esperado dos participantes no CCL?
5) Consideram que tiveram suficiente informação prévia sobre todo o processo para cumprir as vossas funções?
6) Como foi a coordenação entre a Divisão de Comunicação e as outras partes envolvidas no processo na preparação e realização do CCL (outras divisões da CML, equipa de facilitação, Fórum dos Cidadãos, ICS-UL)?
7) Como foram comunicadas e publicitadas as etapas relevantes deste processo ao público em geral?
8) Como avaliam as ações realizadas pela CML para garantir a participação de grupos sociais mais afastados do debate públicos?
9) De uma forma geral, como avaliam a logística do CCL (espaço, tempos, *coffee break*, etc.)?
10) Considerando os objetivos do CCL - (i) promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; (ii) aproximar os cidadãos da tomada de decisão; (iii) melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades - consideram que os mesmos, até o momento, foram alcançados?
11) Consideram que as propostas feitas durante o CCL ajudarão o executivo a tomar decisões no âmbito das alterações climáticas em Lisboa?
12) Quais os aspetos mais positivos do CCL?
13) Em retrospetiva, o que deveria ter sido feito de outra forma?

Guião da Entrevista com o Executivo (Gabinete da Vereadora Laurinda Alves e Gabinete do Presidente da CML)

1) Descrevam, de forma breve, o vosso papel no CCL.
2) Sabem dizer quais são os objetivos do CCL?
3) Na vossa opinião, o que era esperado dos participantes no CCL?
4) Consideram que proporcionaram suficiente informação prévia sobre todo o processo para que os diversos elementos cumprissem as suas funções?
5) Como foi a coordenação das partes envolvidas no processo de preparação e realização do CCL (divisões da CML, equipa de facilitação, Fórum dos Cidadãos, ICS-UL)?
6) Como apreciam o grau de independência de atuação dos parceiros externos no CCL?
7) Por quem e como foram tomadas as decisões finais sobre o CCL?
8) Porque é que o PCM decidiu promover o Conselho de Cidadãos em Lisboa? Quais as fontes de inspiração?
9) Quais os motivos que levaram à opção por um modelo de inscrição e não de sorteio aleatório (estratificado) à população em geral?
10) Quais foram e como avaliam as ações realizadas pela CML para garantir a participação de grupos sociais mais afastados do debate público?
11) Como foi garantida a transparência do processo de preparação e realização do CCL, nomeadamente junto dos restantes órgãos eleitos e dos restantes cidadãos/eleitores?
12) Como foram escolhidos o tema e a pergunta de partida e como avaliam a sua adequação?
13) Como avaliam os conselheiros/especialistas, a forma como foram selecionados e a forma como foram recebidos pelos participantes?
14) Consideram que a duração desta 1ª edição foi adequada à aprendizagem, deliberação e formulação de propostas?
15) De uma forma geral, como avaliam a logística do CCL (espaço, tempos, *coffee break*, etc.)?
16) Considerando os objetivos do CCL - (i) promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; (ii) aproximar os cidadãos da tomada de decisão; (iii) melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades - consideram que os mesmos, até o momento, foram alcançados?
17) Em que ponto está a análise interna das propostas?
18) Consideram que as propostas feitas durante o CCL ajudarão o executivo a tomar decisões no âmbito das alterações climáticas em Lisboa?
19) Que tipo de seguimento será dado pela CML às propostas apresentadas pelos cidadãos? Há um cronograma? Os facilitadores estarão ou não presentes? Qual o parecer público relativamente às propostas apresentadas pelos cidadãos?
20) Como e quando será reunida a Comissão de Observação com as entidades externas?
21) Quais os aspetos mais positivos do CCL?
22) Em retrospetiva, o que deveria ter sido feito de outra forma?

ANEXO F - GUIÕES DOS GRUPOS FOCAIS

Guião do Grupo Focal com a Divisão de Participação

1) Descrevam, de forma breve, o vosso papel no CCL.
2) Sabem dizer quais são os objetivos do CCL?
3) De que forma os vossos objetivos de trabalho se relacionam com o CCL?
4) Na vossa opinião, o que era esperado dos participantes no CCL?
5) Consideram que tiveram suficiente informação prévia sobre todo o processo para cumprir as vossas funções?
6) De que forma o CCL se conjuga com outras iniciativas de participação promovidas pela CML?
7) Como foi a coordenação entre a Divisão de Participação e as outras partes envolvidas no processo na preparação e realização do CCL (outras divisões da CML, equipa de facilitação, Fórum dos Cidadãos, ICS-UL)?
8) Como apreciam o grau de independência de atuação dos parceiros envolvidos no CCL?
9) Por quem e como foram tomadas as decisões finais sobre o CCL?
10) Como foram comunicadas e publicitadas as etapas relevantes deste processo ao público em geral?
11) Como avaliam as ações realizadas pela CML para garantir a participação de grupos sociais mais afastados do debate públicos?
12) Como avaliam o tema escolhido e a adequação da pergunta de partida para as dinâmicas previstas no CCL?
13) Como avaliam os conselheiros/especialistas, a forma como foram selecionados e a forma como foram recebidos pelos participantes?
14) De uma forma geral, como avaliam a logística do CCL (espaço, tempos, *coffee break*, etc.)?
15) Considerando os objetivos do CCL - (i) promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; (ii) aproximar os cidadãos da tomada de decisão; (iii) melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades - consideram que os mesmos, até o momento, foram alcançados?
16) Consideram que as propostas feitas durante o CCL ajudarão o executivo a tomar decisões no âmbito das alterações climáticas em Lisboa?
17) Consideram que ficou esclarecida a forma como a CML vai dar continuidade aos trabalhos?
18) Quais os aspetos mais positivos do CCL?
19) Em retrospetiva, o que deveria ter sido feito de outra forma?

Guião do Grupo Focal com o Fórum dos Cidadãos

1. Descrevam, de forma breve, as competências da Equipa de facilitação no CCL
2. Sabem dizer quais são os objetivos do CCL?
3. De que forma os vossos objetivos de trabalho se relacionam com o CCL?
4. Na vossa opinião, o que era esperado dos participantes no CCL?
5. Consideram que tiveram suficiente informação prévia sobre todo o processo para cumprir as vossas funções?
6. Como foi a coordenação entre o Fórum dos Cidadãos e as outras partes envolvidas no processo (CML - divisão de participação e ambiente, equipa de facilitação e ICS-UL)?
7. Quais foram os aspetos mais críticos na seleção dos participantes?
8. Como avaliam o tema escolhido e a adequação da pergunta de partida para as dinâmicas previstas no CCL?
9. Considera que as vossas recomendações dadas pelo FC durante a preparação do Conselho de Cidadãos foram recebidas e afetaram o processo?
10. Considerando os objetivos do CCL - (i) promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; (ii) aproximar os cidadãos da tomada de decisão; (iii) melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades - consideram que os mesmos, até o momento, foram alcançados?
11. Considera que o grupo de participantes alcançou o objetivo de ser representativo da diversidade da população lisboeta?
12. Consideram que ficou esclarecida a forma como a CML vai dar continuidade aos trabalhos?
13. Quais os aspetos mais positivos do CCL?
14. Em retrospetiva, o que deveria ter sido feito de outra forma?

Guião do Grupo Focal com a Human Fleet

1) Descrevam, de forma breve, as competências da Equipa de facilitação no CCL.
2) Sabem dizer quais são os objetivos do CCL?
3) De que forma os vossos objetivos de trabalho se relacionam com o CCL?
4) Na vossa opinião, o que era esperado dos participantes no CCL?
5) Consideram que tiveram suficiente informação prévia sobre todo o processo para cumprir a vossa função?
6) Como foi a coordenação entre a Equipa de facilitação e as outras partes envolvidas no processo na preparação e realização do CCL (CML - divisão de participação e ambiente, Fórum dos Cidadãos, ICS-UL)?
7) Consideram que tiveram autonomia para desempenhar a sua função no CCL?
8) Consideram que estavam preparados e tiveram autonomia para gerir alguns imprevistos, como a participante que apareceu no domingo, o protesto de alguns participantes e o debate sobre o modelo de decisão?
9) Dentro daquilo que tinham previsto, consideram que houve algo que não conseguiram realizar?
10) Como avaliam o tema escolhido e a adequação da pergunta de partida para as dinâmicas previstas no CCL?
11) De uma forma geral, como avaliam a logística do CCL (espaço, tempos, *coffee break*, etc.)?
12) Considerando os objetivos do CCL - (i) promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade; (ii) aproximar os cidadãos da tomada de decisão; (iii) melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades - consideram que os mesmos, até ao momento, foram alcançados?
13) Consideram que ficou esclarecida a forma como a CML vai dar continuidade aos trabalhos?
14) Quais os aspetos mais positivos do CCL?
15) Em retrospetiva, o que deveria ter sido feito de outra forma?